



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS**

### **ATA DA 5ª. SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA**

**MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 23 DE DEZEMBRO DE 2021**

**ATA Nº. 22 / 2021**

#### **ÍNDICE**

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
- 3.1. MOÇÃO - “PELA REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU
- 3.1.1. VOTAÇÃO
- 3.1.1.1. SRª. DEPUTADA MADALENA CASTRO (U.F. OEIRAS E S. JULIÃO DA BARRA, PAÇO DE ARCOS E CAXIAS) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 3.1.2. SRª. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
- 3.1.3. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.1.4. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.1.5. SR. DEPUTADO CARLOS COUTINHO (CDU)
- 3.1.6. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 3.1.7. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.1.8. VOTAÇÃO
- 3.2. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.3. SR. DEPUTADO JORGE RATO (PS)
- 3.4. SR. DEPUTADO DINIS ANTUNES (J.F. PORTO SALVO)
- 3.5. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.6. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 4.1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
- 4.2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 985/2021 – DMAG/DFP/DPOC – RELATIVA AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2021–2025, ORÇAMENTO MUNICIPAL, MAPA E ORÇAMENTO DE PESSOAL PARA 2022
  - 4.2.1. VOTAÇÃO
    - 4.2.1.1. SR. DEPUTADO CARLOS COUTINHO (CDU) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 4.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 990/2021 – SIMAS – RELATIVA AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2022 E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS
  - 4.3.1. VOTAÇÃO
    - 4.3.1.1. SR. DEPUTADO CARLOS COUTINHO (CDU) - DECLARAÇÃO DE VOTO
5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
6. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

| ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS      |    |   |   |
|-------------------------------------|----|---|---|
| VOTAÇÃO: <u>APROVADA POR</u>        |    |   |   |
| <u>UNANIMIDADE EM 08/12/21</u>      |    |   |   |
| GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS         | S  | N | A |
| IN-OV                               | 12 |   |   |
| PS                                  | 1  |   |   |
| PSD                                 | 2  |   |   |
| EO                                  | 2  |   |   |
| CDU                                 | 1  |   |   |
| IL                                  | —  |   |   |
| CH                                  | 1  |   |   |
| PAN                                 | 1  |   |   |
| INOVAR ALGÉS                        | 1  |   |   |
| INOVAR BARCARENA                    | 1  |   |   |
| INOVAR CARNAXIDE QUEIJAS            | 1  |   |   |
| INOVAR OEIRAS PARCO DE ARCOS CAXIAS | 1  |   |   |
| INOVAR PORTO SALVO                  | 1  |   |   |
| S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO  |    |   |   |

----- ATA DA 5ª. SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA -----  
----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 23 DE DEZEMBRO DE 2021 -----  
----- ATA Nº. 22 / 2021 -----

----- Aos vinte e três dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

### 1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

----- Pelas quinze horas e trinta minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Quinta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e um Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Tiago Pedro Mateus Gonçalves, Ricardo Correia Fernandes, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, António Maria Perez Metelo da Silva, Carlos

Alberto de Sousa Coutinho, João Rafael Marques Santos, Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, Francisco O'Neill Marques, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d'Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal.-----

-----Faltou a Senhora Deputada Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva e o eleito Orlando Vaz Tavares, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, tendo a Mesa justificado as respetivas faltas.-----

-----Os Senhores Deputados Ana Isabel Beça Dias da Costa, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Rui Pedro Alves do Nascimento e Sílvia Maria Mota dos Santos Andrez, do Partido Socialista e Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, do Partido Social Democrata e Mónica dos Santos Albuquerque Correia, do Grupo Político Evoluir Oeiras, pediram a sua substituição para esta reunião, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Tiago Pedro Mateus Gonçalves e Ricardo Correia Fernandes, do Partido Socialista, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata, e António Maria Perez Metelo da Silva, do Grupo Político Evoluir Oeiras.-----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Presidente Isaltino Afonso Morais, o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Joana Micaela Salvador Baptista, Pedro Manuel Freire Patacho, Armando Agria Cardoso Soares, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Carla Alexandra Orvalho da Silva Castelo e Carla Cristina Teixeira Rocha.-----

## **2. ORDEM DE TRABALHOS** -----

1. Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Atividade



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

do Município, nos termos da alínea c), do n.º 2, do Artigo 25.º, da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro; - -----

2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 985/2021 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Plano de Desenvolvimento Estratégico e Grandes Opções do Plano 2021–2025, Orçamento Municipal, Mapa e Orçamento de Pessoal para 2022;-----

3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 990/2021 – SIMAS – relativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2022 e Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais.-----

### 3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

#### 3.1. MOÇÃO - “PELA REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** leu a Moção referida em título, que a seguir se transcreve: -----

----- “O processo de agregação/extinção de mil cento e sessenta e oito freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei número onze- A barra dois mil e treze, de vinte e oito de janeiro, em execução da Lei número vinte e dois barra dois mil e doze, de trinta de maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos.-----

----- A extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros, afastou os eleitos das populações, dificultou a capacidade de intervenção na resolução de problemas. Perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos.-----

----- Na legislatura dois mil e treze/dois mil e dezassete, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor, as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em dois mil e

dezassete. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS. -----

-----De então para cá as populações continuaram a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. -----

-----Oito anos depois da extinção das freguesias e mantendo-se viva a vontade e a luta pela sua reposição, o que se impunha era dar resposta cabal às populações, era a criação de um regime excecional que permitisse que as freguesias pudessem ser repostas, com eleições em dois mil e vinte e um. -----

-----Os sucessivos atrasos do Governo PS na entrega da Proposta de Lei na Assembleia da República (só no final de dezembro de dois mil e vinte), o lento andamento dos trabalhos da comissão competente e a rejeição do Projeto de Lei do PCP, impossibilitaram a reposição das freguesias no âmbito das eleições autárquicas de dois mil e vinte e um, como já se tinha verificado em dois mil e dezassete. -----

-----A Lei número trinta e nove barra dois mil e vinte e um de vinte de quatro de junho, entretanto aprovada, que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias aprovado por PS, PSD, PAN e IL, não responde à reivindicação de reposição de todas as freguesias. -----

-----A obrigação de cumprimento de alguns dos critérios no processo de reposição de freguesias como determina o diploma aprovado, na prática inviabiliza a devolução de muitas freguesias às populações, mesmo que estas o defendam. -----

-----Apesar das limitações, impõe-se agora intervir para concretizar a reposição das freguesias em todas as situações possíveis. Nesse sentido, deve ser tido em conta que a Lei número trinta e nove barra dois mil e vinte e um de vinte de quatro de junho entra em vigor cento e oitenta dias após a sua publicação, ou seja, no final de dezembro de dois mil e vinte e um. -----

-----Após essa data e durante um ano, terão início os procedimentos visando a reposição das freguesias extintas, nos termos do artigo vigésimo quinto (procedimento especial,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

simplificado e transitório), mediante deliberação das respetivas assembleias de freguesia e assembleias municipais. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida a vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e um, manifesta o seu empenhamento pela reposição das freguesias do Município de Oeiras, tendo em conta a sua estrutura territorial polinucleada e a sua grande dimensão populacional, e de acordo com a vontade das populações, propondo o início dos procedimentos necessários para a sua concretização. -----

----- Enviar para: Grupos Parlamentares da AR, ANAFRE, ANMP e Comunicação Social.” --- -----

### 3.1.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação a admissão a discussão desta Moção a qual foi aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio e Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Tiago Pedro Mateus Gonçalves e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira e António Maria Perez Metelo da Silva), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de

Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com dois votos contra, sendo um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Diogo Mota Rodrigues de Oliveira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro).-----

-----O Senhor Deputado António Pita de Meireles Pistacchini Moita, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 142/2021** -----

-----**ADMISSÃO DA MOÇÃO – “PELA REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS”,  
APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título e deliberou por maioria, com trinta e três votos a favor, sendo catorze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com dois votos contra, sendo um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, admiti-lo a discussão. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

**3.1.1.1. A Senhora Deputada Madalena Castro (U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) fez a seguinte Declaração de Voto:-----**

----- “Há lugar a Declaração de Voto ou não? Então eu quero fazer a seguinte Declaração de Voto:--- -----

----- Eu votei contra porque me parece que esta é uma Moção com um conteúdo demasiado importante para não ter chegado em tempo útil à Assembleia ou, pelo menos, aos Líderes de bancada da Assembleia Municipal. Parece-me que deveria ser refletida primeiro nessa sede e, se possível, que fossem convidados os Presidentes das Uniões de Freguesia do Concelho de Oeiras. O meu voto contra não é contra o conteúdo da Moção, é simplesmente com a oportunidade e com, enfim... eu considero extemporânea, face ao desconhecimento de todos nós de que havia esta intenção (até porque eu falo do caso da União de Freguesias de Oeiras).-----

----- Nós fomos consultados (todos nós, penso eu, das Freguesias), em sede do Projeto da Lei trinta e nove de dois mil e vinte e um e, no nosso caso manifestámos, nessa altura, o nosso parecer. --- -----

----- É tudo, Senhora Presidente. Muito obrigada.”-----

**3.1.2. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) disse o seguinte: -----**

----- “Depois de ler atentamente esta Moção da CDU/PCP/PEV, eu gostaria de ser elucidada. No último ponto que diz: “Assim, a Assembleia Municipal de Oeiras, reunida em vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e um, manifesta o seu empenhamento na reposição das freguesias...” -----

----- A pergunta que eu deixo é: das dez freguesias? É a pergunta que eu deixo ao PCP, por favor.” -----

**3.1.3. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) observou o seguinte: -----**

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----O Partido Socialista acompanhará, em princípio, esta Moção, por considerarmos que faz sentido podermos analisar de forma mais profunda e iniciarmos os procedimentos que estão de acordo e que estão estipulados na Lei, para a possível negociação ou renegociação de freguesias.- -----

-----Gostávamos de deixar, relativamente aos considerandos, alguns comentários:-----

-----Em primeiro lugar, dizer que foi, de facto, o atual Primeiro-Ministro que se comprometeu a fazer, a levar à Assembleia da República a lei (que levou, não no prazo que estava previsto, mas todos sabemos que passámos os últimos dois anos a tentar lutar e colmatar as dificuldades trazidas pela COVID).-----

-----Em segundo lugar, dizer que o relatório do grupo técnico para a definição de critérios para a avaliação da reorganização do território das freguesias defende, efetivamente, a criação de critérios rigorosos para esta avaliação. O que isto quer dizer, é que um conjunto de técnicos olhou para o território e percebeu que, se calhar, aquela forma como aquela reorganização foi feita não era a mais adequada, mas que também a reposição, pela mera reposição, nos tempos de hoje, pode não fazer sentido em todo o lado do território. E que assim, faria sentido utilizar critérios únicos, uniformes, que sejam extensivos e estritamente quantitativos, aplicáveis a todos os contextos territoriais. Esses critérios estão bem claros na lei, que é a prestação de serviços à população, a eficácia e eficiência de gestão pública, a representatividade e a vontade política da população, a população, a área e o meio físico e a história e identidade cultural. É com estes princípios que a lei foi feita. Nasce de um consenso bastante alargado, tem um consenso bastante alargado e, portanto, estaremos naturalmente disponíveis para fazer esta discussão na Assembleia Municipal e nas Assembleias de Freguesia, mas queremos deixar claro que a nossa posição é uma posição de defesa daquilo que são os princípios orientadores da lei, que foi aprovada recentemente.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

**3.1.4. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Analisar e discutir este tema como se nada, desde dois mil e treze, tivesse ocorrido, isto fazendo tábua rasa de todo o processo histórico dos últimos oito anos, não me parece, de maneira nenhuma, a forma mais adequada de encarar este problema. -----

----- Por outro lado, tentar novamente proceder a alterações do mapa administrativo do país (no caso concreto, as freguesias), sem ter em conta a atual realidade eventualmente diversa e bastante diversa da existente em dois mil e treze e, sobretudo, sem a enquadrar numa visão e numa perspetiva de conjunto, na qual a questão da regionalização é estruturalmente fundamental seria, provavelmente, resolver um disparate com outro de igual dimensão.-----

----- No domínio dos princípios eu diria... e estou convencido que é fundamental e estruturalmente determinante para o futuro do país, começar pela regionalização, pela definição dos poderes delegados às regiões, para redefinir o mapa dos atuais municípios que são praticamente “tabu” para todos os partidos políticos, pelos interesses instalados que, eventualmente, poderia vir a pôr em causa. -----

----- Lembro, a propósito, que já em mil oitocentos e cinquenta e cinco o tantas vezes esquecido municipalista José Félix Henriques Nogueira defendia a redução em dois terços dos municípios previstos na lei de vinte de outubro de mil oitocentos e quarenta e no Código Administrativo de mil oitocentos e quarenta e dois. É certo que esse código administrativo viria a ser revisto em mil oitocentos e sessenta e sete, em setenta, em setenta e oito, em oitenta e seis, em noventa e cinco e em mil oitocentos e noventa e seis. Isto tudo ao sabor dos interesses dos partidos do rotativismo e do caciquismo local que caracterizou, tão profundamente, a segunda metade do século dezanove português. Sempre sem responder ao interesse das populações e muito menos sem perspetivar uma definição estratégica, do que se pretendia para Portugal. -----

-----Devemos ter presente que esta sequência não se alterou com a chegada do século vinte, pois com a Implantação da República, assistimos à Lei número oitenta e oito de sete de agosto de mil novecentos e treze, ao Decreto catorze de mil oitocentos e doze, de trinta e um de janeiro, de vinte e sete e ao Código Administrativo de mil novecentos e quarenta que, imagine-se, se manteve em vigor até à publicação da Lei número setenta e nove de setenta e sete, de vinte e cinco de outubro, esta sim, já inspirada pelos “ventos da liberdade”, instituindo as bases do atual poder autárquico. -----

-----Seguiram-se-lhe o Decreto-lei número cem de oitenta e quatro, de vinte e nove de março, com a redação que lhe foi dada pela Lei número vinte e cinco de oitenta e cinco, de doze de agosto e o Decreto-lei número cento e dezasseis de oitenta e quatro, de seis de abril, numa sequência que eu diria imparável, que pelos vistos hoje, esta Moção pretende prosseguir, sem parar para pensar. -----

-----No entanto, para que não se pense que tudo fica na mesma, importa referir que a Lei número trinta e nove de dois mil e vinte e um, de vinte e quatro de junho, como muito bem refere o texto da Moção, permitirá a abertura do processo de reposição de freguesias, sem cair num atomismo automático que, ao invés de resolver problemas, criaria certamente outros novos. -----

-----No caso de Oeiras, importa realizar uma reflexão aturada em cada um dos órgãos representativos das freguesias e uniões de freguesia, órgãos próprios onde essa discussão deverá ter início antes de aqui ser debatido, certos, no entanto, de que dificilmente poderemos regressar à situação anterior, ignorando toda a experiência acumulada e convencidos que este debate deverá ter início nas assembleias de freguesia.” -----

**3.1.5. O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) fez a seguinte intervenção: -----**

-----“Queria só, em nome da CDU, referir que as observações que foram levantadas são justas. A nossa intenção é iniciar um processo que já teve lugar nesta Assembleia. Eu próprio já presidi a uma comissão constituída por todos os Grupos Parlamentares desta Assembleia sobre



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

esta matéria e reuniu-se um largo consenso sobre o objetivo a alcançar. -----

----- Nós não temos uma ideia fechada e definida se são todas, não, será aquilo que o conhecimento dos colegas autarcas da Assembleia Municipal e das assembleias de freguesia têm do território. Se sentem, como nós aqui estamos a propor, que esta matéria seja revista, seja reanalisada, seja reaberta... e procurar encontrar uma solução que vá ao encontro do interesse da participação dos munícipes, em proximidade com os executivos das juntas e com as assembleias de freguesia.-----

----- As observações que vieram agora, nesta oportunidade, vieram bem até porque estamos a iniciar um ciclo autárquico de quatro anos, temos algum tempo para refletir e encontrar aquilo que é o melhor, que poderá ser o melhor em termos de reestruturação das freguesias e, portanto, é nesse sentido e com essa intenção que a Coligação Democrática Unitária traz este documento, nesta reunião de hoje.-----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

**3.1.6. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte:** -----

----- “Senhora Presidente, só para deixar nota da posição do Executivo Municipal sobre esta matéria.-----

----- Há alguns anos, quando se deu a dita “Reforma Relvas” sobre a fusão de freguesias, foi realizado um extenso debate, na Câmara e na Assembleia sobre esta matéria onde devemos nós todos (eu não diretamente, mas nesta fase), assumir um erro que aqueles órgãos cometeram, que foi deixar para os outros decidir, o que deveríamos ter sido nós a decidir. Porque é que dizemos isto? Ao não sermos capazes de encontrar consensos e de estabelecer o mínimo múltiplo comum, o que é que vai acontecer? Vai decidir quem está por cima. O que aconteceu aquando da dita “Reforma Relvas”, foi dividir com régua e esquadro e aí permita-me, Senhora Deputada Alexandra Moura (Senhora Presidente permita-me dirigir-me diretamente à Senhora Deputada), quando nós deixamos nas mãos dos técnicos, por mais que os critérios estejam definidos, os

critérios são violados. Por exemplo: a União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caixas viola o critério populacional. Isso não impediu que a dita reforma fizesse aquela união de freguesias. Portanto, é o próprio legislador quem a seguir viola a legislação que cria. -----

-----Dito isto, dizer apenas que não devemos perder a oportunidade de encontrar consensos sobre esta matéria, para não permitir que venham de novo fazer a regra e esquadro a divisão do Concelho de Oeiras, em freguesias de acordo com critérios que não serão, ou não responderão, totalmente, à realidade local. Porque quem o faz, do lado de lá, faz cegamente. Não está aqui, não conhece. Foi possível fazer uma fusão de freguesias (como estas), numa altura em que se podia ter feito uma fusão de municípios (referiu há bocado o Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV) sobre a necessidade de fundir alguns municípios) e quem conhece o mapa de municípios do país, sabe que era possível fundir alguns municípios que hoje não têm quase população, apesar de terem algum território. Mas porque é que não se faz isso? Porque o poder reivindicativo destes municípios e o peso relativo dos presidentes de câmara, é muito maior do que os dos presidentes de junta. Só por isso não houve coragem política para fazer aquela reforma. De quem já está habituado a ser esmagado por estas ditas reformas (não que esta reforma nos queira esmagar, não estou a condená-la à partida) mas... estamos todos “escaldados”. -----

-----Dizer, da parte do Executivo, que estamos disponíveis para discutir a matéria, para encontrar soluções comuns de modo a que não permitamos que sejam outros a decidir por nós, aquilo que temos de ser nós a decidir. -----

-----É só, Senhora Presidente.-----

-----Muito obrigado.” -----

**3.1.7. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) referiu o seguinte:-----**

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Queria relembrar à Assembleia Municipal que no ano em que a lei se começou a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

discutir (em dois mil e treze) e foi efetivamente elaborada, o Partido Socialista teve uma posição muito clara nesta casa (está espelhada em atas), de que nós éramos absolutamente contra aquelas que eram as diretrizes da altura. E mais: defendemos até à última que houvesse uma negociação, também envolvendo a Câmara e a Assembleia Municipal, para que, efetivamente, se conseguisse estabelecer um entendimento e um acordo. Já agora, acrescentar que o relatório técnico a que me referi e a que o Senhor Vice-Presidente também se referiu, não é o que fez a reforma de dois mil e treze, é o que prepara a reforma de dois mil e vinte e um. Os critérios a que se refere que não foram cumpridos não são estes, porque sobre estes, nós agora é que nos vamos começar a debruçar.-- -----

----- Para ficar aqui claro que estes procedimentos (que vamos naturalmente todos, por aquilo que se percebe e que queremos iniciar), poderão dar resposta àquilo que são os anseios das populações e também àquilo que são os anseios daqueles que foram eleitos pelos cidadãos. --

----- Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

### 3.1.8. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Moção, a qual foi rejeitada, com vinte votos contra, sendo doze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Vicente Balcão, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, André Filipe da Silva Rica e Nuno Miguel de Oliveira Custódio), dois do Partido Social Democrata (Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide

Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com onze votos a favor, sendo um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Tiago Pedro Mateus Gonçalves e Ricardo Correia Fernandes), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira e António Maria Perez Metelo da Silva), dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), e com quatro abstenções, sendo duas do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Domingos Ferreira Pereira dos Santos e Marlene Braz Rodrigues), uma do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves), e uma do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão). -----

-----O Senhor Deputado António Pita de Meireles Pistacchini Moita, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 143/2021** -----

-----**MOÇÃO – “PELA REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS”, APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento do documento referido em título, o qual foi rejeitado, com vinte votos contra, sendo doze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, dois do Partido Social Democrata, um do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com onze votos a favor, sendo um do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com quatro abstenções, sendo duas do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, uma do Partido Social Democrata, e uma do Partido Iniciativa Liberal.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

**3.2. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte:-----**

----- “Pedi a palavra, Senhora Presidente, porque hoje o Concelho de Oeiras está particularmente de parabéns. E está de parabéns porque hoje cumpriu-se uma importantíssima promessa eleitoral. Isto sobretudo no que diz respeito à satisfação das necessidades da nossa juventude e no que diz respeito às necessidades de habitação.-----

----- Esta manhã, o Senhor Presidente Isaltino Morais teve a oportunidade de inaugurar o edifício Villa Longa e creio que isto diz tudo. É um edifício icónico da Freguesia de Paço de Arcos, incluído no seu casco histórico. A qualidade da sua recuperação é de uma excelência invulgar e importa frisá-lo nesta Assembleia, não só pelos trinta e dois jovens que tiveram acesso hoje a uma habitação altamente condigna e a preços que não correspondem minimamente à especulação que está vulgarizada no mercado de arrendamento habitacional. Importa referir, portanto, essa qualidade, saudar toda a equipa do departamento de... (confesso que não me lembro exatamente qual é o nome) ... dos Projetos Especiais, porque a recuperação é de uma qualidade que é, de facto, inexcelável. O Concelho está de parabéns, Oeiras está de parabéns, este Executivo está de parabéns.”-----

**3.3. O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) observou o seguinte:-----**

----- “Só uma correção àquilo que o Senhor Deputado Balcão Vicente (IN-OV) acabou de

dizer, porque hoje não foi a inauguração, a inauguração foi em novembro, consta aliás do relatório do Senhor Presidente. Hoje foi a entrega das chaves. A menos que...Não? Então alguma coisa está errada. Então é a Informação Escrita que está errada e corrijam por favor. -----

-----Muito obrigado.” -----

**3.4. O Senhor Deputado Dinis Antunes (J.F. Porto Salvo) referiu o seguinte:-----**

-----“Boa tarde, Senhora Presidente, muito obrigado.-----

-----Aquilo que eu queria falar já está ultrapassado, porque era uma Declaração de Voto da Moção e, portanto, já estamos noutra ordem, noutra ordem do dia, já não faz sentido.

-----Obrigado.” -----

-----**Alguns Deputados Municipais intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.** -----

**3.5. A Senhora Presidente da A.M. fez o seguinte esclarecimento:-----**

-----“É que, na realidade, estava previsto, mas depois foi adiado.-----

-----Estava prevista a inauguração, mas foi adiada. -----

-----É um lapso, de quando fizeram a Informação Escrita, ainda estavam contando certamente, com a data que estava indicada na altura.” -----

**3.6. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio e disse o seguinte: -----**

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Também está ultrapassado, era só para pedir, tanto aos Senhores Deputados como aos Senhores Vereadores que queiram prestar esclarecimento, para fazer perguntas, que liguem os microfones, para que as pessoas lá em casa possam acompanhar. Agora houve aqui uma pequena troca, que não sei se foi totalmente perceptível, por exemplo na transmissão e é só para alertar para isso. -----

-----Muito obrigado.” -----

**4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

**4.1. Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Atividade do Município, nos termos da alínea c), do n.º 2, do Artigo 25.º, da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro** -----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, face ao facto de o relatório da Informação Escrita só ter chegado no dia vinte, às dezasseis e vinte e três, consideramos não ter condições, até face ao volume de propostas que hoje temos, e tão importantes que são, julgamos que não temos condições para fazer esta discussão e, portanto, entendíamos que deveria ser retirada por ela não ter cumprido o tempo.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

----- “Eu retirar não posso retirar, porque a Informação Escrita tem de ser apresentada na reunião ordinária de dezembro. Não vamos ter mais nenhuma reunião. -----

----- Deixaria agora... se querem noutra dia..., mas numa reunião extraordinária fazer a discussão, tudo bem. -----

----- Agora tem de ficar na Ordem de Trabalhos da reunião de hoje. Já está e não posso retirá-la. Podemos falar sobre ela noutra reunião. Concordam? Sim? Não é adiada. A Proposta é presente hoje, mas, continuaremos a sua discussão noutra reunião. Tem de ficar na Ordem de Trabalhos, porque é uma reunião ordinária em dezembro.” -----

----- **Alguns Deputados Municipais** intervieram, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

----- **O Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- O nosso grupo está em condições de proceder à discussão agora, mas vendo que há outras forças políticas que não estão, acho que é preferível, de facto, adiarmos a discussão, até

todos sentirem que tiveram tempo suficiente para analisar um ponto que é relevante, efetivamente.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. concluiu o seguinte:-----

-----“Muito bem.-----

-----Portanto, continuaremos a discussão da Proposta da Informação Escrita noutra reunião.-----

-----Então fica assim.-----

-----Vamos entrar no ponto número dois.”-----

**4.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 985/2021 – DMAG/DFP/DPOC – relativa ao Plano de Desenvolvimento Estratégico e Grandes Opções do Plano 2021–2025, Orçamento Municipal, Mapa e Orçamento de Pessoal para 2022 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião)-----**

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

-----“Tivemos, na última reunião, uma apresentação muito clara do Plano e do Orçamento. Foi, realmente, uma apresentação brilhante que a Doutora Paula Saraiva aqui fez.---

-----Os Senhores puseram as questões técnicas que pretendiam, hoje vamos para uma discussão mais abrangente e mais nossa, ou seja, o debate político deste documento.”-----

-----O Senhor Deputado Tiago Gonçalves (PS) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Uma “Smart City” tem por objetivo colocar a tecnologia ao serviço dos cidadãos, do seu bem-estar.-----

-----Um desígnio que nos obriga a olhar para o território de forma holística, integrada e transversal a todos os departamentos do Município, envolvendo também as empresas e a Academia.------

-----O lançamento da Estratégia Nacional de “Smart Cities”, não retira a obrigação do projeto ser iniciado e ter por base uma estratégia local, ao nível dos municípios.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Reconhecemos o trabalho desenvolvido pelo Município nesta área.-----

----- São exemplos a proposta de criação do Oeiras Street Lab ou o mais recente protocolo entre o TagusPark e o Grupo ProCME, para a instalação da primeira comunidade de energia solar.-----

----- Assinalamos também a implementação da rede LoRa e a criação do Centro de Governação da Cidade, estrutura fundamental para a recolha e análise de dados.-----

----- Temos consciência das particularidades do território.-----

----- Projetar Oeiras ou Algés no âmbito de um território inteligente não é o mesmo que planear freguesias como Barcarena ou Porto Salvo.-----

----- Por exemplo, os objetivos da implementação de sensores e a tipologia de dados recolhidos, serão certamente diferentes nestas freguesias.-----

----- Nas GOP é afirmado, e passo a citar, “Pretende-se dar continuidade aos trabalhos tendentes à elaboração do Plano Estratégico de Oeiras – Cidade Inteligente para o qual contribui a informação obtida através da instalação de sensores de medição instalados no território, bem como a informação vertida nos relatórios que foram produzidos no âmbito das “SmartCities.”-----

----- Sendo o planeamento estratégico a longo prazo o alicerce de um projeto sustentado e sustentável, perguntamos qual o prazo previsível para a apresentação do Plano Estratégico de Oeiras – Cidade Inteligente, documento que certamente será fundamental para concretizar o objetivo de transformar Oeiras numa “Smart City” e não num território com um avultado investimento em tecnologia e ferramentas digitais, desprovidas de um contexto global.-----

----- Para finalizar, lançamos um desafio.-----

----- A transição digital só será bem-sucedida se não deixar ninguém para trás.-----

----- O Governo, através da estrutura de missão Portugal Digital, lançou o programa EUSOUDIGITAL.-----

----- Este programa pretende dotar as pessoas que não utilizam a internet, de competências

básicas nesta área, e que vai desde a criação de uma conta de e-mail até navegar na internet em segurança. -----

-----Este é um programa que contribuirá decisivamente para o combate à iliteracia digital, considerado o analfabetismo do século vinte e um.-----

-----Este é um programa assente em voluntariado e que apela às entidades públicas e privadas a tornarem-se em centros de apoio. -----

-----Assim, e pegando numa das propostas que o PS apresentou nas últimas eleições autárquicas, desafiamos o Município, assim como todas as juntas de freguesia, a aderirem ao programa e tornarem-se centros EUSOUDIGITAL, contribuindo efetivamente para que ninguém fique para trás.” -----

-----O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) disse o seguinte:-----

-----“Queria começar por cumprimentar quem preparou, quem prepara ano após ano tudo aquilo que temos aqui pela frente - quer as Grandes Opções do Plano, quer o Orçamento – porque, de facto, torna-nos a vida muito mais fácil. Torna a compreensão da realidade que o Município tem retirada da documentação que nos é fornecida, transforma-se numa realidade que conseguimos ver, conseguimos medir, e conseguimos mais: conseguimos compreender as preocupações que a Câmara Municipal tem pela frente. -----

-----É por isso que a análise de um documento como as GOP ou como o Orçamento para o próximo ano, deve ser enquadrada num contexto mais vasto, mais global, que abrange as opções estratégicas assumidas pelo Executivo ao longo dos anos, tanto os anos que precedem este que está em curso, como aqueles que temos pela frente. Daí que faça sentido olhar para os compromissos que foram assumidos em dois mil e dezassete e mais recentemente em dois mil e vinte e um. O ciclo de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um não pode ser dissociado do ciclo de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco. -----

-----Não irei, porque os meus colegas tratarão desses temas, debruçar-me sobre os vários



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

eixos de um programa de desenvolvimento sustentável e sustentado (isto parece que é uma frase que se usa muito, mas eu agora fiz ao contrário daquilo que disseram antes) com a ambição que sempre caracterizou um Presidente e uma equipa e com o foco na construção de um ambiente de bem-estar, de progresso, de satisfação das necessidades, de pessoas concretas, de empresas concretas e de instituições sociais, culturais, desportivas ou recreativas concretas. -----

----- Tentarei apenas verificar a capacidade financeira que Oeiras terá para ver concretizados muitos dos seus sonhos.-----

----- A capacidade empreendedora e de concretização a que temos assistido ao longo dos últimos anos, é hoje uma realidade que vem condicionar de forma forte e evidente, no plano da disponibilidade financeira, aquilo que vai acontecer nos próximos anos. Tudo isto para continuar a cumprir aquilo que registamos e registámos sempre como muito positivo, que é o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, em que a receita corrente excede, de forma bastante óbvia, a despesa corrente e permitindo, assim, que o investimento se financie. -----

----- Daí que seja muito importante verificar se o investimento que foi realizado até agora e que se encontra em curso e aquele que ainda vai ser objeto de realização, tem ou não um impacto direto na atividade municipal e até se tem um efeito reprodutivo que seja, a prazo, potenciador de uma melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Câmara Municipal e se gera vantagens patrimoniais. -----

----- Projetos como a Estação Agronómica, a Bateria do Areeiro, o Convento da Cartuxa, a nova sede dos Paços do Concelho ou o Pavilhão de Congressos (para falar apenas de alguns projetos importantes), são excelentes exemplos do que acabo de dizer. -----

----- Os próximos anos serão de uma exigência muito grande no que toca à execução dos orçamentos. Apesar de uma ligeira redução da receita fiscal em dois mil e vinte e um, todos os cenários macroeconómicos apontam para um crescimento acentuado da receita nos próximos anos, mesmo num quadro em que, do ponto de vista fiscal, as coisas estão estáveis. -----

-----A robustez do tecido empresarial e o dinamismo da atividade económica e a base de contribuintes residentes ou instalada no Concelho, é o garante do acerto das decisões tomadas ao longo das últimas décadas e é também um elemento fundamental para continuar a suportar as decisões de investimento para o futuro. -----

-----É um facto que o problema resultante da fraca execução das PPI (Plano Plurianual de Investimento) nos últimos anos, vem sobrecarregar as despesas do ano de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três. Temos que ter a consciência de que os dois últimos anos não foram anos típicos. Mas isso não significa que, por esse facto, se atrasem projetos que são estruturantes para o Concelho e potenciadores de novos patamares de desenvolvimento. Muito pelo contrário. Temos que forçar a que a execução aconteça, efetivamente, o mais rapidamente possível e, assim, deixar de fazer pesar os exercícios para lá de dois mil e vinte e três. Temos de fazer acontecer, porque isso é bom para Oeiras. Esse é o grande repto que o Executivo tem. -----

-----Queria, por último, referir que apesar dos constrangimentos que já foram aqui tratados, o Executivo não pretende recorrer nos próximos anos a receita proveniente nem da alienação de património, nem à contração de dívida. O endividamento de Oeiras (e eu todos os anos insisto nisto) continua a baixar e é hoje, praticamente inexistente. Esta é uma das marcas mais relevantes e mais fortes da saúde financeira que Oeiras tem. Num país em que o maior problema estrutural e condicionador do desenvolvimento económico e do alívio fiscal se chama “dívida externa”, não há como deixar de referir este exemplo que Oeiras é. -----

-----Vivemos num ambiente muito incerto e um orçamento não é mais do que uma previsão das receitas e das despesas. Mas é uma previsão que assenta em dados muito sólidos e que nos dá garantias de que a Câmara Municipal tem todas as condições para cumprir as funções de que está incumbida, em que a componente social tem uma dotação fortíssima, em que é possível continuar a investir em equipamentos fundamentais que permitam a Oeiras continuar a ser líder em todos os indicadores de desenvolvimento e qualidade de vida e manter uma





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

invejável situação de equilíbrio financeiro que permite, tal como aconteceu nos dois últimos anos, enfrentar todos os desafios (inesperados ou não), que possam vir a colocar-se.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- O Senhor Deputado **Francisco O'Neill Marques (CH)** observou o seguinte: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, com a devida vénia, eu discordo quando menciona que tivemos aqui uma apresentação brilhante, relativamente às contas da Câmara. Vejamos que, todavia, não houve respostas claras. E a fim de votar com prudência, coloco cinco questões que, todavia, e perante uma análise muito... praticamente “na diagonal”, que foi aqui feita, uma vez que não é em cinco dias que vamos estar a analisar um documento como este. Na Assembleia da República é dado ao dia quinze de outubro, para se votar ao dia trinta de dezembro. Há tempo. Aqui não há tempo. Cinco questões que eu gostaria de colocar, que neste documento não consta: -----

----- Primeiro: medidas de sustentabilidade financeira, relativamente ao orçamento para dois mil e vinte e dois, nomeadamente no que respeita ao endividamento dos munícipes e à responsabilidade intergeracional. Não consta nada neste diploma.-----

----- Dois: qual o montante que a Câmara Municipal de Oeiras vai receber da União Europeia, a nível do Plano de Recuperação e Resiliência e como irá aplicá-lo, em que despesa. --

----- Três: ainda no âmbito do PRR (mas não só), quais as medidas previstas no Orçamento para o combate à crise económica provocada pela COVID, nas famílias e empresas em Oeiras. É de louvar os três locais que colocaram, relativamente à verificação das infeções etc., mas não basta. -----

----- Quatro: a página setenta e sete deste Orçamento (e convido a todos a verem, quem queira), menciona, todavia, um saldo global efetivo no valor em menos, friso “em menos”, onze milhões cento e oitenta e um mil euros. Pergunto: de que modo irá a Câmara Municipal de Oeiras colmatar este saldo negativo? E pergunto: recorrendo à banca ou prevê-se outro tipo de

financiamento? -----

-----Quinto: também na mesma página, verificamos aqui um valor de um milhão, cento e oitenta e quatro mil euros de passivo financeiro. Pergunto: a que é que respeita este valor, se é dívida pública ou se é empréstimos bancários? -----

-----O CHEGA pretende sustentabilidade financeira, mas, contudo, respeitamos o trabalho realizado.”-----

----- **O Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** referiu o seguinte: -----

-----“Cabe agora, com a minha intervenção, ao Grupo Político Evoluir Oeiras, enquanto grupo político da Oposição, o dever de apresentar, com o melhor fundamento que consiga, as suas críticas aos documentos que nos são apresentados.-----

-----Começo por afirmar, que concordamos com o que está escrito nas páginas trinta e três a quarenta e um, a saber: os objetivos estratégicos. Se o documento fosse só este, votaríamos a favor. O pior vem depois: são as restantes quatrocentas e trinta páginas. Por uma razão fácil de verificar, a todo aquele que se dê ao trabalho paciente e persistente de comparar o que dizem as palavras, exprimindo boas intenções e os números, na sua sóbria frieza. Por alguma razão diz o ditado popular “estar o inferno cheio de boas intenções”. -----

-----As palavras “ambiente” e “sustentável” (aliás houve agora mesmo uma referência a isso) vieram para ficar nos textos do Município de Oeiras. As verbas, para lhes darem vida e substância nova... nem por isso. Elaborar um qualquer orçamento é escolher. É dar prioridade a uns setores e projetos, em detrimento de outros. Cada força política, legitimamente, terá as suas e, em função delas, avaliará o que está e não está, devidamente orçamentado. Nós faremos o mesmo, claro. Mas não é esse o ponto de vista que eu agora estou aqui a querer apresentar. O ponto de vista, é principalmente por vermos que o Executivo nos anuncia escolhas, em palavras, sem a necessária verba que as haveria de materializar. É aí que centramos, deste ponto de vista, a nossa crítica. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Há inúmeros exemplos do que afirmei nas noventa e quatro páginas dos entusiasmados serviços, nas suas agendas de trabalho para dois mil e vinte e dois. Mas os meus escassos minutos só me permitem cingir-me a dois exemplos ilustrativos na esfera da energia e da mobilidade que, juntamente com os edifícios e a gestão do território, se concentram a resposta inadiável às alterações climáticas. -----

----- Na eficiência energética, vemos a importante verba atribuída, de mais de dois milhões de euros, mas, depois, quando vamos a maior detalhe, constatamos a seguinte repartição do valor: -- -----

----- Estudo para promoção da eficiência energética e produção de energia renovável: dez euros;-----

----- Execução de obras com vista à melhoria energética: setenta e três mil euros;-----

----- Consumos de iluminação pública: dois milhões de euros.-----

----- Ou seja: verdadeira inovação, aqui, é muito, muito “poucochinho”.-----

----- Na mobilidade suave (um dos objetivos que está muito apresentado do ponto de vista estratégico): -----

----- Postos de abastecimento de carros elétricos: dez euros; -----

----- Postos de partilha de bicicletas elétricas: dez euros;-----

----- Novas ciclovias: um milhão e oitenta e três mil euros (se estes tiverem a sorte de conseguir chegar até ao fim do ano, porque neste ano de dois mil e vinte e um também estavam inicialmente orçamentados um milhão cento e cinquenta mil euros que, muito recentemente, na trigésima primeira alteração orçamental, viram desaparecer trezentos e dez mil euros. Portanto, não chegaram... este valor não foi efetivamente gasto. Está lá, mas não foi gasto). -----

----- Estou a referir-me a este ano. Veremos o que acontece no próximo. -----

----- Eu não quero maçar os Senhores Deputados com a descrição detalhada de outros projetos e ações que, a nosso ver, lá está, seriam prioritários, dos quais pouco ou nada se diz nas

quatrocentas e setenta e uma páginas destes documentos. Simplesmente a título de exemplo, refiro a necessária florestação do que resta em Oeiras da Serra de Carnaxide, para responder como medida de adaptação às alterações climáticas; a produção fotovoltaica de energia elétrica renovável nos edifícios e bairros municipais; a acalmia do trânsito; a criação de várias dezenas de bairros tranquilos onde os carros não ultrapassem os trinta quilómetros à hora; tudo o que venha a tornar verdadeiramente útil o funcionamento do Combust (com passagens de meia em meia hora no máximo e informação aos utentes em tempo real) e o combate ao desperdício da água, na gestão dos espaços verdes.-----

-----Passando agora para o que está e como está (é outro capítulo completamente diferente), o Senhor Presidente da Câmara deu-nos anteontem, aqui, uma verdadeira lição técnica e política de como gere, em termos financeiros, cada ano orçamental. Referindo as regras contabilísticas restritivas da lei das finanças locais, ficou claro, por exemplo, que logo em janeiro ou fevereiro elas não permitem, por hipótese, verter todo o saldo de gerência do ano anterior, mesmo que se quisesse. -----

-----Isto vem a propósito de estar expressamente sub orçamentada, em vinte e seis milhões de euros, a rubrica dos gastos com pessoal, que ascenderá, no próximo ano (previsivelmente) a sessenta e quatro milhões. As Grandes Opções e o Plano, esclarecem que doze milhões virão do saldo de gerência de dois mil e vinte e um. Lá está... aquela falha que já foi aqui apontada, de mais de onze milhões será, digamos, financiada dessa maneira. Estima-se, segundo ouvimos também pela Doutora Paula (Saraiva), que o saldo de gerência deverá ficar este ano mais ou menos nos cinquenta e três milhões. Fica, assim, assegurado o saldo zero efetivo do ano fiscal de dois mil e vinte e dois. Não é esse o ponto. -----

-----O ponto (e o importante), é perguntarmos porquê e para quê decidiu o Executivo suborçamentar a despesa com pessoal? Não em doze milhões, mas em vinte e seis milhões (além dos tais doze milhões que eram mesmo necessários). A explicação é política e só pode ser



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

política. Se há neste orçamento inicial vinte e seis milhões a menos na rubrica das despesas com pessoal e se essa verba vai ter de ser alocada a essa rubrica até ao fim do ano, então ela tem que sair contabilisticamente, ao longo do ano, de algumas, ou quem sabe de todas, as restantes rubricas da despesa, que se encontram agora sobre orçamentadas em vinte e seis milhões de euros. De onde sairão? De que rubricas específicas é que sairão estes milhões? Sobre isto, nem uma palavra. Não há qualquer compromisso ou qualquer explicação. Portanto, o que quer dizer é que há efetivamente, nesta versão inicial, verbas, devido a esta técnica de gestão orçamental, que são “de faz de conta”. Que não são mesmo para gastar, que já se sabe que não podem ser gastas. E, sobre isso, a Assembleia Municipal nada sabe das intenções. Só o Senhor Presidente da Câmara é que tem... sabe perfeitamente onde, ou imagina já, de onde poderão sair estas verbas. Isto vem acontecendo todos os anos, não é particularidade nenhuma para o próximo ano de dois mil e vinte dois.-----

----- No fundo, hoje, somos chamados a votar de facto o teto da despesa, tomando conhecimento dos compromissos que vêm de trás e que, também eles, terão de ser honrados. No mais, só quando fecharmos as contas de dois mil e vinte e dois poderemos comparar até que ponto as palavras destas Grandes Opções do Plano e Orçamento se afastaram, efetivamente (e quanto se afastaram), dos números que descrevem o que foi verdadeiramente executado.-----

----- Por tudo o que foi exposto, o Grupo Político Evoluir Oeiras só pode votar contra esta Proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e vinte e dois, que nos estão aqui a ser propostas.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu gostava só de deixar aqui algumas notas e de colocar uma questão.-----

----- Relativamente ao orçamento de dois mil e vinte e dois, é importante perceber que noventa e seis vírgula sete por cento das dotações já estão comprometidas com compromissos

que foram assumidos pelo anterior Executivo. Portanto, aquilo que estamos aqui, no fundo, a perspetivar de futuro, são três vírgula trinta e três por cento do orçamento. -----

-----Outra nota que eu gostava de deixar presente, é que voltamos a assistir a que a receita não fiscal cresce menos dois por cento do que a receita fiscal. Mais uma vez, continuamos a promover desenvolvimento a contar com a receita fiscal, em vez de se procurar receita, nomeadamente receita própria promovendo o aumento de receita através da rentabilização de propriedades, por exemplo, ou outros investimentos importantes. -----

-----Associada a esta questão, notamos que há quarenta por cento do peso do orçamento que está na funções gerais que são, segundo o documento, despesas associadas a vencimentos, vigilância, segurança, despesas de funcionamento das instalações, despesas com viaturas, máquinas ao serviço do Município, Polícia Municipal, Proteção Civil e outras, e apenas oito por cento nas funções económicas, onde se inclui iluminação pública, turismo, parques de estacionamento, construção e beneficiação de infraestruturas rodoviárias, transportes e comunicações, etc. Ou seja: as funções económicas cujo investimento poderia, efetivamente, contribuir para um crescimento sustentado da receita do Município (receita não fiscal), tem apenas oito por cento (representa apenas oito por cento deste orçamento), enquanto que as funções gerais representam quarenta por cento. -----

-----Gostava também de deixar a nota de que temos verbas distribuídas por uma série de investimentos (concorde-se ou não com algumas delas)... gostava de deixar frisado que achamos manifestamente insuficiente o que está previsto em termos de desenvolvimento económico, porque, mais uma vez, poderia ser um investimento que promovesse a captação e a atração de investimento (ou até mesmo a internacionalização), rubricas fundamentais para, lá está, o aumento da receita gerada pelo próprio Município e não uma dependência tão elevada da receita fiscal. -----

-----A pergunta diz respeito a uma rubrica aqui do orçamento, que refere: “Aplicação



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

transparente dos recursos financeiros”, e que tem uma verba prevista de vinte e sete milhões. Obviamente, a Iniciativa Liberal tem todo o interesse em perceber em que é que estes milhões vão ser, efetivamente, despendidos. Há uma série de detalhes, nos mapas de detalhe sobre esta rubrica, mas eu, efetivamente, tenho algumas dúvidas e gostava que o Executivo me esclarecesse, em que é que consiste e qual a forma de distribuição destes vinte e sete milhões, sendo, que nós mais uma vez... a transparência é fundamental, mas é uma panóplia enorme de sub rubricas e algumas das quais não conseguimos perceber qual é que é a ligação direta com esta rubrica: “Aplicação transparente dos recursos financeiros”. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- A habitação, como o primeiro direito, passou a ser uma prioridade nacional com o Governo do Partido Socialista. Os cento e cinco milhões de euros do acordo entre a Câmara Municipal de Oeiras e o IHRU (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana), são uma prova disso. Significa que estamos perante uma nova aposta na habitação, com novos paradigmas, (como a renda acessível) dirigida à classe média e para os casais jovens. Neste particular, gostaria de sensibilizar a Câmara e a Vereação para a necessidade de pensar na construção das tipologias de maior dimensão, já não o T zero e o T um, mas T dois para os jovens, por forma a dar-lhes estabilidade e garantir que possam ponderar ter filhos. É por aqui, se calhar, uma das vias para nós combatermos o envelhecimento do Concelho. -----

----- Mas, na habitação, é preciso também ter os idosos como prioridade, em especial num concelho como o nosso, que está grandemente envelhecido. Pelo que, tem que se proceder ao desenvolvimento das políticas sociais centrado nos mais velhos, e eleger isso como prioridade. --

----- Queria colocar a seguinte questão: pondera o Executivo candidatar-se a verbas do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) para desenvolver um vasto programa de

requalificação das habitações, dotando-as do conforto habitacional que não têm? Parece-nos que esta ligação entre o envelhecimento, a ação social e as políticas de habitação são um imperativo civilizacional, de boa governação, de combate às desigualdades e de combate às alterações climáticas. -----

-----Queria terminar esta nota sobre habitação também para referir a boa notícia do dia de hoje. O Conselho de Ministros acabou de aprovar a reconversão de edifícios do Ministério da Defesa em habitação de renda acessível em Lisboa, Porto e Oeiras. São mil e oitocentos fogos ao todo, dos quais seiscentos e trinta no nosso Concelho e é (penso eu), uma ajuda muito importante para que Oeiras consiga responder ao desafio demográfico, ao rejuvenescimento dos seus habitantes e contribuir para o aumento da natalidade.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) disse o seguinte: -----

-----“Muto obrigado, Senhora Presidente. -----

-----A apreciação que a CDU faz deste documento começa por reconhecer a apresentação cuidada que foi feita e, desse ponto de vista, gostaria de saudar a Doutora Paula Saraiva e agradecer, também, os esclarecimentos que foram prestados. Parece-nos que é um documento que retrata os números, retrata aquilo que é a matéria contabilística de uma forma evidente e clara, sem prejuízo da técnica de natureza mais contabilística (e também política) utilizada, de remeter para dois mil e vinte e dois um conjunto de clarificações sobre a aplicação destes números, destes investimentos e destas despesas. -----

-----Uma parte interessante do documento, que também gostaríamos de salientar - a análise “swot” – identifica muitos dos problemas e fragilidades que há muito a CDU coloca como questões estruturais, dificuldades que temos de ultrapassar de uma forma muito mais exigente e, também, com mais investimento: mobilidade, assimetrias territoriais, questões ligadas a descontinuidades, questões também que têm a ver, ainda, com carências ao nível do





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mercado da habitação.-----

----- Há uma questão central neste Orçamento, que tem a ver com a posição do Município face à organização administrativa, nacional e, também, mais local. Por um lado, a descentralização das competências em matéria de educação, uma herança pesada que tem custos que gostaríamos de ver mais clarificados na relação com as receitas que o estado Central transfere, pois parece-nos que há aqui um desequilíbrio que seria muito importante identificar através de um exercício de contabilidade analítica, até porque se avizinham outras transferências (mais ou menos desejadas) para dois mil e vinte e dois ou anos futuros e que convém acautelar porque, de facto, a noção que temos é que os custos que o Município está a ter, em matéria de educação, ultrapassam significativamente aquilo que são as transferências que vêm do Estado. --

----- Ainda neste domínio, há também a questão da descentralização, mas agora para as freguesias. Entendemos que o poder local se faz nesta articulação sinérgica, produtiva, entre o município e as freguesias e gostaríamos, de facto, de ver muito mais esta sinergia retratada em valores de descentralização mais robustos. Oeiras está muito longe daquilo que poderia estar a este nível, quando comparada com outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa e também gostaríamos de ver aqui as próprias freguesias a reclamar mais, mais competências, mais recursos, porque estão mais próximas e têm capacidade, certamente, para fazer muito mais. -----

----- Há a questão, neste documento, dos saldos não incorporados que, aparentemente, vão ser esgotados (portanto há uma fonte de receita, digamos um aforro que estava a ser usado e que continuará a ser usado), mas que percebemos que nos anos futuros, tal já não sucederá. O próprio documento identifica como a necessidade de haver alternativas, fontes de receita alternativas e tivemos oportunidade, há dois dias, de colocar a questão do IMI e do IRS. Não acompanhámos a Proposta da Câmara, precisamente porque entendemos que são receitas que têm de ser protegidas porque, de facto, precisamos delas.-----

----- Avizinha-se o PRR, no domínio da habitação. Há investimentos pesados a este nível

e também sabemos, desde já, que aquilo que, por exemplo, em matéria de habitação vai ser financiado pelo Estado Central, provavelmente, não vai acompanhar os reais custos dessa habitação, com a espiral de inflação que está a haver e da subida dos custos da construção e, portanto, os objetivos, provavelmente, só serão atingidos com mais investimento ainda, do próprio Município.-----

-----Sabemos que o novo edifício municipal será um sorvedouro muito considerável de recursos durante este próximo ano (já o está a ser), percebemos que a distensão nos prazos vai permitir, se calhar, alguma transferência de verba relativamente àquilo que está orçamentado, mas continuamos a questionar – não tanto a necessidade de um novo edifício que garanta melhores condições aos trabalhadores, de facto acompanhamos essa perspetiva e há muito tempo que a CDU até colocava outras alternativas que correspondiam a esse objetivo - mas duvidamos do modelo de ordenamento do território que este novo grande polo suscitará: problemas de mobilidade, problemas de integração urbana, afastamento daquilo que é a estrutura urbana nuclear, que poderia ser favorecida e ligada aos corredores de mobilidade fundamentais.-----

-----Finalmente, apenas notas mais particulares, que têm a ver a tal técnica de diferir para dois mil e vinte e dois a definição de várias verbas e de vários investimentos (as tais rubricas que aparecem com dez euros) ligadas, por exemplo, ao orçamento participativo. Praticamente todas as medidas do orçamento participativo estão diferidas para dois mil e vinte e dois, sem verba atribuída. Grande parte daquilo que são investimentos em estrutura verde, corredores verdes, o eixo verde e azul, também, por enquanto, aparecem sem verba atribuída. Uma fileira agroalimentar que hoje em dia é uma questão fundamental na estruturação do território face a situações, até de pandemia como vivemos, não aparecem e gostaríamos que elas tivessem, desde já, uma visão mais concreta e mais clara, assim como, também, uma continuidade e reforço de apoio às micro, pequenas e médias empresas do Concelho e ao comércio local, particularmente nesta fase de apoio, em situação pandémica.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Parece-nos, para concluir, que seria muito importante (sabemos que é um exercício difícil do ponto de vista legal, mas que seria possível, face aos sistemas de informação que temos hoje em dia), fazer já uma previsão, um quadro futuro do que será então esta primeira alteração orçamental que virá nos primeiros meses de dois mil e vinte e dois, para conseguirmos perceber, realmente, quais são as afetações que estão a ser pensadas. -----

----- E é tudo. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** observou o seguinte: -----

----- “Não concordando com todas as opções políticas constantes neste documento, agrada-nos, no entanto, verificar que existem muitas medidas defendidas pelo PAN. -----

----- Vemos como positivo a criação do centro de acolhimento para doentes com alzheimer. -----

----- A criação do Programa de Renda Acessível de Oeiras, que vai permitir ser possível a criação da bolsa de apartamentos destinados a um perfil de morador que não se encaixa na renda apoiada, mas que não consegue aceder ao mercado privado. -----

----- O Projeto Ecocentros Móveis que vai beneficiar o incremento da recolha seletiva e a redução dos resíduos indiferenciados, uma vez que permite a deposição dos resíduos integrados nas frações escolhidas, em detrimento da sua colocação no contentor dos resíduos indiferenciados. -----

----- O estudo para a promoção de eficiência energética e produção de energia renovável. -

----- Uma proposta de alternativa ao Tribunal Comum, que seja mais célere, através de meios extrajudiciais de resolução de litígio, em matéria de mediação, conciliação e arbitragem. --

----- Verificamos que ao Bem-estar Animal são dedicadas meia dúzia de linhas em que a única inovação, e que muito aplaudimos é, finalmente, a colocação de abrigos para gatos. Relativamente ao Hospital Veterinário Solidário da LPDA, cujo projeto está pronto, e que tanta

falta faz, o que falta para avançar? Não vejo também os pombais contraceptivos, recomendação do PAN aprovada em Assembleia Municipal em dois mil e dezasseis, mas vejo que pretendem recorrer ao controlo biológico dos pombos, através de serviços de falcoaria. Somos por soluções positivas, que excluam o abate de animais e evitem mal-estar e sofrimento. Se temos ao nosso alcance métodos já experimentados em outras cidades europeias e americanas, com bons resultados no controlo populacional desta espécie, porque não enveredar por esse caminho, que é o comportamento humano mais lógico, consciente e responsável? -----

-----É pretensão do Município que a Estratégia para a Biodiversidade inclua ações de identificação, conservação e divulgação de espécies de fauna e flora. Achamos que se deve também assegurar que nos parques urbanos do Concelho em que haja animais, exista a divulgação, em local visível, do nome do funcionário responsável pela alimentação e tratamento dos animais e horário da respetiva alimentação, e de um contato para realizar eventuais denúncias de maus-tratos ou pedir socorro, caso o animal necessite. -----

-----Sugerimos também a criação de um espaço municipal capaz de receber em condições adequadas animais de médio e grande porte, apreendidos no Concelho. -----

-----Vemos como negativo o apoio à Festa do Cavalo enquanto persistirem as garraíadas.

-----Aplaudimos a pretensão do aumento do número de parques caninos devendo, no entanto, assegurar que têm a dimensão, localização e as condições apropriadas. -----

-----Consideramos que o CROAMO deve garantir a possibilidade de funcionamento em permanência e o socorro em horário noturno de animais acidentados ou quaisquer outros motivos de força maior e o atendimento ao público em horário alargado. -----

-----Deve existir uma partilha periódica no site do Município dos registos sobre a quantidade de resíduos produzidos e reciclados no Concelho. -----

-----Também consideramos que o Concelho de Oeiras tem poucas árvores classificadas de interesse público. O Município deveria fazer um levantamento de todas as árvores e iniciar



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

processos de classificação que protejam enquadramentos paisagísticos caraterísticos pelas suas árvores, equiparando o património arbóreo a outro património histórico edificado.-----

----- A conclusão da Estratégia Municipal para Adaptação às Alterações Climáticas e o Plano de Ação de Energia Sustentável, bem como o desenvolvimento do Plano de Ação Climática e Transição Energética para Oeiras dois mil e trinta, dois mil e cinquenta: -----

----- Que medidas práticas? Projetos como Porto Cruz, que violam claramente a legislação ambiental, que determina uma distância mínima ao leito dos rios, seguirão as diretrizes do Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas? Com o conhecimento científico que dispomos hoje em dia sobre as alterações climáticas e a subida do nível médio das águas do mar, cuja evidência científica já se faz sentir no litoral português, a construção na orla marítima é altamente desaconselhada. O nosso futuro depende das boas decisões que se tomem nesta matéria. --- -----

----- É inegável que os funcionários da Câmara necessitam de melhores condições de trabalho. O Palácio há muito que deixou de as ter, se é que alguma vez as teve. Vemos como positivo o facto de se juntar num só edifício todos os departamentos da Câmara. Não concordamos é com a sua localização. No nosso entender, não é a melhor, uma vez que a zona prevista já é dotada de uma enorme centralidade e, por conseguinte, de um enorme fluxo de trânsito, o que tornará a vida de quem ali mora bastante complicada. -----

----- O aumento e melhoramento dos espaços onde se pratica Agricultura Urbana, sejam hortas comunitárias, sejam as quintas pedagógicas, é outro dos projetos a que o Município pretende dar continuidade. Existe, no entanto, a possibilidade dos produtos aí plantados serem consumidos nas cantinas escolares e municipais de Oeiras? Ter alimentos muito viajados não é o mais sustentável e contribui em muito para o aumento da pegada ecológica. Estamos cientes das novas hortas e dos planos para continuar a construir mais, até mesmo nas escolas. Estes espaços são fundamentais para o bem-estar físico e mental de quem as utiliza, e cada vez mais são

procurados por pessoas de todas as idades. Também a produção de alguns alimentos perto de casa são um contributo aos orçamentos familiares, o consumo de produtos biológicos é benéfico na saúde e consumir produtos locais contribui para a diminuição da pegada ecológica na alimentação. -----

-----As cadeias curtas de produção são decisivas na diminuição da poluição provocada por transportes e embalamentos desnecessários, e garantem disponibilidade de alimentos frescos e sazonais em tempos de crise.-----

-----A mobilidade no Concelho continua a ser um desafio, uma vez que continuamos muito dependentes da utilização do transporte individual quer dentro, quer para fora do Concelho. Este é um modelo que a longo prazo será insustentável. São apresentados vários projetos para tentar colmatar esta deficiência, entre as quais mais vias, mais viadutos. Desta forma não se fomenta a utilização de transportes públicos e muito menos se reduz a utilização do automóvel. Estão previstas a construção de novas ciclovias e a criação de pontos de “bikesharing” e de outros equipamentos de deslocação elétrica.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Deputada, atenção... já terminou o seu tempo...”-----

-----A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** concluiu a sua intervenção:-----

-----“Esperemos que nestas novas ciclovias a segurança dos ciclistas esteja pensada, porque uma ciclovia é muito mais do que pintar um desenho de uma bicicleta no chão.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----O **Senhor Deputado Ricardo Fernandes (PS)** referiu o seguinte:-----

-----“Na presente Proposta, o Executivo afirma estar empenhado na alteração do paradigma da mobilidade, com as seguintes linhas de atuação:-----

-----Um modelo que pretende reduzir as necessidades de deslocação;-----

-----A construção de ciclovias com incidência nos parques empresariais;-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A implementação do contrato com AML sobre serviços de transporte; -----

----- O reforço COMBUS, para melhorar a mobilidade interna;-----

----- O transporte coletivo elétrico, em sítio próprio;-----

----- A gestão eficiente das zonas de estacionamento; -----

----- E, por fim, a construção de novas vias estruturantes.-----

----- Contudo, analisando a totalidade do documento, confirma-se a falta de planeamento e a inexistência de uma visão integrada para a mobilidade. Trata-se de uma fraqueza identificada na análise SWOT e reconhecida pelo Executivo, pois inscreve diversos Planos, mas que nos parecem suborçamentados. -----

----- O PS, nesta área, defende a necessidade de um Plano de Mobilidade Sustentável, com respostas concretas e integradas aos cidadãos, na construção de um território mais justo e equitativo, integrando o transporte público, o estacionamento, a mobilidade pedonal e a clicável.

----- Também no COMBUS, parece não haver nada de concreto. O PS apoia o reforço do COMBUS como elemento complementar, numa malha mais fina, adotando um sistema de informação de horários em tempo real, garantindo o “COMBUS a horas”. Pois, hoje, nem uns simples horários há nas paragens de autocarros. -----

----- Nos transportes públicos, espera-se também a implementação do contrato com a AML. Importa que o Município tenha capacidade de liderança e de monitorização. Ou seja, não pode fazer depender dos outros, a capacidade de monitorização dos serviços prestados. O que o Executivo pretende fazer nesta área?-----

----- Na mobilidade suave, a construção de ciclovias parece pouco ambiciosa, pois o Executivo opta por gastar mais na construção de novas rotundas.-----

----- A recuperação do espaço urbano, sempre que possível, devia incluir mais espaço para peões e ciclistas, pois só em dois mil e vinte e dois são seis vírgula oito milhões de euros. Não podemos andar a remodelar, para mais tarde tentar encaixar ciclovias ou remodelar os

espaços.-----

-----Também o estacionamento é identificado como uma fraqueza na análise SWOT. Senhor Presidente, as freguesias ribeirinhas têm especial pressão sobre esta problemática e em especial na zona do Dafundo. Que soluções o Município prevê para o Dafundo e para as áreas de apoio junto às praias? Em suma: o tempo passa e os problemas de mobilidade persistem. -----

-----Os Oeirenses e os que cá trabalham, a este ritmo dificilmente terão uma alternativa ao uso do automóvel, como meio transporte.”-----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Começando aqui em resposta à intervenção do Senhor Deputado António Moita (IN-OV), eu não sou tão otimista quanto ele. Nem a própria Câmara Municipal o é. Na última apresentação que foi feita aqui na Assembleia, nós conseguimos perceber que a Câmara Municipal de Oeiras está a utilizar o saldo de gerência acumulado para colmatar orçamentos deficitários. Senão vejamos:-----

-----A Câmara Municipal de Oeiras assume que desde dois mil e dezoito, os montantes incorporados foram superiores ao saldo gerado anualmente e que a partir de dois mil e vinte e dois, vai ter que começar a reduzir, palavras que cito agora: “a utilização deste instrumento financeiro, por força da impossibilidade de acompanhar a capacidade geradora de saldos superiores aos consumos estimados para os próximos exercícios”, ou seja, a Câmara Municipal de Oeiras esgotou o saldo acumulado e a partir de dois mil e vinte e dois deixa de ter a capacidade de usar este instrumento para colmatar situações de emergência ou de investimento estratégico. -----

-----Até dois mil e dezoito foi possível uma poupança de cento e dez milhões, que foi sendo gasta nos anos seguintes e o saldo acumulado de anos anteriores (e não incorporado), será totalmente consumido no final da gerência de dois mil e vinte e um, sendo consumidos os restantes doze milhões e quatrocentos mil no orçamento de dois mil e vinte e dois. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A própria Câmara Municipal admite que, face a esta estratégia de gestão, vai ter que equacionar a adoção, num curto prazo, de outros mecanismos financeiros que possibilitem fasear os encargos dos investimentos inscritos no PDE, por forma a reduzir a pressão de despesa nos próximos exercícios. Ou seja, financiamento bancário (dívida) que vai reduzir a capacidade de investimento do Município a médio e longo prazo. -----

----- O PSD gostaria também de colocar aqui uma série de questões relativas a algumas notas que retirou da análise do Orçamento e que dirijo ao Senhor Presidente da Câmara e que se prendem (algumas já foram aqui abordadas) ... Uma diz respeito a uma promessa eleitoral que vem já de dois mil e dezassete, relativa à construção de um complexo ou de um centro cultural no antigo quartel de Linda-a-Velha, contudo nas GOP não vemos nada previsto, quanto a esta solução urbanística. -----

----- Outra questão que gostaríamos de colocar, relativamente ao SATU. Pela análise do Orçamento, percebemos que até dois mil e vinte e cinco a Câmara Municipal planeia gastar dez milhões na expansão do SATU, até ao Lagoas Parque. Nós sabemos que o Senhor Presidente, desde dois mil e dezassete que defende, realmente, este meio de transporte, como uma solução amiga do ambiente para servir os vários parques empresariais. Ora, estando afeta esta verba para a expansão do SATU, o PSD gostaria de saber se já há algum estudo sobre esta questão, se, de facto, se sabe quantas pessoas é que este meio de transporte vai servir e gostaríamos de saber se é a melhor solução de mobilidade para, realmente, eliminarmos este que tem sido um “elefante branco” desde dois mil e quatro. -----

----- Relativamente a outras questões que foram aqui colocadas por outros grupos políticos e que têm a ver com as ciclovias, os pontos de “bikesharing” e outras questões, gostaríamos (e uma vez que elas já foram colocadas e, portanto, o Senhor Presidente irá necessariamente prestar os esclarecimentos relativamente a isso) de colocar uma questão muito concreta e que diz respeito aos postos de carregamento de carros elétricos. Tentar perceber como

é que a Câmara pretende instalar estes postos de carregamento elétricos. Eles vão ser instalados através de empresas privadas? Porque se assim for, se calhar, poderíamos ter aqui um “player” de mercado interessante que seria a Parques Tejo e que poderia gerir estes postos de carregamento elétricos, portanto, tentar perceber a ideia da Câmara Municipal relativamente a estas soluções. -----

-----Depois, perguntar ainda de uma outra promessa eleitoral, que também já vem de dois mil e dezassete e que não vemos espelhada neste Orçamento (pelo menos daquilo que nos foi dado a ver) e que diz respeito à criação das condições para as famílias no que se refere à primeira infância e à gradual integração nas redes públicas e solidárias das creches e do pré-escolar. Perceber de que forma é que esta questão está a ser equacionada, porque nós não vislumbramos no Orçamento, qualquer verba destinada à concretização da mesma. Para nós esta é uma das questões primordiais no que diz respeito, não só ao bem-estar das famílias oeirenses, mas, também, à criação de medidas que possam vir a ajudar e vir a incrementar a taxa de natalidade e colmatar as necessidades que as famílias sentem nos primeiros anos das crianças- -----

-----Depois, uma pequena provocação aqui ao Senhor Vice-Presidente quando, na última sessão, o PSD levantou a questão dos testes à COVID e, de facto, o problema relacionado com a comunicação não ter chegado e o Senhor Vice-Presidente, com alguma graça, perguntava à Senhora Vereadora Carla Rocha se não seria, se calhar, melhor dotar a comunicação de mais verbas. E eu pergunto, Senhor Vice-Presidente, mais? Mais do que um ponto nove milhões de euros para a comunicação? -----

-----É só. Muito obrigada.” -----

-----A **Senhora Deputada Fátima Rodrigues (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Eu vou fazer uma pequena abordagem sobre o eixo da Educação, que parece que é sempre o “parente pobre”, porque toda a gente fala em “contextos macroeconómicos e económicos”, mas de Educação... pronto, fica-me entregue a mim.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Então, eu gostaria de passar a ler aquilo que escrevi, deste ponto de vista da Educação, e daquilo que é o ideário deste ano de dois mil e vinte e dois. A parte económica – se houver algumas questões – será entregue a quem de direito.-----

----- As linhas de ação e investimento apresentadas para o setor da Educação, assentam no pressuposto de continuarmos a caminhar, para sermos líderes em Educação, temos a ambição de termos os melhores e mais qualificados alunos do País.-----

----- Neste sentido, dar-se-á continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo destes últimos quatro anos, mantendo, incrementando e melhorando, significativamente, o apoio ao bom funcionamento das escolas, entidades e serviços educativos que contribuem para o desenvolvimento de projetos estruturantes e uma melhor qualificação de toda a comunidade escolar.-----

----- Estas Grandes Opções para a Educação, demonstram a responsabilidade do Município pela sua comunidade escolar, promovendo: maior inclusão, menos desigualdade... bem como, está consciente que mais e melhor Educação, conduz a maior produtividade, maiores oportunidades, em relação ao emprego e nível salarial, maior coesão social, maior valor para os próprios e para a comunidade.-----

----- Com a consolidação do Contrato Interadministrativo, que concretiza o quadro de transferências de competências em Educação para os Municípios. O Município de Oeiras assumiu a transferência de competências na área da Educação, com efeitos a partir de um de setembro de dois mil e vinte.-----

----- Fomos pioneiros, na assunção desta delegação (ainda em embrião, em dois mil e quinze), modelo que, apesar de contestado, foi acolhido, desde o primeiro dia... apesar das conflitualidades e discussão crítica existente.-----

----- Foi uma decisão unânime, que envolveu todos os Agrupamentos do Concelho de Oeiras.-----

-----As expectativas, face ao que seria, realmente, esta nova consolidação do contrato, em dois mil e vinte... não permitiu, de imediato, que se iniciassem as modificações por todos esperadas, a ocorrência da pandemia, com efeitos em dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, veio condicionar o funcionamento das escolas, e as condições para a assunção plena das competências a transferir.-----

-----Com a coragem que nos caracteriza, e certeza de que a pandemia não irá, de todo, alterar o projeto, em Educação, que foi iniciado no último mandato, ir-se-á dar continuidade ao trabalho que se tem vindo a desenvolver e tem sustentado a visão de Educação.-----

-----Passando à Reabilitação do Edificado Escolar, passo a constar:-----

-----Está prevista a requalificação global de estabelecimentos do pré-escolar e do primeiro ciclo;-----

-----Construção dos Centros Escolares de Linda-a-Velha e de Porto Salvo;-----

-----Intervenção nas escolas António Rebelo de Andrade, Amélia Vieira Luís e Sylvia Philips;-----

-----Monitorização e conclusão da requalificação geral da Escola Básica e Secundária Aquilino Ribeiro e da Escola Básica São Julião da Barra;-----

-----Início da obra de requalificação global da Escola Secundária Professor José Augusto Lucas, no âmbito do Acordo de Colaboração entre o Município de Oeiras e o Ministério da Educação.-----

-----Mas, em Educação, há um “mundo”, para além das paredes e coberturas dos edifícios. As escolas de hoje, do século vinte e um, necessitam de oferecer espaços atrativos, capazes de garantir as condições essenciais a uma boa prática pedagógica aos milhares de alunos que, todos os dias, estão connosco, em todo o Concelho, são treze mil trezentos e vinte e nove (só da rede pública).-----

-----Nesta premissa de modernidade, serão desenvolvidas ações que visam: a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

conservação, a modernização e a adequação das instalações escolares e dos seus equipamentos; a adaptação a um novo paradigma de “Escola”.-----

----- Temos de ter espaços flexíveis, capazes de se adaptarem à evolução do currículo, às solicitações da comunidade escolar, bem como à rápida evolução das novas tecnologias de informação e comunicação; espaços com qualidade, seguros, acessíveis e, cada vez, mais inclusivos. -----

----- Temos, então, a salientar:-----

----- O investimento significativo no apetrechamento das escolas, com mobiliário e equipamento de última geração; -----

----- Dotação das escolas (da rede pública do Concelho) com tecnologias e ambientes inspiradores, indo ao encontro das necessidades de aprendizagem de cada aluno;-----

----- Reforço e apoio à implementação de novas medidas tecnológicas que urgem. -----

----- Mas só se pode ser líder, em Educação, quando reconhecemos – e é o que fazemos – a necessidade de manter o apoio ao bom funcionamento das escolas, entidades e serviços educativos que contribuem para o desenvolvimento de projetos estruturantes e para uma melhor qualificação de toda a comunidade escolar. -----

----- A título de exemplo:-----

----- A criação da Agenda Educação e Cultura, com a finalidade de dar visibilidade aos projetos que valorizam a Arte e a Cultura (que também são importantes);-----

----- O Programa Oeiras Vinte e Sete, que vem substituir Oeiras Mais (e que foi uma mais-valia, em tempo de pandemia);-----

----- O envolvimento de todas as escolas no eixo estratégico “Oeiras Ciência e Tecnologia vinte-vinte e cinco”; -----

----- O apoio às experiências educativas inovadoras e desenvolvimento de projetos que visem a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, de todos, para todos;-----

-----Continuidade dos Projetos das Equipas Multidisciplinares de Apoio Educativo do Município de Oeiras, que servem para dar apoio às nossas crianças que têm necessidades educativas especiais; -----

-----Alargar o Projeto Mochila Leve a novas turmas, abrangendo mais alunos e mais professores, desde o Primeiro Ciclo do Ensino Básico ao Ensino Secundário;-----

-----Apoio – e continuidade do apoio – às Atividades de Enriquecimento Curricular.-----

-----Quanto a Apoios Escolares:-----

-----Todas as crianças do pré-escolar receberão, desde agora, apoio para a realização das visitas de estudo, independentemente do seu escalão;-----

-----Continuaremos com a prioridade para a atribuição do subsídio de transporte;-----

-----Neste momento, o aspeto mais importante que temos a salientar, nesta ação, concerne... tem que ver com os refeitórios escolares que, como todos sabem, tem sido sempre um grande fator de divulgação nos média. A partir de um de setembro de dois mil e vinte e dois, o Município, irá assegurar todo o universo escolar, de modo a oferecer as mesmas condições a todos os alunos do Concelho... irá deixar de existir alunos que são “refeitório da DGEST” e alunos que são “refeitório do Município”; -----

-----Por outro lado, na Rede Solidária da Educação Pré-escolar, manter-se-á o acompanhamento dos pedidos de apoios técnicos e/ou financeiros; -----

-----Também de salientar, a atribuição das Bolsas de Estudo (que este ano será no valor de um ponto dois milhões, destinados a residentes), Bolsas de Mérito e Bolsas de Aluno dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). -----

-----Ainda um outro aspeto a salientar, e muito importante, é relativamente à capacitação do pessoal “não docente”, – que é a base do funcionamento, e a face, de todas as unidades orgânicas – podemos dizer que, neste momento, está cumprido o rácio estabelecido por despacho e, em muitos dos casos, até ultrapassado; -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Assim, será feita a valorização, capacitação e o desenvolvimento socioprofissional destes duzentos (quase) agentes educativos, num processo que vai envolver trezentas e cinquenta horas de formação. Formação, esta, que está sempre em função das necessidades, em articulação com os órgãos de gestão das escolas e do seu projeto educativo.-----

----- Assim, de acordo com o apresentado como proposta para dois mil e vinte e dois, para apreciação e votação nesta Assembleia, podemos inferir que:-----

----- Existe um ideário consistente, nas opções apresentadas, assente na visão que há um triângulo fundamental entre: escola, família e comunidade; que se torna cada vez mais importante e que merece a maior atenção, por parte deste Executivo, de modo a combater as fragilidades ainda existentes neste setor e no nosso Concelho.-----

----- A mobilização de vontades e sinergias, levou a que fossem assumidas “soluções de qualidade” cumprindo a existência da construção de um novo paradigma para uma educação voltada para o futuro.-----

----- E, é dentro deste princípio, num Município onde “todos contam” e que “ninguém pode ficar para trás” que se tem assistido ao maior investimento de sempre na área da Educação: oito ponto nove, e com tendência para crescimento; contrariando o que acontece com a Administração Central.-----

----- De acordo com o Relatório de Contas do Tribunal de Contas, apresentado em dois mil e vinte e um, que faz a análise dos últimos vinte anos sobre a evolução da despesa pública em Educação, face ao PIB (Produto Interno Bruto), constata-se – pela leitura da página treze – que a mesma desceu, de quatro ponto cinco, para três ponto nove... com tendência a decrescer. Apresentando um risco nas escolhas para a prioridade de um País marcado por desigualdades, défice de qualificação, fraco potencial de crescimento económico e escassez de capital.-----

----- Em Oeiras todos contam.”-----

----- O Senhor Deputado Diogo Oliveira (IN-OV) observou o seguinte:-----

-----“Em termos de Saúde, ficou provado – com os acontecimentos recentes – que a descentralização de competências, na área da Saúde (para as autarquias), permite reforçar a colaboração do Poder Local com os diferentes profissionais de saúde e níveis de cuidados, potenciando o acesso a cuidados de saúde integrados e adequados às necessidades em Saúde das comunidades locais. Oeiras, uma vez mais, está na vanguarda com políticas de Saúde que excedem as melhores expectativas. -----

-----Projetos como: -----

-----O Cartão Cinquenta e Cinco Mais, que, de forma exemplar, apoia os mais necessitados na aquisição de medicamentos, de forma organizada e sem discriminação para os seus usufrutuários – único no País;-----

-----O Projeto “Fast Track Cities”, que permite identificar casos de infeção por HIV e Hepatite C, em que os casos reativos são referenciados no hospital mais próximo para posterior acompanhamento;-----

-----O Desafio “Não à Diabetes!”, que tem como objetivo a prevenção de desenvolvimento da diabetes tipo dois;-----

-----Os Projetos de Literacia em Saúde Física e Mental; -----

-----O Plano Estratégico para a Demência (primeiro do País) define os princípios a que devem obedecer os cuidados a pessoas com demência, as medidas a adotar relativamente à deteção precoce, as medidas de acesso ao diagnóstico médico, bem como ao diagnóstico compreensivo. -----

-----Nos últimos dois anos, tornou-se ainda mais evidente que, o trabalho coordenado entre os diversos intervenientes na política de Saúde, é essencial, para o desenvolvimento de novas respostas em Saúde, mais eficientes e centradas nas pessoas. -----

-----A Câmara de Oeiras fez esta articulação, de modo exemplar e, uma coisa é certa: a jornada de Saúde dos oeirenses será um exemplo para o País.-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), se faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Quero, em primeiro lugar, agradecer, nas pessoas da Doutora Paula Saraiva (Diretora Municipal da DMAG, Direção Municipal de Administração Geral) e da Doutora Cátia Bonito (Chefe de Divisão da DPOC), o brilhante trabalho desenvolvido pela Divisão de Planeamento, Orçamento e Controlo (DPOC), aqui apresentado. Isto, tendo em vista, sobretudo, o curto espaço de tempo que decorreu desde a tomada de posse deste Executivo. Permitindo que se possa iniciar, tranquilamente, o ano de dois mil e vinte e dois, sem recorrer ao sistema de duodécimos.

----- Pretender perceber o conceito “Oeiras, Cidade Verde e Azul”, sem ter por base os princípios dos sistemas complexos, é uma tarefa tão “inútil”, quanto “ineficaz”.-----

----- Ora, o conceito “Oeiras, Cidade Verde e Azul”, como qualquer sistema complexo, é uma unidade coletiva em que o “todo” é mais do que “a soma das partes”, em que grande parte das suas relações é “não linear”. -----

----- Permitam-me, Senhoras e Senhores Deputados, esta introdução, para que se perceba que os problemas do Concelho de Oeiras não se resolvem pela adoção de medidas avulsas, por mais simpáticas e populares que se apresentem. -----

----- O que este Plano de Desenvolvimento Estratégico define e traça como objetivo, é a criação de um conceito de cidade que, como muito bem definiu o Senhor Presidente Isaltino Morais: “... corresponda a uma oferta integrada de vida onde: habitar, trabalhar, adquirir conhecimento e relaxar; se situem a uma distância que permita soluções de mobilidade suave e a redução dos períodos de deslocação quotidiana, garantindo, assim, mais tempo para lazer, para

Cultura, para o divertimento e para estar com a família.” Isto, no respeito pelo modelo de “cidade polinucleada” que defendemos.-----

-----Assim se compreende que este Plano – intérprete do Programa Eleitoral recentemente sufragado pelos oeirenses de forma maioritariamente expressiva... (e, repito) do Programa Eleitoral recentemente sufragado pelos oeirenses de forma maioritariamente expressiva... (e, não propostas de qualquer outro grupo político) – pretenda, para Oeiras, um desenvolvimento sustentável na sua tripla dimensão: económica, social, ambiental e científica; verdadeiramente digna do epíteto “Cidade Verde, Azul e Inteligente”. -----

-----É com este objetivo que este Plano privilegia, entre outras, as várias medidas que pretendem: alcançar a neutralidade carbónica e a adaptação às alterações climáticas; reforçar as medidas de preservação da biodiversidade e “habitats” existentes, com destaque para a Serra de Carnaxide e para as nossas ribeiras, mas também, naturalmente, para a manutenção e a expansão de “habitats” para polinizadores que incentivem a apicultura em meio urbano; continuar a favorecer a expansão de práticas agrícolas, com destaque, naturalmente, para a nossa vinha (produtora do Vinho de Carcavelos) e para a nova aposta na produção de azeite e mel, mas sem esquecer, claro, as muitas hortas, que às vezes esquecemos, que se distribuem por todo o Concelho. - -----

-----É com ações concretas, e investimento, que se responde aos novos desafios colocados pela progressiva instabilidade ambiental. Oeiras, que é já – importa não esquecer – o Município urbano da Área Metropolitana de Lisboa com mais área verde por habitante, vai continuar a ser, cada vez mais: “verde e azul”, no ordenamento do território; “solar”, na energia; “carbono zero”, nas emissões; “resiliente”, na adaptação às alterações climáticas; “inteligente”, na monitorização ambiental; e, “circular”, nos resíduos urbanos. -----

-----É com este objetivo que apresenta, para dois mil e vinte e dois, uma dotação de vinte e dois vírgula sete milhões de euros, correspondendo a doze vírgula oito por cento do total



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

orçamentado.-----

----- Mas também na mobilidade... com o objetivo de a tornar cada vez mais sustentável se procede a uma dotação de dez vírgula oito milhões de euros, com a criação de novas ciclovias; o reforço do COMBUS; o aumento do número de carregadores elétricos; e o estudo de alternativas em transporte coletivo elétrico em linha dedicada.-----

----- Sem esquecer, isto naturalmente, as novas vias estruturantes transversais. As tais, que muita gente tem “atravessadas na garganta”: os troços da VLN (Via Longitudinal Norte) e da VLS (Via Longitudinal Sul); suportes determinantes da nossa dinâmica económica, e fundamentais para o reforço da atratividade de Oeiras, relativamente a empresas criadoras de riqueza. O que nos permite garantir que “em Oeiras, ninguém fica para trás.”-----

----- Assim se justificam, os quase nove milhões de euros para este investimento. Sim, porque sem produção de riqueza, não há milagres que nos permitam responder às necessidades e anseios dos oeirenses. E, esta, é, naturalmente, uma das primeiras prioridades deste documento, porque todas as outras dependem dela. Apesar de haver, nesta sala, quem ainda o não tenha compreendido. Esperamos, no entanto, que venham a consegui-lo durante este mandato.-----

----- Repito, Senhoras e Senhores Deputados: sem produção de riqueza, não há milagres... como o prosseguimento das políticas de Educação e Cultura, envolvendo um montante de dezassete vírgula oito milhões de euros (com destaque... como o que já foi aqui referido: a generalização das Bolsas de Estudo para os alunos do ensino superior).-----

----- A continuidade das políticas sociais, com enfoque principal nos que se encontram em maior fragilidade, nomeadamente, reforçando a coesão social “para que ninguém fique para trás”. É essa riqueza que nos permite a política habitacional, que tanto nos orgulha, quer ao nível de novas construções, quer da requalificação integrada dos edifícios, com melhoria do desempenho energético e certificação ambiental, nos três mil quatrocentos e cinquenta e quatro fogos, distribuídos pelos quatrocentos e noventa e cinco edifícios, disseminados por dezanove

bairros. Se, nesta última, se prevê um investimento de sessenta milhões de euros, na construção de nova habitação há doze novos empreendimentos, correspondentes a nove programas de habitação e três unidades residenciais seniores. Isto, num total de quinhentos e noventa e três apartamentos de várias tipologias e oitenta e nove “T uns” das unidades seniores, isto com prazo até dois mil e vinte e cinco, num investimento total de cento e quarenta e um milhões de euros, com financiamento PRR (Programa de Recuperação e Resiliência), até ao valor máximo previsto na lei. -----

-----A isto, acresce a possibilidade de candidaturas privadas para a reabilitação de edifícios, ou fogos. O que pode resolver, nomeadamente, os problemas dos condomínios mistos e alargar o financiamento a particulares carenciados. -----

-----Finalmente, uma palavra para a prossecução desta política de Habitação Jovem (com a sequente revitalização dos centros históricos) e para o Programa de Arrendamento Apoiado: com o intuito de facilitar e dinamizar o inflacionado mercado de arrendamento, com a introdução de isenções fiscais para proprietários privados que queiram aderir ao programa, e a intermediação da Câmara Municipal de Oeiras... perspetivando-se, a introdução (no programa) de mil e trezentos fogos privados e de setecentos do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana). -----

-----Uma palavra, para reforçar aquilo que afirmei, no Período Antes da Ordem do Dia (PAOD), a este propósito: -----

-----É de salientar, hoje, o facto de a Câmara de Oeiras (o Concelho de Oeiras) estar de parabéns, com a inauguração do Edifício Villa Longa, que permitiu a atribuição de uma moradia a mais trinta e dois jovens. -----

-----Uma palavra, ainda, para salientar a “transparência” deste documento. Transparência que contraria, completamente, a alegada “opacidade” referida por quem, aparentemente, desconhece... (ou pretende fazer-nos acreditar que desconhece) as regras que a lei impõe para a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

elaboração das Grandes Opções do Plano e do Orçamento. Única explicação para a proposta aqui apresentada de elaboração de um Orçamento com base na auscultação de praticamente todo o tipo de entidades que existam neste Concelho, o que, garantidamente, faria com que esta proposta não chegasse a esta Assembleia antes de dezembro de dois mil e vinte e dois, no final do período a que diria respeito. -----

----- Disse, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Senhor Deputado António Moita (IN-OV), se faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Eu queria aproveitar, ainda, algum do tempo que o grupo tem, no sentido de reforçar algumas daquelas que são questões suscitadas, aqui, pelas diferentes forças políticas, e que conduziram (enfim, foi este o tom...) a críticas: àquilo que o Orçamento nos traz; e àquilo que as Grandes Opções do Plano nos mostram. Obviamente, é esse o papel... ou, é esse um dos papéis que as forças políticas da oposição têm, mas também seria útil (e não seria impossível) que fossem para além da crítica, que apontassem caminhos, ou soluções que não são exatamente aquelas que aqui temos. -----

----- E começamos logo pela questão... pela palavra mais debatida, que é a questão da “sustentabilidade”. -----

----- É muito fácil dizer que, do cerca de meio milhar de páginas que aqui temos, só concordamos com as trinta e três páginas de texto, porque não há, depois, uma concretização, nos mapas, das políticas que são pensadas para o Concelho, mas, depois, ao nível, por exemplo, da sustentabilidade, dizer que há falhas nas propostas, que não há verbas para as propostas, que não vai haver concretização dos objetivos enunciados e, ficar por aí. Não se desenham, não se

vislumbram... (nas intervenções feitas) nenhuma outra solução, nenhum caminho alternativo. ---

-----E quando aqui é dito, designadamente, pelo Senhor Deputado António Perez Metelo (EO), que não concorda, ou que apenas concorda com trinta e poucas páginas, das cerca de meio milhar que aqui temos, e quando diz que percebeu na terça-feira como é que a gestão financeira da Câmara era feita... dando a entender que tudo estava nas mãos do Presidente da Câmara, e que apenas a ele competia dizer, ou pensar, naquilo que seria o futuro deste Concelho para os próximos anos, esquece-se que (e já foi dito aqui pelo meu colega) não há nada mais transparente do que estas quinhentas páginas que aqui temos. -----

-----É de uma transparência total. Mesmo naquilo que não é bom, mesmo naquilo que pode, de alguma forma, condicionar a atividade da Câmara Municipal. E eu, não é costume, enfim, tenho acesso como o Senhor Deputado terá (provavelmente, até mais do que eu) a orçamentos e grandes opções do plano desenhadas, ou pensadas, por outras câmaras municipais, e eu julgo que não é fácil encontrar alguma que, de uma forma tão clara, tão óbvia, nos mostre aquilo que vão ser os próximos anos. -----

-----E também foi realçada, aqui, a questão da “perspetiva muito cor-de-rosa” que eu teria, perante as propostas que aqui estão. Não foi assim. Eu comecei... foi, logo, na minha intervenção, uma das primeiras coisas que disse, que “a exigência que a execução do Orçamento vai ter, é muito grande.” Eu não sei mesmo se não será dos orçamentos mais exigentes que a Câmara Municipal algum dia teve. E não é o Orçamento de dois mil e vinte e dois... também nos é dito aqui que também é o Orçamento de dois mil e vinte e três... e, portanto, mais transparente do que isto... eu não sei, depois, onde é que podemos ir. -----

-----Em nenhuma página, em nenhum momento, em nenhum parágrafo, se esconde que a realidade é dura, a realidade é difícil. Estes dois anos trouxeram consigo alterações profundas.---

-----Não foi possível – e a Câmara assume-o, com frontalidade – a execução do plano plurianual de investimento que estava pensado para os dois últimos anos. E, portanto, é óbvio



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que nós, perante isto, temos duas soluções: -----

----- A primeira é dizer “muito bem, não foi possível... temos este dinheiro, vamos ter um Orçamento parecido com os anteriores, e vamos continuar, com calma, a desenvolver os projetos que temos... deixando, para mais tarde, outros projetos que são essenciais para o desenvolvimento do Concelho”, mas não foi isso que a Câmara fez, essa era a via mais fácil. Não foi isso que a Câmara fez; -----

----- A Câmara disse “temos que assumir que o cumprimento de alguns projetos não está em linha com aquilo que entendíamos ser boa prática, mas vamos continuar a desenvolvê-los, vamos concretizá-los... e, ao mesmo tempo, vamos continuar a desenvolver e a concretizar os projetos que temos em mente.” -----

----- A Câmara pôs-se, a si própria, perante um grau de responsabilidade ainda maior do que aquele que é hábito e, portanto, eu acho que isso é... do ponto de vista da posição da Câmara, é um risco grande que corre. Eu não sei se será possível a execução completa daquilo que aqui está, mas é um risco que a Câmara assume, é um risco. Frontalmente diz “estamos cá para isso” e, portanto, eu, sendo de uma força que apoia o Executivo Municipal, ou sendo uma força que está contra o Executivo Municipal, eu não deixo de realçar que este é um aspeto importantíssimo destas GOP e deste Plano. -----

----- A segunda questão tem que ver com a parte boa desta história toda. Quando se diz aqui que as receitas caíram... As receitas vão cair, não ao nível fiscal, porque essas continuam estáveis... e isto só mostra, enfim, que todo este desenho das soluções de financiamento da Câmara é algo que é bem pensado, é algo que foi pensado ao longo das últimas décadas e, portanto, continua a ter uma situação muito sólida (eu acho que isso também é das coisas boas que o Orçamento mostra), mas aquilo que eu também disse, na intervenção que fiz, foi que, felizmente, a Câmara está perante uma condição que não é uma condição parecida com muitas outras câmaras, por esse País fora. A Câmara, hoje, pode fazer o que quiser. A Câmara não tem

dívida, ou praticamente não tem dívida. A dívida que a Câmara tem é algo que... face à realidade, é praticamente nula. A Câmara tem património mais do que suficiente para, se for preciso, ir financiar as atividades, mas a Câmara entende que, aquilo que tem e com as projeções macroeconómicas que aí vêm... daquilo que aí vem, tem a capacidade, ela própria, de solver as responsabilidades que assume e, portanto, aquilo que aqui está é isso mesmo. -----

-----Quando se diz que “a Câmara poderá vir a recorrer a outras fontes de financiamento”. Claro que pode, teoricamente, pode. Não o tem feito, e eu estou quase certo de que não irá acontecer isso. Se a execução orçamental for feita como tem sido feita ao longo dos últimos anos, estou absolutamente convencido de que chegaremos (como aqui foi dito) ao final do ano de dois mil e vinte e dois (quando estivermos a analisar as contas de dois mil e vinte e dois) e verificaremos que o grau de execução orçamental, e o grau de cumprimento das metas, é muito, muito, muito alto (e, tem sido, ao longo dos últimos anos) e vai, seguramente, continuar a ser. -----

-----Eu, com toda a franqueza, não vejo, neste Orçamento, nenhum tipo de “vida fácil” para a Câmara Municipal. Vejo que a Câmara Municipal se coloca num patamar de risco que é muito importante, mas verifico que o conjunto de projetos que estão em curso, e o conjunto de projetos que vão acontecer ao longo dos próximos anos, são exatamente aquilo que faz... ou que continuará a permitir que Oeiras seja líder nos indicadores todos que queiramos ver. -----

-----E, é isso que se pede a uma Câmara Municipal e a um Presidente de uma Câmara Municipal, é que continue a fazer deste Concelho, independentemente de ele já estar à frente do “ranking”. Isto de ser segundo, dá sempre para tentar chegar a ser líder, mas estar à frente é mais complicado ainda... O que eu vejo neste Executivo Municipal, o que eu vejo nestas GOP, o que eu vejo em tudo aquilo que li, é: a competitividade, que é a do costume; a agressividade, que é a do costume; a vontade de fazer coisas, que é a do costume. Portanto, eu só posso ter esperança que se concretize tudo isto... e tenho a sensação (por aquilo que vejo) e, em função das críticas





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que ouvi aqui, que não há nada de muito complicado que não possa ser cumprido, mesmo até aquela referência que é feita aos dez euros por cada linha de... por cada projeto... o Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) sabe, tão bem como eu, ou ainda melhor, que o que era grave é que não estivesse lá nada... o que era grave é que não tivesse lá nada (quer dizer que, aquela linha, não existia), mas sabe, tão bem como eu, que aquela linha vai ser preenchida logo que seja possível. E o “logo que seja possível” é: quando houver saldo para isso. É isso que vai acontecer. E, se tivesse acompanhado... – em vez de ter acompanhado só a atividade deste Concelho (ou deste Executivo Municipal) nos últimos meses – se tivesse acompanhado isto já há mais tempo, tinha percebido que esta é uma prática que se faz há muito tempo (como o próprio Senhor Deputado disse), portanto, não vejo a razão de ser, ou a fundamentação para uma crítica deste tipo.- -----

----- O projeto existe, o projeto está lá, a orçamentação está lá. Falta verba? Falta, mas vai ter, mas vai ter. E se não tiver, se por uma razão qualquer a verba não chegar lá, cá está o Senhor Deputado António Perez Metelo (EO), para chamar a atenção para isso, que é a sua função aqui, como é a de cada um de nós. -----

----- Concluindo:-----

----- Estamos perante um tom de críticas que se aceita, estamos perante um tom de críticas que poderiam trazer algo de mais construtivo (que, infelizmente, não foi o caso), mas estamos perante (e isso, para mim, é que é muito importante) um Orçamento que honra aquilo que Oeiras tem feito ao longo destes últimos anos e que, seguramente, com a responsabilidade que é assumida pelo Executivo que aqui está, e por todos nós, que vamos com certeza criar as condições para que isso seja possível, vamos ter um ano de dois mil e vinte e dois que não será fácil, um ano de dois mil e vinte e três que não será fácil, mas estamos (como sempre aconteceu) a preparar tudo para que os anos que aí venham sejam bons. -----

----- Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Senhor Deputado António Perez Metelo (EO), eu dou-lhe a palavra, mas o Senhor tem dezassete segundos...”-----

-----O **Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** perguntou o seguinte: -----

-----“Eu sei, Senhora Presidente, por isso é que lhe queria perguntar se... não querendo eu ultrapassar os dezassete segundos, se me dava a tolerância de “um minutinho”? Para poder responder ao Senhor Deputado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, isto não é uma questão de tolerância. Eu dou-lhe, até um minuto... ao fim de um minuto, a sua intervenção acabou. Se não, nós não podemos estar a prolongar o nosso tempo de intervenção. -----

-----Se faz favor. Seja breve.”-----

-----O **Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, pode parecer-lhe estranho, mas percebo... percebo o que significa “meter dez euros”, não precisa de me ensinar isso. Eu percebo que é para abrir essa rubrica, mas chamo-lhe a atenção que as medidas de adaptação climática, que estiveram quatro anos seguidos no mandato anterior... (portanto, não é verdade que eu não tenha seguido isto, anteriormente) estiveram quatro anos à espera que fossem reforçadas. Um ano, e depois outro... e depois outro... e depois quatro.-----

-----Portanto, não me venha dizer que “de certeza que vão ter dotação”, se calhar não têm. Há casos, já, que não tiveram. A questão que eu pus, a primeira questão que se me levantou é muito simples, é aritmética: a soma total são duzentos milhões de despesa... se uma parcela está “suborçamentada” em vinte e seis milhões, quer dizer que todas as outras estão “sobreorçamentadas” em vinte e seis. É tão simples como isto. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- É ou não é verdade?... que, da outra parte, têm que ser transferidos (ao longo do ano) esses vinte e seis, do ponto de vista da demonstração de resultados? É só isso que eu digo. Eu não estou a dizer, eu não estou a dizer que não haja dinheiro, Senhor Deputado. Entenda o que eu estou a dizer. O que eu estou a dizer é que isso tudo se passa... e não estou a dizer que haja nisso nada de ilegal, nada de ilegal. Estou a dizer que é uma gestão sagaz do Senhor Presidente... que depois a gere num outro organismo que não é esta Assembleia. E, portanto, não seria...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, já passou mais do que um minuto. -----

----- Peço desculpa, mas tem que terminar.”-----

----- O **Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** continuou dizendo o seguinte:----

----- “Peço desculpa. Pronto, é a última frase:-----

----- Não ficaria mal que – neste documento – houvesse uma pequena explicação de como é que, naturalmente... e, de onde vem, este recentrar contabilístico de verbas?-----

----- É só isto.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, desculpe, tem que terminar a sua intervenção. -----

----- Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), se faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Só para lembrar o Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) que, de facto, não percebeu aquela pequena introdução que eu fiz na minha intervenção, quando referia os “sistemas complexos”. Os sistemas complexos referem-se, exatamente, a isso. É que o Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) só vê medidas de combate às alterações climáticas, se tiver lá as palavras: “alterações climáticas”; há imensas rubricas que afetam a questão das alterações climáticas, sem, diretamente, dizerem respeito às alterações climáticas. -----

-----Quanto à questão dos dez euros: -----

-----De facto, o Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) não se lembra, porque não estava cá, mas essa questão já foi, inclusivamente, objeto de uma espécie de “rábula”, nesta Assembleia. Portanto, eu esperava que não voltasse a ser trazida, porque todos nós nos lembramos do ridículo em que essa “rábula” acabou por cair. -----

-----Disse, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), pediu a palavra? -----

-----Se faz favor.”-----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Terminado este “bailado de lição de construção de Orçamento”, debruçemo-nos sobre aquilo que nos traz aqui hoje, sobre a discussão das GOP deste ano: -----

-----Estas têm uma especial importância pois, este documento, insere o Plano de Desenvolvimento Estratégico para o quadriénio desta governação.-----

-----Depois das análises sobre: mobilidade, transição digital e “smart cities” e, ainda, sobre as políticas de demografia, que esta bancada realizou; debruço-me, pois, sobre a análise “SWOT” que dita “os pontos fortes e fracos, as oportunidades e as ameaças” que podem ser lidas com clareza, e que são a base de partida para a definição das prioridades que se encaixam nos eixos estratégicos definidos.-----

-----Permitam-me aproveitar para fazer uma alusão à análise “SWOT” recentemente apresentada no Plano Estratégico da Cultura, e que nos parece mais profunda, em algumas áreas. Atrevemo-nos a comparar, pois, como todos sabemos, a Cultura deve constituir-se como mobilizador das dinâmicas territoriais e do desenvolvimento.-----

-----Ambas apontam para uma “fragmentação territorial” e uma “fraca identidade



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

concelhia”. -----

----- Na análise do documento de hoje, sublinhamos mais duas áreas que nos preocupam, e que entendemos ser este o momento certo para garantir que possa existir uma melhoria... que sei, sabemos, todos querer. -----

----- Na área da “boa governação” – que nada tem que ver com o facto de as contas serem bem geridas, mas sim com o princípio da importância do envolvimento dos cidadãos – sublinhamos que é detetada (como “ponto fraco”) a falta de promoção de mecanismos de cidadania e participação pública, associativismo e voluntariado.-----

----- Bem sabemos que este Município, há muito, desenvolve o mecanismo de Orçamento Participativo... apesar de períodos em que não se aplicou e do atraso na execução de alguns projetos vencedores, mas todos sabemos que, nesta área, é possível fazer mais. Criar campanhas de comunicação constantes, de participação e de incentivo ao voto, dar formação aos membros das mesas, ou a extensão dos Orçamentos Participativos às Freguesias, são disso exemplo. Imagino que a resposta possa ser que “as freguesias têm a sua autonomia e que podem tomar essa decisão”, mas também sei, que o Executivo, pode recomendar essa prática e, até, incentivá-la. Fica o desafio.-----

----- Outra área que contribui, igualmente, para uma maior participação de todos, e de todas, é o combate às desigualdades. Não há dúvida que Oeiras fez... (faz) investimento na Educação. E sim, todos sabemos que este é um instrumento essencial para garantir a quebra do ciclo de pobreza, mas quando falamos de desigualdades, não falamos só desta “classe” de desigualdades, falamos de inclusão, de territórios comprometidos com a cidadania... de territórios comprometidos com a cidadania para a igualdade.-----

----- Deixamos outros desafios:-----

----- O de garantir que, daqui a quatro anos, a mediação intercultural e de integração de comunidades imigrantes e minorias étnicas não é um ponto fraco (como, hoje, vem sublinhado),

bem como garantir que os próximos orçamentos integram políticas de igualdade e de igualdade de género, quer no que toca aos recursos humanos da Câmara Municipal, quer à participação “cinquenta-cinquenta” em todas as áreas, na nossa comunidade, e que essa participação, e essa inclusão, seja premiada pelo Município. -----

-----Termino com uma referência positiva ao facto das propostas do Partido Socialista, apresentadas em Reunião de Câmara, terem sido aceites e, desta forma, virem a ser integradas na revisão orçamental de fevereiro.-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----Mais algum Senhor Deputado pretende usar da palavra?-----

-----Então, iríamos fazer um intervalo e, depois, o Senhor Presidente faria as respostas, os comentários que entendesse.”-----

-----**INTERVALO**-----

-----A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo.-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Senhora Presidente, na apresentação do Orçamento, e nos próprios textos que fazem parte das GOP, é explícito (ou é claro) o modo como este Orçamento foi elaborado.-----

-----Nós, nos últimos anos... (como o Senhor Deputado António Moita (IN-OV), há pouco, bem frisou) a sistemática não muda:-----

-----Nós apresentamos um Orçamento que é aprovado em duas fases, por assim dizer... numa fase inicial e numa segunda fase, quando introduzimos, na primeira revisão orçamental, parte do saldo da gerência, para consubstanciar, ou permitir, o cumprimento das propostas eleitorais que foram sufragadas, para permitir o plano de investimentos de longo prazo, que tem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

vindo a ser posto em prática desde há alguns anos. -----

----- Assim, e agora respondendo diretamente às questões que foram colocadas pelos Senhores Deputados... -----

----- Senhor Deputado do Chega (dirigindo-se ao Senhor Deputado Francisco O'Neill Marques (CH)), sobre a questão do “equilíbrio intergeracional”: -----

----- Esta questão ficou clara na apresentação da Doutora Paula Saraiva (Diretora Municipal da Direção Municipal de Administração Geral da C.M.O.), há dois dias. No pior dos cenários, o equilíbrio intergeracional está salvaguardado em catorze por cento... em catorze por cento. O Município pode ir até aos cinco por cento negativos, portanto, estamos muito longe desse cenário. Está salvaguardado, o equilíbrio intergeracional.-----

----- O “valor do PRR” (Plano de Recuperação e Resiliência):-----

----- O valor do PRR, nesta fase, ainda só está o valor candidatado, pelo Município. O valor candidatado pelo Município foi de cerca de quatrocentos milhões de euros... aguardamos decisões. -- -----

----- As “medidas COVID”:-----

----- O Município (ou este Executivo Municipal) disse, desde o início da pandemia, que “não deixaríamos ninguém para trás”. Também nos relatórios, (que foram sendo colocados à disposição dos Deputados Municipais) é claro onde é que foi feito o investimento até agora... e, decorrente do que foi dito na última Assembleia Municipal, (não na de terça-feira, mas na anterior) o Município continuará a fazer o que é necessário, para salvaguardar e proteger a comunidade, apoiando: quer a população, quer os agentes económicos. Dissemos que, desde o início da pandemia, apoiámos: desde bombeiros, até às pessoas individualmente consagradas, o tribunal, os agentes... os táxis, tudo. -----

----- Levámos: desde comida a refeições confeccionadas... à casa das pessoas; medicamentos. Continuamos a fazê-lo.-----

-----Nas últimas semanas: pusemos em prática dois postos de testagem fixos, e voltámos a pôr o posto de testagem móvel (à COVID DEZANOVE); reforçámos as condições de conforto e de segurança do Centro de Vacinação. Tudo isto que fizemos foi para proteger a população, portanto, tudo o que estiver ao nosso alcance para proteger e apoiar as populações, assim será feito. Tal como fizemos até aqui, voltaremos a fazer o necessário. -----

-----Quanto ao “saldo negativo”: -----

-----Não há saldo negativo. O que acontece é que, na elaboração do Orçamento, nós comprimimos a despesa, ou... está a despesa prevista... (exceto aquela questão do reforço de verba do pessoal) se vir, há uma rubrica que diz “do saldo da gerência anterior já introduzido para elaboração deste Orçamento”, são cerca de doze milhões de euros. Portanto, se não tivessem sido introduzidos estes doze milhões de euros, haveria um saldo negativo, como foram introduzidos, não há saldo negativo – página setenta e sete. Certo?” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. interveio e disse o seguinte: -----

-----“Não há diálogo.” -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. continuou dizendo o seguinte:-----

-----“Pronto, já expliquei... -----

-----Sobre as questões colocadas pelo Senhor Deputado António Perez Metelo (EO): -----

-----Bom, Senhor Deputado, é possível construir todo um ideário político em torno de uma matéria, da matéria ambiental, ou das alterações climáticas...-----

-----Há pouco, estava a falar aqui com o Senhor Presidente e estávamos a ver uma notícia, que nos chegava, sobre as importações de energia de Marrocos... Portugal deixou de produzir energia com recurso a centrais de carvão e importamos energia com recurso a centrais de carvão de outros países e, assim, caminhamos... nós não poluímos, mas conseguimos comprar energia poluente nos outros sítios. O mesmo se passa aqui.-----

-----No mandato anterior, houve um jovem – conhecido – que também tentou fazer um





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

“reforço orçamental” com um “número de circo” aqui, deitando uma nota... porque a rubrica só tinha previsto dez euros. Eu, de si, esperava mais.-----

----- Vou voltar a dizer: houve um jovem (no mandato anterior) que fez aqui um “número de circo” lamentável, porque não percebeu... uma rubrica estar com dez euros. De si, esperava um pouco mais... que percebesse a elaboração do Orçamento. Todavia, ao que parece, não o percebeu. O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) já tentou explicar:-----

----- As rubricas estão abertas para ser reforçadas, nas revisões orçamentais. É assim que acontece, e é assim que acontece em todos os municípios do País. É lamentável que Vossa Excelência não o tenha percebido. É lamentável que não o tenha percebido. É lamentável que Vossa Excelência não tenha percebido como é que se constrói o Orçamento Municipal. Só assim se compreende a proposta de construir um Orçamento com base num grupo de trabalho, de consulta na Assembleia Municipal. Naturalmente que não é possível. Nem cumpria, sequer, o que a lei prevê, que “é competência da Câmara Municipal, a construção do Orçamento Municipal. Portanto, volto a dizer, é lamentável que não o perceba.-----

----- Sobre as soluções de mobilidade trazidas, as novas ciclovias, alterações climáticas: --

----- O Município de Oeiras... Nós tivemos uma Reunião ontem, na qual, trouxemos factos. O facto foi: o prémio que nós recebemos. Colocámos aqui uma bandeira (a Bandeira Verde ECO Vinte e Um), por termos cumprido – em oitenta e dois por cento – os objetivos ambientais da Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE).-----

----- Nós respondemos com factos, com trabalho.-----

----- Pode construir-se todo um programa, e todo um ideário, em torno de uma questão, mas esta questão não é a única da vida da comunidade.-----

----- É claro... (também dissemos já, nas últimas Assembleias Municipais) está no programa, está na história do Município, que as políticas ambientais fazem parte do Programa de Desenvolvimento do Município de Oeiras.-----

-----Esta questão que voltou a ser colocada, da Serra de Carnaxide, eu pensava que isto já se tinha tornado risível, porque há gente que descobriu a Serra de Carnaxide... pedem a reflorestação da Serra de Carnaxide. A Serra de Carnaxide vem sendo reflorestada há trinta anos, há trinta anos... continuem a fazer passeatas, que nós continuamos a plantar as árvores. É assim que é feito, há três décadas. É lamentável que se continue nisto. Parece que ainda não perceberam que a resposta será sempre a mesma: é com factos. Contra as afirmações vazias, nós trazemos os factos. Contra o vazio, nós trazemos a estratégia da biodiversidade. Tudo isto tem sido feito.-- -----

-----Também já dissemos, várias vezes, que a nossa mobilidade não é uma mobilidade dirigida apenas para uma camada da população, a mobilidade é dirigida para todas as pessoas, nas múltiplas formas como estas se deslocam. O cidadão que anda a pé, o peão, não é diferente do que conduz o automóvel. Nós, quando arrumamos o automóvel, saímos e tornamo-nos peões, e vamos a pé pelo passeio... e, no dia seguinte, vamos de bicicleta. Servimos a comunidade e servimos a mobilidade, em todas estas dimensões, não olhamos apenas para uns e esquecemos outros. -----

-----Percebemos também, que tentem desvalorizar o facto de, no último mandato, se terem constituído mais ciclovias, no Concelho de Oeiras, do que alguma vez se tinha feito e de o continuarmos a fazer... continuamos a projetar novas, e continuamos a lançar novas ciclovias. É lamentável é que se continue a tentar fazer de um “ideário unidimensional” toda uma proposta de governação da comunidade.-----

-----As GOP, não incidem apenas sobre uma matéria, nem essa matéria é a única da vida da comunidade, por isso mesmo, respondemos a todos. -----

-----Na verdade, as propostas... o que ouvimos do Senhor Deputado (referindo-se ao Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)) evidenciou-se, quando pediu tempo a mais à Senhora Presidente. Quando não tem mais, pede “borlas”. Nós não fazemos isso. Nós



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

construímos a riqueza para podermos fazer as soluções a seguir... e é aqui que entronco na questão do discurso da Senhora Deputada da Iniciativa Liberal (dirigindo-se à Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)): -----

----- É claro que este Orçamento é construído com base na receita fiscal que o Município consegue gerar, mas essa receita fiscal é o reflexo da riqueza criada nas últimas décadas. Não é uma receita fiscal... Nós, quando pomos o IMI (Imposto Municipal Sobre Imóveis) no mínimo, no mínimo, no mínimo... facilitando, ou libertando os proprietários... particularmente, os que menos têm, porque a classe média-baixa também é proprietária e precisa de pagar IMI. Nós estamos a aliviar, temos o IMI no mínimo. Reduzimos o IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) “baixinho”, por razões evidenciadas pelo Senhor Presidente na última terça-feira, mas fazemo-lo com... Nós temos uma baixa de impostos e dizem-nos que construímos o Orçamento com base em impostos? Evidente. É a riqueza gerada no Município.-----

----- Temos o IUC (Imposto Único de Circulação) alto, porque as empresas de gestão de frotas têm aqui a sua sede; temos Derrama elevada, porque fomos capazes de captar as empresas para o Concelho; temos IMI elevado e IMT elevado, porque somos capazes de criar um território qualificado e valorizado, ao ponto desses impostos serem altos na coleta municipal.-----

----- Naturalmente que nós queremos viver da receita fiscal que angariamos, mas, antes, criamos condições para essa receita fiscal crescer... estando, no entanto, baixa. -----

----- Agora, sobre a provocação da Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD): -----

----- Eu gosto muito de provocações, muito. Eu, na última Reunião de Assembleia Municipal resisti a dizer-lhe a minha provocação, é que: é dever de todo o Deputado Municipal acompanhar a atividade do Município. Quando dois postos fixos são inaugurados há uma semana atrás, eu imaginei que os Deputados Municipais, todos, conhecessem. Há um dever de informação, por parte dos Deputados. O Município (ou o Executivo) transmite a informação para a comunidade e, naturalmente, para os Eleitos, mas também há um dever de informação... tem

que se ir buscar a informação. Está na página do Município e nas redes sociais. Tanto é que, perto de... mais de mil pessoas?... já terão feito os testes, quer nos postos fixos, quer no posto móvel...”

-----A **Senhora Vereadora Teresa Bacelar** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Quatro mil.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** continuou dizendo o seguinte:-----

-----“Quatro mil pessoas?... -----

-----Quatro mil pessoas, desde o início que os postos fixos foram colocados e que o posto móvel continua a circular. -----

-----Senhor Presidente, fui o mais breve possível.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, uma nota prévia:-----

-----Bom, em primeiro lugar, eu tenho a convicção profunda de que todas e todos os Senhores Deputados têm um orgulho enorme... porque, é um privilégio, fazer parte desta Assembleia Municipal, e têm, estou certo também, um orgulho enorme neste Município. -----

-----Naturalmente que, a oposição... e, ao contrário de alguns mitos que procuram criar por aí, que “eu não gosto da oposição”, eu adoro a oposição. Devo dizer-vos que considero... aliás, uma das grandes virtudes da democracia, é justamente essa: o confronto, o confronto de ideias. E, naturalmente, do ponto de vista da oposição... para mim, eu devo dizer-vos que é: o meu “alimento supremo”. Quer dizer, acho que a oposição me dá uma energia, e uma adrenalina fantástica, porque eu tento sempre superar aquilo que a oposição diz. De maneira que, parto do princípio que todas as críticas, ou sugestões, que a oposição faz, fá-lo porque acredita que este Presidente de Câmara e este Executivo, naturalmente, e esta Assembleia Municipal... são capazes de concretizar aquilo que se propõem. -----

-----Não temos dotes omniscientes, às vezes... quer dizer, fazemos uma promessa em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dois mil e dezassete e, em dois mil e dezoito, já perguntam: “Quando é que está o auditório, ou o Centro Cultural de Linda-a-Velha, pronto?” Não somos tão rápidos como isso, porque temos que cumprir a lei, há procedimentos, etc., mas eu fico muito entusiasmado quando vejo a oposição dizer que “quer mais e melhor”. Exatamente, é isso que eu quero, é, naturalmente, aquilo que todos nós queremos. De maneira que, compreendo o incómodo... quer dizer, compreendo o incómodo, a dificuldade de ser oposição, neste Município. É muito difícil. É muito difícil ser oposição, porque, na realidade, quer a nossa experiência, quer a nossa dedicação, quer a equipa técnica que a Câmara Municipal de Oeiras tem... (técnica, operacional, etc.) capaz de realizar, naturalmente que deixa perplexos aqueles que, porventura, têm um sentido de oposição numa perspetiva negativa. -----

----- Aliás, eu devo dizer-vos que, há muitas formas de fazer oposição: -----

----- Quer dizer, há uma forma de oposição que é dizer mal de tudo, ou ter uma agenda disruptiva sobre uma determinada temática, absolutamente sectorial... e, portanto, não deixa de ser uma visão maniqueísta, tentando impô-la à maioria, a quem ganha eleições; -----

----- E há outra forma, que é uma oposição construtiva... aliás, eu ainda ontem dei aqui um exemplo (ou anteontem), do Vereador Joaquim Raposo, no último mandato que, não tenho dúvidas, foi o Vereador que mais tempo utilizou, que mais intervenções fez, que mais propostas... porque, obviamente, são tantas propostas, são dezenas de propostas, por Reunião de Câmara, que nós temos de partir aqui também de um princípio de confiança, quer nos Vereadores, quer nos serviços... eu devo dizer-vos que, naturalmente, é o Presidente da Câmara que agenda as propostas para as Reuniões, e confesso-vos que há muita proposta que eu não leio. Não leio, porque não tenho tempo de ler, mas confio em quem apresenta a proposta, quer do ponto de vista técnico, quer no Vereador que me traz a proposta. -----

----- Significa isto que não se pode partir do princípio, sempre, da desconfiança... eu até dei aqui um exemplo, a propósito de uma intervenção da Coligação Evoluir Oeiras que, aqui,

há... (penso até que foi a Associação, não sei se agora... não quero cair em erro) em que, a dada altura, pediram uns processos relativos ao Parque dos Cisnes, em Miraflores. Havia dois “dossiers”, dois processos, que estavam desaparecidos... Puderam consultar todos os processos, menos esses dois, claro, que estavam desaparecidos; e a reação foi: “Eram, exatamente, esses dois processos que queríamos consultar... desapareceram.” -----

-----Ora bem, isto tem subjacente uma insinuação de que, porventura, se quis afastar esses processos, para não serem consultados. Isso não é oposição, isso é maledicência. -----

-----Esses dois processos apareceram. -----

-----Eu, por acaso, só na última Reunião de Câmara é que... num relatório que me apresentaram dos requerimentos que tinham sido feitos e de respostas, é que vi que, afinal, já tinham aparecido. Eu devo dizer-vos que é normalíssima, às vezes, a dificuldade em encontrar determinados processos. Porquê? São centenas de técnicos na Câmara Municipal: arquitetos e engenheiros. E, naturalmente que, os processos... um pede o processo, depois, eventualmente, esquece-se de o devolver. E quando se vai ao arquivo buscar... temos o arquivo morto, o arquivo vivo, o “arquivo aqui”, o “arquivo além”, e, naturalmente que, por vezes, é preciso fazer uma espécie de uma ordem de serviço de busca em todos os serviços, para procurar e localizar onde está o processo. E, portanto, com frequência... não tenho, devo dizer-vos que não tenho conhecimento de um processo que tenha desaparecido, nos últimos anos, mas, às vezes, demora alguns dias a encontrar um determinado processo. -----

-----Portanto, eu acho que deve haver mais alguma cautela, mais alguma prudência, por parte da oposição, quando põe estas questões. -----

-----Por outro lado, “elaboração de Orçamento”, uma nota prévia também:-----

-----Eu devo dizer-vos que não há... por exemplo, este resumo que nós fazemos aqui... (e que está disponível para todos os Deputados) se conhecerem alguma Câmara Municipal que “prepare a papinha” tão bem, para os Deputados, como a Câmara de Oeiras, eu dou um prémio



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

àquele que conseguir isso. -----

----- Não há nenhuma Câmara, neste País... (nenhuma) que apresente um resumo tão: sucinto, claro, transparente; para facilitar a vida dos Senhores Deputados na consulta. A partir daí, podem consultar, depois, o “dossier” ... as tais mil páginas, ou quinhentas, das GOP. -----

----- A elaboração do Orçamento e das GOP é feita, naturalmente, de acordo com a lei. E vejo aqui, por vezes, uma atitude... (que é extraordinária, que, em democracia, me surpreende) uma atitude absolutamente paternalista, das Juntas de Freguesia. Os nossos Presidentes de Junta são pessoas responsáveis, competentes... já deram provas disso, todos eles, portanto, não precisam que alguém venha exercer uma espécie de “tutela” sobre os Presidentes de Junta, e dizer – aos Presidentes de Junta – o que é que é bom para as Juntas de Freguesia. Eles sabem muito bem o que é que é bom para as Juntas de Freguesia.-----

----- Por outro lado, às vezes, até parecem esquecer-se que todas as Juntas de Freguesia são... digamos, da área do IN-OV, da força política vencedora. Todas. E, portanto, sendo todas, quer dizer que têm um programa a cumprir. O programa que têm a cumprir é aquele que apresentaram ao eleitorado. O programa que apresentaram ao eleitorado é, previamente, acordado entre todos os candidatos: às Freguesias, à Câmara, à Assembleia Municipal... e, portanto, o programa eleitoral é discutido por todos. De maneira que, eles têm um programa que é “o nosso”, é um programa comum. A Junta de Barcarena, ou de Oeiras, ou de Carnaxide, não tem um programa diferente do que nós temos para o Município. O programa é o mesmo. O Presidente da Câmara tem reuniões, às sextas-feiras, com os Presidentes de Junta. Nós preparamos... particularmente nas GOP, os Presidentes de Junta são todos ouvidos. Não precisamos que venham aqui dizer que os Presidentes de Junta... que o Orçamento é uma coisa... é feito de acordo com a lei. E os Presidentes de Junta são todos ouvidos sobre esta matéria, e apresentam sugestões e propostas, etc., etc. -----

----- Portanto, vir com esta ideia paternalista de que os Presidentes de Junta não são

capazes de defender os interesses dos fregueses. Bom, mais uma vez, os factos demonstram o contrário. Se os cidadãos estivessem descontentes não os tinham eleito. Na sua maioria, três deles, pelo menos, três deles, já vêm de mandatos anteriores. -----

-----Portanto, há aqui algumas críticas que decorrem de algum desconhecimento de como é que estas coisas acontecem. -----

-----Bom, entrando nas questões mais concretas que aqui apresentaram: -----

-----O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) referiu-se à Habitação... -----

-----Aliás, eu já tive a oportunidade, devo dizer-vos, de considerar que esta última estratégia que o Governo... embora tenha algumas discordâncias, espero já ter sensibilizado o Primeiro-Ministro para algumas alterações que devem ser feitas neste programa, mas é indiscutível que é o segundo grande “programa de Habitação” deste País, depois do Vinte e Cinco de Abril. -----

-----Quer dizer, o Plano Especial de Realojamento (PER) foi, realmente, uma medida e uma estratégia extraordinária. E, naturalmente que, a proposta do atual Governo, de vinte e seis mil fogos, indiscutivelmente, pode mudar, substancialmente, o panorama da Habitação, em Portugal. E, mais uma vez digo: a habitação é determinante para a vida das famílias, das pessoas... quem não tem habitação não tem nada. É, a partir da Habitação que, depois, podemos investir: na Educação, no Social, nisto e naquilo, etc. A habitação tem que ser erguida como prioridade.- -----

-----Fomos dos primeiros a assinar um acordo com o Governo que, naturalmente, vamos concretizar. Vamos concretizar porque: temos a experiência, temos o “know-how”; temos capacidade de projeto; e temos, realmente, uma grande capacidade de execução. -----

-----Por outro lado, devo dizer-vos o seguinte (associado a isto): a Câmara de Oeiras, o Município de Oeiras, tem uma saúde financeira que vai muito para lá dos números que são apresentados. Se, porventura, eu vos pudesse indicar apenas o número de um ano, poderiam,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

eventualmente, pôr em dúvida aquilo que eu afirmo, o problema é que, em sucessivos anos (em anos consecutivos) a taxa de execução deste Município ronda os oitenta por cento... das maiores taxas de execução, a nível nacional.-----

----- Ora bem, isso só acontece por duas razões:-----

----- Há disponibilidade financeira;-----

----- E há outra coisa, tão ou mais importante, que é a capacidade de realizar.-----

----- Sabem bem, e eu repito aqui o que disse já, na última Reunião... como eu lamentava e me queixava, em dois mil e dezassete, da ausência de projetos. E havia, de facto, ausência... nós tínhamos o dinheiro, mas não tínhamos projetos para executar.-----

----- Neste mandato (o passado) nós conseguimos entrar em “velocidade de cruzeiro”.-----

----- Porquê? Porque as orientações que sempre dei aos Vereadores e, particularmente, ao setor que tem o grosso do investimento de capital, sob responsabilidade aqui da Senhora Vereadora Joana Baptista, ou do Arquiteto Carrilho (Arquiteto Pedro Carrilho, Diretor do Departamento de Projetos Especiais e Reabilitação Urbana, DPERU). Digo do Arquiteto Carrilho, porque sou eu que tenho a área do Arquiteto Carrilho, portanto, ele funciona como uma “espécie de Vereador”. Embora, obviamente, a responsabilidade é minha, mas, digamos, é uma área de obras e equipamentos que depende do Presidente da Câmara.-----

----- E, portanto, o que é que acontece? Neste momento, nós já temos... não é um excesso de projetos... as orientações que eu dei, sempre, é isto: “pode não haver dinheiro para obra, mas para projeto, nunca falta dinheiro.”-----

----- Nós temos que ter projetos em carteira, para quê? Não só para o investimento que temos que fazer, mas, sobretudo, para o investimento que podemos vir a fazer, tendo projeto.-----

----- Vejam, o caso do “PRR”, por exemplo, ou do “Vinte Trinta”, não é? Naturalmente que, quem tiver projeto... chega a uma determinada altura e o dinheiro tem de se gastar, porque, se não, volta para Bruxelas.-----

-----Os municípios que tiverem capacidade de realização e que tiverem projeto é que vão fazer o investimento. De maneira que, nós nunca diremos à Administração Central: “pois, realmente, ...” porque, reparem, é a própria Administração Central que convida, nesta primeira fase (de preparação), cada Município apresenta... e nós, por exemplo, ao nível da Habitação, o Vice-Presidente já referiu, apresentámos projetos para cerca de quatrocentos milhões de euros... cem milhões já cá estão. Bom, mas apresentámos muitos mais projetos, fora da Habitação, na ordem dos trezentos ou quatrocentos milhões de euros, também. -----

-----Vão ser todos financiados? Não vão. Mas quando chegar a altura em que há fundos, mas não há projetos e obra para executar, quem tiver é que vai buscar o financiamento. -----

-----De maneira que, nós, neste momento, estamos numa situação extraordinária, porque já temos muito projeto para lançar: seja na área da Educação, dos equipamentos, etc. -----

-----Portanto, nesta matéria, da disponibilidade financeira e dos projetos, entrámos em “velocidade de cruzeiro”. -----

-----O problema, o problema...-----

-----Há algumas coisas que eu ainda quero dizer, mas vou responder aqui. -----

-----A “descentralização das Freguesias”, a CDU. “Descentralização das Freguesias... que se podia ir muito mais longe”: -----

-----Olhe, podia ir-se muito mais longe.-----

-----As Freguesias estão a fazer um trabalho extraordinário, quero dizer-lhe. Umas mais do que outras, naturalmente. Há Freguesias que têm mais capacidade. Há umas que optaram pelo “outsourcing”, por empreitadas, por fornecimentos; há outras que se estribam mais na Administração Direta; mas estão a fazer um trabalho extraordinário. -----

-----Todavia, por exemplo, no caso dos acordos de transferência de competências, que é uma “aberração”, mas é assim... Quer dizer, a Câmara Municipal negocia com as Freguesias esses acordos de transferência (os montantes) e, nos termos da lei, a Direção-Geral da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Administração Local (DGAL) cativa o dinheiro das verbas do Município. Retém esse dinheiro e, depois, é a DGAL que transfere para as Freguesias. Até dá a sensação que é o Governo que está a dar o dinheiro às Freguesias. E, naturalmente que, se as Freguesias não utilizarem esse dinheiro... a Direção-Geral da Administração Local, a mim, respondeu-me, que colocássemos as Juntas em tribunal. -----

----- Obviamente que, não é preciso chegar aí, as Juntas devolvem o dinheiro, naturalmente e, para o ano seguinte, recebem-no, outra vez. Mas quero dizer-vos que todas as Juntas de Freguesia têm, neste momento, um excedente, ao nível do acordo de transferência. Portanto, não se preocupem. Os Presidente de Junta... não imaginam, às vezes, as discussões que eles têm comigo, porque dá a impressão que o Presidente da Câmara e os Vereadores não falam com os Presidentes de Junta... Nós falamos todos os dias com os Presidentes de Junta. -----

----- E, portanto, eles é que são responsáveis e, se não estão satisfeitos, põem os problemas aqui na Assembleia Municipal, mas a CDU... é a tal história, o tal problema, a CDU deixa-se ultrapassar. Deixa-se ultrapassar e, portanto, para no tempo. De tal forma que diz que “não estamos a acautelar a descentralização: da Educação, e do Social, etc., etc.” -----

----- Ora bem, a Câmara Municipal de Oeiras, como sabem, foi das primeiras, até, a receber, como experiência-piloto, a área da Educação e, digamos, não é um grande negócio para os municípios, porque acabamos por pagar muito mais do que aquilo que o Estado pagava. -----

----- Há determinadas, determinadas... -----

----- Eu também não percebi se, a CDU, é contra a descentralização, ou não?... quer dizer, se defende que os municípios recebam essas competências, ou não? Porque já em várias circunstâncias, manifestaram a sua discordância, por exemplo, olhe, na Habitação. Na Habitação, a CDU, por exemplo, sempre disse que a Habitação é uma responsabilidade do Governo, que não é responsabilidade dos municípios. E não é por acaso que os municípios que, ainda hoje, estão pejados de barracas, foram liderados, até ao ano dois mil, pelo menos, pelo Partido Comunista...

pela CDU. - -----  
-----Olhem para a Amadora, que ainda tem seis mil barracas... ainda tem seis mil famílias em barracas. Olhem ali para o Seixal, para o Barreiro, para a Moita. -----  
-----Ainda há dias vi uma reportagem, na televisão, em que eu próprio fiquei envergonhado, sinceramente, como cidadão, como português. E, portanto, no caso de Oeiras, nunca tivemos essa política. De maneira que, em matéria de descentralização, nós estamos disponíveis para receber todas as competências, agora, queremos contas direitas. -----  
-----Por exemplo, na área da Saúde. Não recebemos competências na área da Saúde, enquanto o Ministério da Saúde não clarificar, exatamente, o que é transferido. Nós não vamos aceitar um Centro de Saúde com uma verba de dezassete mil euros de conservação (por ano). ----  
-----É disso que estamos a falar. Quer dizer, portanto, tem que ser feita uma auditoria aos edifícios, às condições em que se encontram e, naturalmente, deve ser feita a transferência de acordo, exatamente, com o investimento que é necessário fazer.-----  
-----Por outro lado, as ditas rubricas de dez euros... que tanta gente falou, aqui, hoje, nos “dez euros”.-----  
-----Há duas ou três razões, para isso... (o Vice-Presidente já falou nisso) há duas ou três razões: -----  
-----Primeiro, há determinadas GOP que ficam a dez euros, porque, porventura, aquando da discussão do Orçamento e das GOP, os projetos ainda não estavam prontos, mas que... dizem-nos os serviços: “mas em março, abril, o projeto fica pronto e, nessa altura, podemos arrancar. --- -----  
-----Muito bem, então fica aberta, a GOP, para poder ser, digamos, reforçada quando for... pode ser na revisão de fevereiro, ou pode ser em maio, ou junho. Pode haver um projeto que é prioritário, fica pronto, por exemplo, uma escola... ainda ontem aqui a Senhora Vereadora Joana Baptista apresentou-me um projeto de uma escola, aqui, em Paço de Arcos, qual?...”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** referiu o seguinte:-----

----- “Anselmo de Oliveira.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou dizendo o seguinte:-----

----- “Anselmo de Oliveira. É uma remodelação da escola. Dois milhões de euros, por exemplo. Eu não aprovei o projeto. Não aprovei o projeto, por uma razão muito simples. Porque quero ver melhor, em mais profundidade, em que é que consistem essas remodelações. -----

----- Porque dois milhões é muito dinheiro... com quatro milhões, faz-se uma escola nova. Portanto, esse projeto está pronto. Vamos analisar, mas ficou pronto agora. Vamos analisar, e se, de facto, entendermos que é prioritário, no âmbito do Plano Estratégico de Remodelação de Todos os Edifícios Escolares... No próximo ano, possivelmente, podemos abrir o concurso. -----

----- Depois há outra razão, há determinadas GOP com dez euros porque, efetivamente, dados os compromissos existentes e as regras contabilísticas, não é possível, neste momento, dotar essa GOP com a verba necessária. -----

----- Já foi dito aqui, várias vezes, esse Orçamento é elaborado a dois tempos: é o “Orçamento inicial...” – aliás, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses até já fala exatamente disso – “Orçamento inicial” e “Orçamento final”. Este Orçamento ficará concluído, e as GOP, com a revisão de fevereiro, março. A partir daí, consolida. -----

----- Haverá alterações orçamentais... e, praticamente, todas as semanas há alterações orçamentais, mas a situação fica concluída nessa altura. -----

----- Relativamente, bom... “estrutura verde, eixo verde”:-----

----- Eu quero dizer-vos que fico encantado quando falam na “ausência de estrutura verde”. Oeiras é o Município com mais verde, em Portugal. É o Município com mais metros quadrados de verde, por habitante. -----

----- E até há uma ideia peregrina, agora, como não podem censurar, como não podem

dizer que não temos a maior área verde por habitante, dizem: “Ah, mas faltam as plantações... do ponto de vista da florística para... sejam as papoilas, seja outra florística, para os insetos, etc., etc.” Bom, até isso estamos a fazer, mas dá impressão que... (e criticam) que há muito verde... que consome muita água... os parques consomem muita água. E para quê estar a limpar os passeios, tirar as ervas dos passeios?... porque as ervas... já agora, deixá-las florir também (as ervas do passeio) que é para as abelhas, e outros insetos, poderem ir lá ao pólen, não é? Bom, cada coisa no seu lugar. -----

-----Na Estação Agronómica Nacional... quer dizer-vos que fomos um dos premiados em Portugal, fomos dos dez projetos selecionados, na área, justamente, da biodiversidade, com plantações que estamos a fazer nessa matéria.-----

-----Portanto, o “Eixo Verde Azul”: -----

-----Reparem, o que nós estamos a fazer, em matéria de espaços verdes e de eixos verdes, é “esmagador”, a nível nacional. -----

-----Porque, em curso:-----

-----Cruz Quebrada – Queluz; -----

-----As transformações aqui, na Ribeira da Lage, ao longo da Estação Agronómica Nacional, até ao Bairro dos Navegadores; -----

-----O parque que vai ser... que está preparado, desde: a Praia de Santo Amaro, o Jardim de Santo Amaro, o Jardim Municipal o Parque Municipal, o Jardim do Marquês, a Quinta do Marquês, o vale que vai até ao Parque dos Poetas, – portanto, todo esse terreno já é da Câmara – todo esse vale, Parque das Perdizes, Torneiro, Pedreira Italiana... (onde já está o Parque, na margem direita da Pedreira Italiana), Caxias... Quinta do Ministério da Justiça, Quinta Real de Caxias, Praia de Caxias. -----

-----Introduzam-lhe ainda: o Vale da Terrugem, que vai ligar também, à Pedreira Italiana; a Serra de Carnaxide, quarenta e cinco hectares que já são municipais; a Fábrica da Pólvora de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Barcarena, cinquenta e dois hectares; a Quinta Nossa Senhora da Conceição, em Barcarena também, dezassete hectares. -----

----- Bom, na realidade, a expansão... aliás, e isso vê-se, rapidamente passámos de duzentos, trezentos, para setecentos hectares, setecentos e? ...”-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte:-----

----- “E setenta.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a prestar os seguintes esclarecimentos: -

----- “Setecentos e setenta hectares. Busquem quantos municípios, em Portugal, têm esta área. Portanto, se há área onde a Câmara de Oeiras dá cartas é na estrutura verde.-----

----- Julgo que a CDU referiu “dar continuidade...” (ou propôs) “... aos apoios às pequenas e médias empresas”: -----

----- Estamos de acordo. Quer dizer, não é necessário estar nas GOP, sequer, para manifestar esse apoio. Aliás, eu lembro-vos que a situação financeira... (portanto, já agora, eu tenho uma visão mais otimista, ao contrário das críticas que aqui foram feitas sobre essa matéria) em março de dois mil e vinte, ou em fevereiro, vá... de dois mil e vinte, alguém sonhava com a pandemia? Ninguém. A pandemia apareceu em março. Portanto, não havia aí, nem dez euros... nem dez euros, para combater a pandemia. Mas, entre março de dois mil e vinte e o dia de hoje, já investimos mais de dezassete milhões de euros. Mais de dezassete milhões de euros. E porquê? Justamente, porque as GOP e o nosso Orçamento nos permitem essa flexibilidade e redefinir prioridades... não deixando de fazer nada. Isto é, podemos arrastar, com certeza... há determinados investimentos que podem ser arrastados alguns meses, ou até um ano, ou..., mas isso é natural, mas não deixamos de fazer. Tanto não deixamos de fazer que, apesar da pandemia, foram taxas de realização na ordem dos oitenta por cento. -----

----- Pois, a Senhora Presidente vai dar-me mais um “bocadinho”.-----

----- Ora bem, relativamente à Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)... está

praticamente pronto, o novo Centro de Acolhimento de Animais (canil, gatil, hotel, hospital). Está praticamente pronto, e é provável que seja um dos projetos que no próximo ano arranca. ----

-----Uma boa notícia:-----

-----Iremos também propor a criação de uma Provedoria do Cidadão, do Município, do Animal e do Ambiente. -----

-----“Porto Cruz”:-----

-----Se violar a lei, não terá seguimento – é tão simples como isto. É que toda a gente fala em “violação de lei”, “disto e daquilo”. Se violar a lei, não tem seguimento. O tribunal decidirá.-

-----Relativamente a “transportes”, o Senhor Deputado Ricardo Fernandes (PS):-----

-----Eu quero dizer-lhe que, há um ponto onde... concordo com tudo o que disse, menos com um... que: “Em matéria de transportes, o Município não pode depender dos outros municípios.” -----

-----Ai depende, depende. -----

-----Portanto, há uma interdependência. Basta dizer-lhe que, todos os dias, vão cinquenta e cinco mil pessoas, de Oeiras, trabalhar para Lisboa, e vêm quarenta e cinco mil pessoas de Lisboa, trabalhar para Oeiras, aliás, temos um saldo positivo, porque são mais sete a oito mil pessoas que vêm trabalhar, do que as que saem... e temos um saldo positivo, com todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa, menos com Lisboa. -----

-----Portanto, o que significa que esta interdependência determina que os transportes públicos sejam, de facto, comuns a toda a Área Metropolitana de Lisboa. Isto, sem embargo, naturalmente, de alguns paliativos transportes próprios, aqui ao nível do Concelho, e estamos a fazê-lo... juntamente com a mobilidade suave, etc. -----

-----Falou no “estacionamento do Dafundo”, e refiro-me a este caso concreto:-----

-----O Dafundo é uma localidade que, toda ela foi construída num antigo sapal... (é do século dezoito, dezanove, começou por essa altura.) Ora bem, naturalmente, toda ela está





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ocupada, não tem espaço público para fazer estacionamento.-----

----- Como é que nós podemos resolver esse problema?-----

----- Temos que aproveitar as produções privadas para obrigar à construção de estacionamento subterrâneo que seja libertado para o cidadão. Por exemplo, um dos últimos edifícios que foi aprovado no Dafundo, já tem uma reserva de cento e vinte lugares de estacionamento... cento e vinte lugares de estacionamento, e irão ser alocados ao público, portanto, estarão à disposição dos cidadãos. -----

----- Relativamente à Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), “A partir de dois mil e vinte e dois, a Câmara deixa de poder utilizar o instrumento do saldo excedente e vai precisar de outro instrumento”: -----

----- Bem, eu não sei onde é que foi buscar essa ideia. É preciso ler bem as coisas... A Câmara não tem capacidade... (vejam bem, apesar da capacidade de realização que tem) não tem capacidade de, pelo menos, até dois mil e vinte e cinco... (portanto, não é vinte e dois) até dois mil e vinte e cinco, de utilizar as reservas que tem.-----

----- Portanto, a situação não é essa. Mantendo o nível de investimento que temos tido, até agora, estamos completamente à vontade, até dois mil e vinte e cinco. E, a partir de dois mil e vinte e cinco, então, estamos à vontade, totalmente, se quisermos. -----

----- Porque, é simples, é: cumprir o investimento, realizar o investimento que está em curso; não lançar outros projetos. Portanto, chegamos a dois mil e vinte e cinco, começamos “do zero”, ou seja, com financiamento total, e caímos, novamente, então... estão a ver, se porventura... (é que, isto, tem uma dinâmica) se porventura, não dermos andamento a determinados projetos, vamos chegar a dois mil e vinte e cinco, o quê?... sem obra, sem investimento? Não. -----

----- Razão pela qual, por vezes, os empréstimos são virtuosos. -----

----- Vamos lá a ver:-----

-----Perante a carteira de projetos que temos, é muito mais importante nós termos a remodelação total do nosso parque escolar, por exemplo, do que ter cinquenta milhões de euros no banco... ou antecipar a remodelação do parque escolar, não é? Quem diz o parque escolar diz: lares de terceira idade, residências seniores, equipamento cultural... (o equipamento de Linda-a-Velha, e outros.) Nesse caso, recorrer a um empréstimo é virtuoso, porque estamos a antecipar investimento, não estamos a comprometer as novas gerações, as gerações futuras. Tanto mais que, nesse aspeto, devo dizer-vos, a lei é extremamente rígida, porque, de acordo com a lei antiga, por exemplo, de acordo com a lei antiga – anterior à Lei das Finanças Locais – nós tínhamos capacidade para ter uma contração de empréstimo na ordem dos cento e cinquenta milhões de euros. -----

-----Entretanto... porque houve aí alguns municípios que precisaram de acordos de viabilização financeira, etc., então, neste momento, a nossa capacidade pode ir aos cinquenta milhões de euros. -----

-----De maneira que... se, projetos que temos em carteira, é fundamental que se realizem prioritariamente, se precisarmos de recorrer a um empréstimo, porque é que... (dentro da capacidade de endividamento do Município) porque é que não havemos de fazê-lo?” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhor Presidente, devo alertá-lo para que já terminou o seu tempo.”-----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** continuou dizendo o seguinte: -----

-----“Vou tentar terminar. -----

-----“Centro Cultural de Linda-a-Velha”: -----

-----Este é um bom exemplo. -----

-----No anterior mandato... (anterior a dois mil e dezassete) aqueles terrenos foram vendidos à Sonae, para fazer um hipermercado. Em dois mil e dezassete, o meu movimento entendeu... (e pusemos lá um cartaz) que não iríamos permitir a ocupação, nos moldes em que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aquilo estava, porque era uma ocupação total, não havendo ali qualquer... havia a parada do quartel, mas não havia qualquer praça. E entendemos que fazia sentido instalar lá um centro cultural... um auditório.-----

----- Mas o terreno é privado e, portanto, a Câmara, durante estes quatro anos, teve que elaborar o programa para o auditório, o programa está pronto; teve que negociar com os proprietários, o loteamento para aquela zona; a definição das cedências à Câmara Municipal; e (além da definição das cedências) as contrapartidas, digamos, em termos de infraestrutura que o promotor vai desenvolver.-----

----- Estamos agora numa fase praticamente final. E, quando chegarmos ao acordo final, avançaremos com o projeto.-----

----- O “SATU” (Sistema Automático de Transporte Urbano de Oeiras) ... a Senhora Deputada tem de estudar melhor as GOP, faça o mesmo com os testes.-----

----- Não há nenhuma verba de dez mil euros, para o SATU, nas GOP... Como?”-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** referiu o seguinte:-----

----- “Dez milhões.”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção:-----

----- “Dez milhões. Não há nenhuma verba de dez milhões para o SATU, portanto, leu mal.-----

----- Realmente, vai haver uma redução significativa, porque vai alterar-se o paradigma do SATU. Deixa de ser um Sistema Automático de Transporte Urbano em sítio próprio. Vai continuar em sítio próprio, mas agora com... (porque, entretanto, houve evolução tecnológica) com autocarros elétricos e, portanto, há uma redução quase que de um terço... mais de cinquenta por cento... e que, naturalmente, estamos a negociar com a Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- E, aliás, devo lembrar até que, esta questão, nem devia ser a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) a pôr problema, porque foi justamente um Governo do PSD que destruiu este

sistema. Foi o Governo do Doutor Passos Coelho que determinou a extinção da empresa do SATU. E também, a este propósito... (porque também há por aí uns mitos) quero dizer que a Câmara Municipal nunca investiu um euro, no SATU. Um. Portanto, põem-se a falar em milhões de euros, mas o investimento foi sempre do parceiro privado, essa... se todas as parcerias público-privadas em Portugal tivessem sido feitas como foi essa, não tínhamos os problemas que estamos a ter com algumas situações. Portanto, a Câmara de Oeiras não pagou um euro, foi tudo o promotor privado. -----

-----Quanto ao “apoio à infância, etc.”:-----  
-----Também leu mal: a promessa é de dois mil e vinte e um, e não de dois mil e dezassete. Em dois mil e vinte e um, realmente, apresentámos um programa... e, já a partir do próximo ano, haverá financiamento às famílias, da primeira infância, quer utilizando... e já está feito o relatório, está pronto, é só agora definirmos o montante, porque já está feito o elenco das instituições privadas de solidariedade social que têm vagas e que a Câmara vai utilizar, portanto, irá ser um grande apoio às famílias.-----

-----“Mais verbas para a Comunicação?”: -----  
-----E porque não, Senhora Deputada? Porque não? -----  
-----Tudo depende... tudo depende, realmente, a que se destina essa informação. É que, esquecem-se que, muito do que está aqui, em termos de comunicação, tem que ver, justamente, com publicações, por exemplo, que têm que ver: com a Educação, com a Saúde, com o Social; portanto, não é propaganda. O que a Senhora Deputada quis dizer, sub-repticiamente... “mais informação”, é o quê?... propaganda? Propaganda, é quando se mente, quando se mente. Quando se diz a verdade, está a informar-se as pessoas.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. interveio e disse o seguinte:-----  
-----“Senhor Presidente, pese embora o interesse daquilo que nos está a dizer, eu volto a recordar que já ultrapassou o seu tempo de intervenção.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

----- “Posso ficar por aqui.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

----- “Como?” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

----- “Posso ficar por aqui. -----

----- Se a Senhora Presidente me der mais tempo, eu continuo... se não der, termino aqui.  
(risos generalizados) Não, eu julgo...” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Não sou eu, não sou eu. Nós até duplicámos o seu tempo de intervenção.” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, é tão simples como isto: -----

----- Os Senhores Deputados, colocaram questões, quererão algumas respostas. -----

----- Se entenderem que eu posso responder... pode pôr o problema à Assembleia, se me  
dão mais tempo, ou não. Se entenderem que não devo falar mais tempo, eu não falo.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:-----

----- “Não. Pese embora o interesse daquilo que nos está a dizer, eu peço-lhe que seja  
realmente breve, já passou em muitos minutos...”-----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. observou o seguinte: -----

----- “Eu estou a acelerar. Então eu vou tentar agora dizer em...” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Três, quatro minutos.” -----

----- O Senhor Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

----- “Bem, vou tentar ser mais rápido.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

-----“Há pouco dei-lhe um minuto... (referindo-se ao Senhor Deputado António Perez Metelo (EO))” -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. continuou a sua intervenção: -----

-----“Quer dizer, acho estranho que a oposição nada tenha dito sobre a Educação, as políticas educativas em curso: seja na remodelação das escolas; a construção de novos complexos escolares; a igualdade de oportunidades; as bolsas, que é uma coisa única, a nível nacional; o acesso universal à universidade...” -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

-----“Não é importante.” (ironizou) -----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. continuou dizendo o seguinte: -----

-----“Estranho, como é que se passa...” -----

-----Bem, da parte do Evoluir – ali do Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) – já não estranho, porque eles têm uma agenda muito reduzida, não é?... (é uma agenda, assim, “pequenina”) agora, do resto, esperava que, de facto, se pronunciassem. -----

-----Uma boa notícia, a propósito da Educação: -----

-----Recebi, ontem... (e, depois, digam-me se há muitas câmaras a fazer isto) recebi, ontem, a informação de que o Tribunal de Contas deu o visto ao acordo a celebrar com a Faculdade de Motricidade Humana, mediante o qual a Câmara vai transferir seis milhões de euros para a Faculdade de Motricidade Humana, para o desenvolvimento do seu Centro Tecnológico de Ciência e Educação, na Cruz Quebrada. -----

-----Senhor Deputado António Moita (IN-OV), felicito-o, pela intervenção que fez. Acho que foi uma intervenção muito clara, particularmente, quando se refere à questão que o Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) abordou, que, “a gestão financeira, é o Presidente que a faz.” É estranho... Quem é que a devia fazer? -----

-----O Presidente da Câmara é o responsável máximo da Câmara. Por acaso, está



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

delegada aqui, no Vice-Presidente... está “delegada”, no Vice-Presidente...” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte:-----

----- “As contas.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a prestar os seguintes esclarecimentos: -

----- “E devo dizer-vos que, naturalmente, a gestão financeira é, essencialmente, levada a cabo pelos serviços. Quer dizer, o Departamento Financeiro é que faz a gestão financeira, o que o Presidente da Câmara dá são as orientações, ao nível das Grandes Opções do Plano e do Plano de Desenvolvimento Estratégico, o resto... digamos, mesmo a gestão financeira tem muito de burocrata, mas tem muita política que os serviços também têm de fazer. Portanto, as coisas não são assim... -----

----- Lá está o Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) a conferir-me atributos omniscientes. Eu sou um homem, naturalmente, quer dizer... sou humano e não tenho esses dotes, para fazer isso tudo. -----

----- Por outro lado, claro que as GOP e o Orçamento... é plurianual. Vamos lá a ver, não é para dois mil e vinte e dois... o que estamos aqui a aprovar é para dois mil e vinte e dois, vinte e três, vinte e quatro... -----

----- Bom... por outro lado, lembro também: -----

----- A Câmara de Oeiras não tem dívidas. Essa é outra questão. -----

----- Uma dívida “residual” que a Câmara tem... Não tem dívidas. A dívida “residual” que a Câmara tem... (vejam bem) ainda é da Habitação, do PER (Plano Especial de Realojamento). -----

----- Não, agora estou a falar... não estou a dizer só para o Senhor Deputado, – dirigindo-se ao Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) – estou a falar em geral. -----

----- Relativamente às “medidas de ação climática”, que o Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) referiu, e, mais uma vez, voltou com a história dos “dez euros”: -----

-----As medidas... vamos lá a ver, uma coisa é o Plano de Adaptação às Alterações Climáticas... (em termos de relatório, de estudo, de diagnóstico) outra coisa é a operacionalização. E, portanto, o Plano de Ação de Combate às Alterações Climáticas, esse, sim senhor, está a ser discutido, a fazer-se, mas o combate às alterações climáticas acontece todos os dias. Todos os dias. Portanto, os dez euros para as Alterações Climáticas é uma questão simples, é apenas para ter uma rubrica própria, se for necessário contratar estudos, etc., etc., mas isso são “peanuts” (em português, “ninharias”). O combate às alterações climáticas, a adaptação às alterações climáticas, faz-se com milhões de euros... e, isso, acontece todos os dias, nas diferentes medidas de políticas ambientais.-----

-----Por outro lado, também recomendo ao Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) que aproveite para estudar o Sistema Nacional de Contabilidade para as Administrações Públicas (SNC-AP). Não o conhece. Porque se o conhecesse, se já o tivesse lido... julgo que, a sua formação, até é nessa área, da economia... julgo, não sei porquê, recordo-me de um...”-----

-----**O Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção:-----

-----“Bom... e, portanto, o que é que acontece? Está desatualizado.-----

-----De maneira que, recomendo-lhe a leitura do Sistema Nacional de Contabilidade para as Administrações Públicas... teria feito uma intervenção diferente. Teria feito uma intervenção diferente. -------

-----Quanto à pequena explicação, que diz que “era necessária, por causa do reforço”, está na página... quê?...”-----

-----**O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Três, seis, três.”-----

-----**O Senhor Presidente da C.M.O.** continuou dizendo o seguinte:-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Três, seis, três. Está lá, a explicação, a pequena explicação.-----

----- Bom, eu não deixo de fazer agora, aqui, uma provocação ao Senhor Deputado António Perez Metelo (EO):-----

----- A sua intervenção... (sorrisos) a sua intervenção fez-me lembrar... (a primeira intervenção que fez) fez-me lembrar, justamente, um jovem que já aqui foi citado... (salvaguardando a diferença etária) o Presidente da JS (Juventude Socialista), o Miguel Partidário. De maneira que, a Coligação Evoluir Oeiras, também tem um “Miguel Partidário”, parece-me ser ali o Senhor Deputado António Perez Metelo (EO). (risos)-----

----- Estou a terminar, é só um minuto, agora... (dirigindo-se à Senhora Presidente da A.M.)-----

----- “Orçamento Participativo para as Freguesias”:-----

----- Acho que é uma boa ideia, não sei quem é que sugeriu... foi a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS). É uma boa ideia. E, devo dizer-vos que, também, ao contrário do que se diz, há vários projetos do Orçamento Participativo que estão a ficar concluídos. Aqui a Senhora Vereadora Joana Baptista, ainda ontem, ou anteontem, me comunicou que um espaço de...”-----

----- **A Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte:-----

----- “Então, a Área Canina de Porto Salvo.”-----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a prestar os seguintes esclarecimentos: -

----- “A Área Canina de Porto Salvo, por exemplo, ficou pronta.-----

----- E, há outros projetos que tiveram de ser alterados, por exemplo, o Mercado de Linda-a-Velha aparecia com cerca de seiscentos mil euros de investimento, quando só podiam ser trezentos mil, e já vai em... dois milhões?”-----

----- **A Senhora Vereadora Joana Baptista** respondeu o seguinte: -----

----- “Dois milhões.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção: -----

-----“E já vai em dois milhões de euros, porque, na realidade... e, portanto, tem de ser a Câmara a assumir essa matéria. -----

-----Estou inteiramente de acordo, relativamente à “mediação intercultural”, também. ----

-----Bom, eu devo dizer-vos, em relação ao PS, e às propostas do PS... e, já agora, alertando também... (reportando-me àquilo que o Senhor Deputado António Perez Metelo (EO) referiu) a Câmara Municipal... eu tive o cuidado de... (pelo menos, aí um mês antes... talvez três semanas) tive a oportunidade de dizer, a todos os Vereadores, que estávamos a preparar o Orçamento e que estávamos disponíveis para aceitar propostas que nos fossem apresentadas. Realmente, o único Vereador que apresentou propostas foi o Senhor Vereador Fernando Curto. E, eu, tive a oportunidade de lhe dizer que... justamente, pelos compromissos já estabelecidos para dois mil e vinte e dois, que estávamos disponíveis para integrar na revisão orçamental. E, quero dizer aos Senhores Deputados do Partido Socialista que, da parte da Câmara, estamos disponíveis para integrar, eu diria, praticamente, todas as propostas que o Vereador do Partido Socialista apresente na Câmara Municipal. -----

-----Naturalmente, não vou dizer “todas”, porque admito que possa haver uma proposta ou outra que: ou, que contraria o nosso programa, ou... quer dizer, mas, em princípio, – para terminar com “chave de ouro” – como o PS é social democrata... o PSD parece, a nível central, evoluir também para a social democracia...” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Regressar, regressar.” -----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** continuou a prestar os seguintes esclarecimentos: -

-----“Embora aqui, a nível local, parece-me que ainda estão muitos “presos” ao Rangel. (sorrisos) Mas, a verdade é esta, eu também sou social democrata e, portanto, é natural que hajam muitos pontos comuns. De maneira que, é com satisfação que eu assisto a esta posição



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

construtiva do Partido Socialista e, naturalmente, estou disponível para integrar as propostas que o Senhor Vereador Fernando Curto apresentar na Câmara Municipal. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Obrigada, Senhor Presidente. O Senhor coloca-me numa situação, realmente, muito delicada, porque eu não deixo os Senhores Deputados passarem os seus tempos de intervenção. Nós duplicámos o tempo de intervenção que a Câmara tinha, passámos de vinte para quarenta minutos, mas, Senhores Deputados quando voltarem a fazer uma Revisão do Regimento tenham em consideração que, realmente, não é suficiente para o Senhor Presidente...” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Mas Senhora Presidente esta é a discussão mais importante...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Oiça, Senhor Presidente, é assim: tem todo o interesse aquilo que o Senhor diz e, por isso, nós acordámos que não seriam vinte minutos, mas seriam quarenta. Mas, peço-lhe que, realmente, faça uma gestão do seu tempo, porque qual é a minha posição perante as forças políticas a quem eu não deixo ultrapassar o tempo.-----

----- Quem dos senhores deputados pretende usar da palavra? O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) e a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), atenção é que já não têm tempo.” ---

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez a seguinte **Interpelação à Mesa:**” ---

----- “Senhora Presidente, muito rápido, uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mas tenho a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), que já se tinha inscrito. Faça o favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Agradecer ao Senhor Presidente os esclarecimentos que nos deu e dizer-lhe que há um provérbio português, que eu gosto muito, que é: “presunção e água benta cada um toma a que quer”, e o Senhor água benta não sei se toma muita ou pouca. -----

-----Relativamente às questões que levantou, Senhor Presidente, a minha intervenção vem no seguimento de parafrasear o documento que foi disponibilizado aos deputados. Convido o Senhor Presidente a consultar a página setenta e oito e setenta e nove, eu não tenho tempo de as ler, mas o Senhor vai ver, ouvindo a minha intervenção, que o texto exatamente como o referi, está lá escrito. Portanto, Senhor Presidente, aqui a distração não é minha. -----

-----Relativamente aos testes, abrindo ontem, aqui na presença da Senhora Vereadora que tem o pelouro da comunicação, o site, de facto, foi com alguma dificuldade, não conseguimos encontrar a forma como os testes estavam publicitados. Consultadas as farmácias, tivemos o cuidado de ligar para todas e nenhuma nos soube dar essa informação e Senhor Presidente, deixe-me que lhe diga muito rapidamente, porque o meu tempo está a acabar. Nós, neste momento, segundo informações que nos foram acabadas de dar, estatisticamente e digo-lhe que a estatística não é uma disciplina que seja da minha área, portanto, não a domino, aquilo que sei foi o que aprendi, ao longo da minha escolaridade obrigatória, diz-nos que, neste momento, cada posto está a fazer cento e seis testes por dia. Portanto, a Senhora Vereadora diz que já foram feitos quatro mil testes, os postos abriram, se não estou em erro, a catorze de dezembro e, portanto, fazendo as contas, dividindo pelos três postos móveis. Se o Senhor Presidente entende que a divulgação dos postos está a ser bem-sucedida, então temos muita sorte porque em Oeiras, de facto, não há necessidade de fazer testes e, realmente, as pessoas estão comedidas. -----

-----Relativamente à última provocação que lançou ao PSD... Senhora Presidente, eu gostaria de terminar, está bem, o tempo não é muito, já demos algum tempo ao PS e, portanto, era bom que eu conseguisse terminar, demos seis segundos, Senhora Deputada.-----

-----Relativamente ao PSD e à questão do SATU, dizer só ao Senhor Presidente que, de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

facto, a legislação em dois mil e doze definiu que as empresas municipais que apresentassem prejuízos durante três anos consecutivos deviam ser extintas, eu acho que isto não choca ninguém. Foi uma medida do PSD e, se calhar, muito mais medidas como estas deviam ser tomadas no nosso País, porque “elefantes brancos” temos muitos por aí espalhados e, se calhar, é por isso, estamos em segundo lugar na cauda da Europa.-----

----- Dizer-lhe também que o SATU ter custado zero ao Município, é verdade que, numa parte inicial isso se concretizou, a manutenção do SATU, até ele ser extinto por instruções/orientações do Governo do PSD, não é verdade. A manutenção custava muito dinheiro e foi preciso pôr um termo à coisa e ainda bem que o PSD legislou sobre esta medida. --

----- Para terminar, já vou com vinte segundos a mais, dizer-lhe que a discussão é isto mesmo, a oposição não vem para aqui elogiar o seu documento, para isso o Senhor tem cá o grupo político do IN-OV para o fazer. Nós vimos aqui apontar o dedo e dizer-lhe aquilo que a oposição critica e não está de acordo. Para lhe dizer que está tudo bem e que somos todos muito amigos, tem cá um grupo ainda com muita dimensão para o fazer. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Quer intervir agora ou posso...” -----

----- **O Senhor Presidente da C.M.O.** interveio, dizendo o seguinte: -----

----- “Eu tenho que responder a esta questão só por uma razão. É que, mais uma vez, a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) está totalmente equivocada. -----

----- Primeiro: o SATU não era uma empresa municipal. -----

----- Segundo: as dívidas não se repercutiam na Câmara Municipal. Tinha um acordo parassocial que responsabilizava na totalidade, o parceiro privado. Portanto, não se inseria minimamente no enquadramento da lei que mandava extinguir as empresas municipais que tinham prejuízos sucessivos durante três anos. Portanto, foi, digamos, uma prepotência da parte do Governo de impor à Câmara Municipal que extinguisse essa empresa, que não era municipal

e nem a Câmara era responsável pelas dívidas, porque o acordo parassocial estabelecido determinava que o responsável por toda a dívida era o parceiro privado. -----

-----Relativamente aos testes, já agora, basta ver as filas, e há dias até parecia que ia havendo pancadaria aí num sítio qualquer. Bom, basta ver as filas e, por exemplo, ontem foram novecentos e noventa e seis testes.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Obrigada. Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS).”-----

-----**A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** disse o seguinte: -----

-----“Queria pedir dois esclarecimentos ao Senhor Presidente porque se foi dada a resposta...” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** interrompeu, dizendo o seguinte: -----

-----“A Senhora Deputada vai pedir um esclarecimento? Então vai concordar que o Senhor Presidente volte a usar da palavra.”-----

-----**A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** continuou a sua intervenção, dizendo o seguinte:-----

-----“Se foi dada resposta não dei por ela. -----

-----Diz, no Plano de Desenvolvimento Estratégico que está previsto a aquisição de estacionamento na zona do Dafundo. E, embora não tenha meta, nem indicador, presumimos que isto tenha que ver com aquilo que o Deputado Ricardo Fernandes (PS) colocou, a questão do estacionamento no Dafundo. Portanto, queríamos saber onde é que está prevista esta aquisição, e se está previsto, não estando aqui para vinte e dois, para quando é que é, porque isto é para vinte e um/vinte e cinco.-----

-----E, uma segunda questão que voltaríamos a colocar é a questão colocada pelo Senhor Deputado Jorge Rato (PS) sobre o conforto térmico nas casas dos idosos. Se o Município está a pensar concorrer com alguma verba do PRR para reverter, para melhorar, para qualificar as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

habitações e o seu isolamento térmico e o conforto térmico dos idosos. Muito obrigada.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** interveio, dizendo o seguinte:-----

----- “Serei muito rápido, só para agradecer à Senhora Presidente o minuto e neste momento cinquenta a mais que deu ao Grupo Político Evoluir Oeiras ou uma” borla” como lhe chamou o Senhor Vice-Presidente, para lhe dizer Senhora Presidente, nós não vamos pedir isso, obviamente, mas se a Senhora Presidente nos tivesse dado uma “borla” como a que está a dar à Câmara neste momento, que vai nos treze minutos e cinquenta, nós teríamos tido todo o gosto em falar de todos os outros assuntos que o Senhor Presidente enumerou, talvez numa altura em que tenhamos mais tempo, quem sabe num futuro mandato. Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, devo dizer-lhe que em percentagem, e pese embora o Senhor Presidente tenha ultrapassado o seu tempo, os senhores ultrapassaram trinta e cinco por cento e o Senhor Presidente ultrapassou, não, hoje...”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mas isto é uma perda de tempo. O que acontece é que a intervenção do Senhor Presidente é esclarecedora para todos nós. Custa-me que, na realidade, o tempo seja ultrapassado e peço ao Senhor Presidente... agora, meus senhores, nós temos de reconhecer que é para nosso interesse os esclarecimentos que estão aqui a ser dados. Aliás, a Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) acaba de pedir mais um esclarecimento. Portanto, é possível o Senhor Presidente dar esse esclarecimento e vai usar mais algum tempo, mas eu peço-lhe Senhor Presidente, que seja breve.” -----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Serei muito breve.-----

-----Em relação ao estacionamento no Dafundo, usámos a única metodologia que é possível, porque não há terrenos públicos. Todo aquele espaço como sabem, o Dafundo tem essa característica e, portanto, já há cerca de três anos a esta parte que entendemos que qualquer promoção imobiliária no Dafundo devia ter uma parte de estacionamento a reverter para a Câmara Municipal. E, neste momento, já está fechado um acordo, julgo que é onde era a Motor Press, já começaram obra e, portanto, aí vai haver cento e vinte lugares. É o promotor que constrói e que disponibiliza para os cidadãos, é uma espécie de contrapartida. Portanto, são cento e vinte lugares de estacionamento e a ideia é que em qualquer promoção que haja no Dafundo, haverá sempre uma parte de estacionamento destinada à população da localidade.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Obrigada Senhor Presidente. Isso já tinha sido dito.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“Só mais uma nota... tinha dito, mas foi perguntado novamente.-----

-----Quanto ao conforto térmico, na realidade, neste momento, nós apresentámos várias propostas e não tenho presente se na área da eficiência energética, etc., vamos fazer isso tudo, por exemplo, os bairros municipais. Temos vários projetos para todos os edifícios dos bairros municipais. Julgo que não estava contemplada, por iniciativa da Câmara esta questão, mas admito que sim, que possamos avançar com projetos nessa área.”-----

-----O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** referiu o seguinte:-----

-----“Dois pontos simples.-----

-----Manifestamente a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) tem um défice de informação, mas a culpa não é exatamente do Município.-----

-----Quanto à questão do SATU, o Senhor Presidente já foi extremamente claro, mas quanto à questão dos testes, se se apercebesse, a Câmara tem um portal no Facebook onde coloca





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

todos os dias informação e, nomeadamente, coloca também sobre a questão dos testes. Eu estou a ler o de hoje colocado há onze horas e a informação é clara e objetiva e diz: “Unidade móvel do Município continua a realizar testes gratuitos à população residente em Oeiras. Esta quinta-feira, vinte e três de dezembro estará em Porto Salvo nos seguintes locais: das dez às catorze horas na Junta de Freguesia de Porto Salvo, das quinze às dezassete e trinta, no Bairro dos Navegadores – centro de convívio dos Navegadores, dezoito e trinta/ vinte e uma, na Ribeira da Laje - Centro Cultural. Além da unidade móvel existem também farmácias aderentes e acrescenta no final: “consulte aqui a lista atualizada das farmácias aderentes”, e traz o link. Portanto, Senhora Deputada não precisa de andar a telefonar para as farmácias, basta chegar aqui e clicar no link. -----

----- Senhora Deputada, se não se importa ainda não acabei a minha intervenção, muito obrigado pela simpatia.-----

----- Manifestamente, Senhora Presidente, eu fazia um apelo, o aumento do número de grupos políticos representados nesta Assembleia tem consequências e talvez a consequência mais notória, hoje tornou-se perfeitamente evidente. Uma Sessão Ordinária com os temas em debate que hoje constam da Ordem do Dia, implica, naturalmente, um acréscimo substancial de pedidos de explicação do Senhor Presidente. -----

----- Manifestamente tornou-se claro que o tempo que foi acordado já, sendo que foi aumentado em cinquenta por cento ou em cem por cento, passou de vinte para quarenta, tornou-se manifestamente claro que é insuficiente para que possam haver respostas claras e adequadas a todas as questões que são colocadas. Acabou por se verificar que, apesar de ter ultrapassado o tempo, houve questões que ainda não tinham sido respondidas ou pelo menos alguns deputados entenderam que não tinham sido cabalmente respondidas. Como essa questão, ainda não foi decidida, ainda não foi votada nesta Assembleia e está ainda, apenas, na Comissão, eu apelava a que novamente essa questão do tempo, apenas para as Sessões Ordinárias naturalmente, da

Câmara fosse novamente considerado, eventualmente, fosse acrescido de algum tempo para que não voltemos a assistir a isto. A Senhora Presidente fica numa situação incómoda, porque o Senhor Presidente acaba por usar mais tempo do que aquele que legalmente terá direito e os Senhores Deputados continuam a reclamar porque o Senhor Presidente não respondeu às questões. Era um apelo que fazia e deixo aqui. Obrigado, Senhora Presidente.” -----

-----O **Senhor Deputado Dinis Antunes (J.F. Porto Salvo)** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente. Eu só vinha aqui para dar uma palavrinha muito simples, muito rápida, fazer um pedido à Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD). -----

-----Não é bonito, não é bom, não lhe fica bem, vir aqui enganar esta Assembleia, porque acho que deve estudar melhor, analisar melhor e peço desculpa pelas palavras que utilizo, peço desculpa, porque pode tratar-se de um lapso, peço desculpa, porque pode ter sido um lapso. Isto porque, hoje a carrinha de testes esteve em Porto Salvo das dez às catorze e às onze horas haviam trezentas pessoas na fila e às catorze quase quatrocentas tinham feito testes e saiu dali a correr para os Navegadores e quando lá chegou, os colegas da Junta de Freguesia que às duas da tarde tinham combinado em fazer todos o teste e quando lá chegámos ainda havia mais de cinquenta pessoas na fila que começaram a reclamar. E, eu disse aos colegas da Freguesia: “Desculpem, metam-se num carro e vão para os Navegadores porque daqui por meia hora o carro está lá” e quando lá chegámos, havia mais de cem pessoas na fila, nos Navegadores, e os colegas vieram-se embora. Sei que neste momento está na Laje, até às oito da noite a continuar a fazer testes. Portanto, se contarmos quatrocentos de manhã e se nos Navegadores fizeram mais duzentos ou trezentos e mais na Lage façam as contas.” -----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** em **Defesa da Honra**, disse o seguinte: --- -----

-----“Com todo o respeito que me merece o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Salvo, isto às vezes nós falamos durante a intervenção dos deputados e depois não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ouvimos e depois ofendemos gratuitamente. Aquilo que eu disse foi que estatisticamente e esclareci que apesar de não dominar a disciplina que era muito fácil de acordo com a informação prestada pela Senhora Vereadora que tem o pelouro, fazemos aqui uma média por cada posto de testes desde o dia em que eles abriram até ao dia de hoje. Coincidência, o Senhor Presidente vai nos dar razão dizendo que, a partir do dia de hoje os postos estão inundados de gente. Que bom foi termos falado na terça-feira, que bom essa informação ter chegado aos munícipes, que bom se ter discutido, estamos todos contentes, servimos a população. Muito obrigada.” -----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, deixe-me só dizer uma coisa.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Não, desculpe. Senhor Vice-Presidente desculpe, mas esta é uma situação... eu não dou a palavra a ninguém. Para quê? Não vale a pena responder... pronto, está bem, mas precisamente por isso... não vale a pena. -----

----- Meus senhores, eu sei que seria importante nós termos ainda mais informação e o Senhor Presidente poder continuar a falar. Mas, a verdade é que não pode ser, tudo tem um limite e pese embora todo o interesse na exposição do Senhor Presidente, não podemos ficar indefinidamente. Custa-me muito a situação desagradável de estar aqui a contar os minutos, mas se não for assim também não há esclarecimentos para nós todos e vou passar a votação.”-----

### **4.2.1. VOTAÇÃO**-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa,

Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio e Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Tiago Pedro Mateus Gonçalves e Ricardo Correia Fernandes), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar (Barcarena Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com seis abstenções, sendo três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), uma do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), uma do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques) e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), e com cinco votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira e António Maria Perez Metelo da Silva) e dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos). -----

-----O Senhor Deputado Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 144/2021**-----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 985/2021 – DMAG/DFP/DPOC – PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTATÉGICO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2021-2025, ORÇAMENTO MUNICIPAL E ORÇAMENTO DE PESSOAL PARA 2022** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

novecentos e oitenta e cinco, a que se referem as deliberações números dois das Reuniões da Câmara Municipal realizadas, respetivamente, em vinte e nove de novembro e nove de dezembro de dois mil e vinte e um, e deliberou por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com seis abstenções, sendo três do Partido Social Democrata, uma do Partido Iniciativa Liberal, uma do Partido Chega e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com cinco votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e dois da Coligação Democrática Unitária, aprovar o Plano de Desenvolvimento Estratégico, as Grandes Opções do Plano para o ano dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco (e seguintes), que incluem segundo a natureza da despesa, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Mais Relevantes;-----

----- O Orçamento da Receita e Orçamento da Despesa; -----

----- O Mapa e Orçamento de Pessoal para dois mil e vinte e dois, bem como autorizar previamente a assunção de compromissos plurianuais, pelo Executivo, nos casos em que os mesmos não impliquem aumento global da despesa, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

**4.2.1.1. O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) fez chegar, por escrito, a seguinte Declaração de Voto, a qual a seguir se transcreve (ficando o documento arquivado, como anexo na pasta desta Sessão): -----**

----- “Um - Os documentos que nos foram presentes estão bem elaborados e, tanto quanto nos é possível concluir, traduzem a situação em que o Município de Oeiras se encontra.

Julgamos ser justo valorizar o trabalho que os serviços tiveram na sua feitura.-----

-----Dois - Consideramos relevante a análise SWOT que está apresentada no início do Plano de Desenvolvimento. Deixando os pontos FORTES e as OPORTUNIDADES para aqueles que são os apologistas da atual gestão, analisámos, com mais detalhe, os pontos FRACOS e os PROBLEMAS.-----

-----Podemos dizer que, na quase na totalidade, os aspetos críticos que são referidos nas dificuldades e nos desequilíbrios com que se vive naquele que foi referido pelo Vice-Presidente como “o Município per capita mais rico do país”, correspondem à visão da CDU sobre a nossa realidade, e que bem expressámos nos Programas Eleitorais que apresentámos para o Município e para as Freguesias.-----

-----Três - No documento “Apresentação - Reunião de Câmara de vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e um”, na parte Enquadramento Orçamental - Principais Agregadores, surgem indicados os valores das componentes de Receita e Despesa sobre a figura de um VIRUS.-----

-----Não é uma figuração que apreciemos, mas, de acordo com o que está expresso nos documentos e que à frente referiremos, significa que o caminho que estamos a percorrer nos levará, a curto prazo, a uma situação de “pandemia financeira”.-----

-----Quatro - Ainda na “Apresentação - Variação Orçamento de Pessoal” voltamos ao já ocorrido em anos anteriores. Como a legislação não permite introduzir valores dos saldos anteriores antes de formalidades só concretizáveis em janeiro, os valores que se indicam para as despesas com o pessoal (e também com uma série de rubricas dotadas com dez euros), não correspondem ao real. No caso do Pessoal indica-se que, na Primeira Revisão, serão acrescentados mais vinte e seis vírgula duzentos e quarenta e nove milhões de euros. Nas restantes nada mais se sabe, tendo mesmo a Vereadora Joana Baptista, na reunião de Câmara que analisou os documentos, expresso a vontade de “caso o Senhor Presidente decida” introduzir mais projetos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Não concordamos em passar cheques em branco.-----

----- Cinco - Na página cinquenta da Conjuntura Económica, diz-se que o Conselho das Finanças Públicas indicou que a Administração Local, no seu conjunto, apresentou em dois mil e vinte um excedente orçamental de duzentos e trinta e nove milhões de euros, menos de metade do observado em dois mil e dezanove, de quinhentos e setenta milhões.-----

----- Tendo isto em conta, a que teremos de juntar os cerca de catorze milhões de euros que o nosso município teve de despende com a COVID-Dezanove neste ano, significará que os Saldos de Gerência estão a diminuir.-----

----- Se analisarmos de seguida a Evolução dos Saldos de Gerência, no gráfico da página setenta e oito do Enquadramento Orçamental, verifica-se que o Saldo de Gerência não Incorporado tem vindo a baixar rapidamente a partir de dois mil e dezoito, com uma projeção de cerca de cinquenta e um milhões de euros para dois mil e vinte e um e de pouco mais de vinte milhões para dois mil e vinte e dois. -----

----- É óbvio que isto faz soar campainhas de alarme, pois as previsões apontam para que o dinheiro venha a escassear no futuro próximo e que comprometa o muito grande apetite estratégico das propostas de desenvolvimento formuladas. Não por acaso, os financiamentos para a Habitação e para muito dos Transportes, já estão a contar com a “bazuca” do PRR... -----

----- Seis - A matéria do Ambiente vem agora referida como Ambiente e Alterações Climáticas. Numa altura em que não escasseiam os votos coletivos para que o futuro seja melhor para todos, fazemos votos para que este Município leve mesmo a sério as previsões dos aspetos negativos - dos PROBLEMAS - que as alterações climáticas nos irão causar. -----

----- Sete - Nas razões que nos levaram a votar contra documentos similares em anos anteriores, constaram sempre as críticas que fazemos por sermos o Município menos descentralizador da Área Metropolitana de Lisboa. O tempo decorrido demonstrou-nos que a situação se mantém, mas ainda que também existe responsabilidade da maioria das Juntas de

Freguesia pela dependência em que estão da Câmara. Mantemos a nossa posição. -----

-----Oito - O documento também suscita preocupações com o real envolvimento no âmbito da participação cidadã e da salvaguarda e reforço da estrutura verde do Concelho. Das muitas rubricas para as quais não existe hoje compromisso - apenas assinaladas com uma verba técnica de dez euros - destacam-se as que estão ligadas ao Orçamento Participativo e as que promovem infraestruturas verdes como as hortas, as novas fases do Eixo Verde e Azul ou a construção de bacias de retenção em linhas de água sujeitas a inundações. -----

-----Nove - Continuamos com ausência de informação sobre as implicações pesadas da designada “descentralização” da Administração Central para o Município. Até agora temos já em curso a da Educação, mas esta Assembleia continua sem saber os custos acrescidos, mas em dois mil e vinte e dois passarão as restantes, com as autarquias locais a terem de desembolsar, de certeza, muito dinheiro... -----

-----Dez - Por último referimos a razão, hoje central, para o nosso desacordo. -----

-----Referimo-nos ao investimento no megalómano novo edifício da Câmara Municipal. -

-----Estar contra este enormíssimo investimento não significa estar contra os trabalhadores do Município e desconhecer as dificuldades e carências por que passam muitos deles. Estar contra é voltar a repetir que existiam outras soluções, decerto menos onerosas e mais adequadas, como temos dito, de há anos, nas várias reuniões do Direito de Oposição. Indicámos, em anos seguidos, que existiam outras soluções, designadamente a construção das novas instalações no terreno do Parque de Estacionamento junto à sede da Misericórdia de Oeiras. Conseguir-se-ia uma solução articulada com as boas instalações da atual Câmara, que seriam requalificadas e, não tiraria do local os muitos trabalhadores da Câmara que contribuem, em muito, para dar vida ao Centro Histórico de Oeiras. -----

-----Por todas estas razões, o voto da CDU para estes documentos é contra.” -----

**4.3. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 990/2021 – SIMAS – relativa ao**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

**Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2022 e Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta reunião) -----**

----- **O Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD)** disse o seguinte.-----

----- “Relativamente à apresentação das GOP sobre o SIMAS, a bancada do PSD gostaria, apenas, de colocar a seguinte questão: -----

----- Sendo esta, uma instituição com um elevado número de colaboradores, gostaríamos de perceber se dentro das GOP está previsto a formação para os colaboradores do SIMAS, ou seja, se existe alguma rubrica para a formação ou se não está incluído por algum motivo. Muito obrigado e, também, aproveitava para desejar umas boas festas.”-----

----- **O Senhor Deputado David Ferreira (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Antes de mais, gostaria de deixar uma primeira observação que se prende pelo facto de se utilizar, nalgumas partes deste documento, a palavra cliente em vez da palavra utilizador. Ora, no nosso entender, é que quem se serve do SIMAS não tem opção de escolha e bem. Não são clientes, são utilizadores deste bem essencial para a vida humana que é a água, direito consagrado pela ONU. Ora, apelidado de cliente o povo amadorense e oeirense, dá-nos uma ideia de transformação de um serviço público imprescindível num negócio, e não é isso que se pretende com o SIMAS.-----

----- Gostaria, também, de relembrar que em dois mil e dezoito foi aprovada por unanimidade nesta casa a seguinte recomendação do Bloco de Esquerda que dizia: -----

----- O Laboratório de Águas do Tejo Atlântico é um organismo certificado, o qual garante que os resultados obtidos após o tratamento das águas residuais, estas são de elevado nível de qualidade e esta água pode ser utilizada para consumo não humano (rega de espaços verdes, rega exterior, lavagem de contentores, por exemplo).-----

-----Esta Assembleia recomendou à Câmara Municipal ponderar a utilização desta água tratada e gratuita. A minha questão é: se alguma vez se utilizou esta água e se não, quais os motivos para tal ter sido colocado de parte.-----

-----Ora colocadas estas observações, o Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras levanta, as seguintes questões, mais concretamente sobre as Grandes Opções do Plano do SIMAS para dois mil e vinte e dois. -----

-----Um dos instrumentos de redução dos desperdícios da água por erros ou omissões de contagem dos seus consumos é, por exemplo, a substituição dos contadores. Gostava de saber em que fase deste processo nos encontramos. -----

-----Ora, quando o SIMAS põe como objetivo para dois mil e vinte e dois, que o estatuto da Bandeira Azul seja atribuído a todas as praias do Concelho, eu gostaria de saber se nesta totalidade está incluída a Praia do Dafundo.-----

-----Sendo o propósito da empresa prosseguir em dois mil e vinte e dois à substituição de condutas de água em fibrocimento. A minha questão é: há quantos anos vem procedendo a essa substituição e em que percentagem do objetivo integral nos encontramos, neste momento. E, quantos quilómetros de rede de canalização em fibrocimento ainda temos, neste momento, no nosso Concelho.-----

-----Faltam informações mais pormenorizadas acerca dessas operações neste documento, o nosso entender é que é de máxima urgência proceder a essa substituição, pois como é sabido, o fibrocimento contém amianto, cujas fibras a ciência estabeleceu, há já um século, serem cancerígenas. A partir de dois mil e cinco, o fibrocimento foi proibido na União Europeia e em Portugal também. A sua eliminação nas condutas de água de Oeiras e Amadora está a decorrer há dois mandatos e continuará ainda por mais um. -----

-----Peço, agora, a vossa atenção para o quadro da página cento e dezasseis, nas despesas de capital plurianuais constam na construção do Edifício Templo da Água as seguintes dotações:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cinco vírgula quatro milhões de euros em dois mil e vinte e três, dois vírgula um milhões de euros em dois mil e vinte e quatro e dois milhões de euros em dois mil e vinte cinco. Isto somado aos dois vírgula vinte cinco milhões de euros constantes no orçamento de dois mil e vinte e dois, compõem um total de onze milhões e setecentos mil euros. Ora que despesas de capital são estas e para que fins? Gostaríamos de ter esses valores discriminados e além disso, acontece que continuamos a ver na via pública um cartaz dos SIMAS proclamando um custo de cinco, vírgula dois milhões de euros. Em que é que ficamos Senhor Presidente? São cinco vírgula dois milhões de euros, o que custa construir este seu Templo, ou são duas vezes mais a verba divulgada. -----

----- Como é referido no texto de apresentação do Presidente Isaltino Morais, este edifício pretende assumir-se como um ícone urbano exemplo da arquitetura vanguardista e deverá ser contemplado pelo Centro de Interpretação Ambiental da Amadora. Ora, este edifício está orçamentado em quatro vírgula cinco milhões de euros, de despesa de capital, até dois mil e vinte cinco. Por que é de sua justiça que os amadorenses também tenham direito a ter um ícone urbanístico, ainda que bem mais modesto. Estes ícones arquitetónicos representam cerca de trinta por cento de todo o investimento do SIMAS, previstos nos quatro anos deste mandato. Bem mais necessário e urgente seria gastar estas verbas de grandeza para acelerar o processo de redução do desperdício da água e remoção de uma substância nociva para a saúde pública que já referi ou, por exemplo, reforçar outros investimentos de capital que estão previstos como remodelações na rede de distribuição. Certamente, seriam melhor aplicados. -----

----- Concluo a minha intervenção, anunciando o nosso sentido de voto contra, justificado tecnicamente com a pouca clareza dos seus números, um documento que suscita mais dúvidas do que fornece respostas e, logicamente, podemos sublinhar que estas linhas prioritárias estão na nossa ótica, desfasadas da realidade e o Templo da Água é exemplo dessa despesa que temos vindo a criticar ativamente. -----

----- A falta de uma estratégia e de medidas para preparar o futuro e aumentar a

sustentabilidade e eficiência dos recursos hídricos no nosso Concelho ficou, também, para segundo plano. -----

-----Medidas para mitigar o excesso de coliformes fecais das nossas ribeiras, problema já levantado nesta conjuntura, também ficou esquecido. Este é o cenário que temos, que nos obriga a colocar um voto contra as Grandes Opções do Plano do SIMAS.” -----

-----O Senhor Deputado Jorge Rato (PS) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Nos debates dos anos anteriores coloquei muito a questão em duas matérias concretas, uma na substituição de contadores e outra na questão da substituição das tubagens em fibrocimento. O documento que hoje nos é apresentado e que vamos votar, refere no caso da substituição de contadores em final de vida útil, uma previsão de substituição de vinte e oito mil contadores, no ano de dois mil e vinte e dois e um conjunto de projetos de investimento na substituição das tubagens, quer das grandes condutas, quer depois dos ramais de distribuição, nos fibrocimentos. -----

-----Esta informação que hoje se dispõe para votar aqui a previsão ou o orçamento para dois mil e vinte e dois, bem sei que não estamos a fazer a votação do relatório, mas a verdade é que alguma informação sobre qual o ponto da situação, de qualquer uma destas temáticas era importante para se perceber as ordens de grandeza. Isto é, qual é a taxa, neste momento, de substituição dos ramais, para perceber se estas substituições que aqui estão previstas e que não estão calibradas em termos percentuais, em relação ao universo da rede, valeria a pena termos essa informação para podermos perceber do que é que estamos a falar, se são dez, se são vinte, se são quarenta, se são cinco, a percentagem disso.-----

-----Em relação aos contadores a mesma coisa. Eu confesso que se fosse ver as contas que aprovámos em abril ou maio, se calhar, tinha lá estes valores, confesso que não fui ver e, portanto, vinte e oito mil contadores significa o quê em termos percentuais. -----

-----Há uma coisa que as Grandes Opções dizem, e que espero que seja factível, que até



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dois mil e vinte cinco se prevê, quer a substituição de todos os contadores antigos, quer toda a rede de infraestruturas de amianto. Portanto, eram estas as questões que eu gostaria de colocar que são, parece-me a mim, relevantes para se perceber do que estamos a falar em concreto para dois mil e vinte e dois. Muito obrigado.”-----

----- O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU) referiu o seguinte:-----

----- “Aproveitava a oportunidade para informar a Mesa que em relação a estes dois pontos da Ordem de Trabalho, vamos entregar um documento, no fim, justificando as nossas posições políticas nesta Assembleia, portanto, uma declaração de voto em relação às Grandes Opções do Plano e agora em relação ao SIMAS.-----

----- Em relação a esta matéria queríamos fazer duas recomendações. Uma é que a estrutura da fatura da água que, atualmente, trinta por cento é água e setenta por cento são taxas, seja no futuro, até ao fim deste ciclo que agora tomámos posse, pelo menos invertida ou atenuada. Portanto, setenta por cento fosse o custo efetivo da água e trinta por cento fosse aquilo que o Deputado Joaquim Cotas (CDU) chamou e classificou como alcavalas.-----

----- Em relação à segunda recomendação, nós até aqui tínhamos os dividendos em unidades monetárias, não era do Banco de Portugal, mas era em euros, cinco milhões para que cada parceiro e agora são em espécie, é o Templo e o Centro de Interpretação Ambiental. A nossa sugestão era que fosse progressivamente convergindo para zero, para saldo nulo. Até porque levamos em conta, nós CDU, que há muita gente que tem seiscentos e sessenta e cinco euros brutos de salário mínimo nacional, não é? Já para não falar naquela brutalidade que é o salário médio de mil e trezentos euros brutos. Eu, às vezes ponho-me a pensar se eu tivesse esses salários, como é que conseguia sobreviver. Era um castigo que eu dava àquela malta que desvia o dinheiro do Orçamento do Estado, era viver seis meses com o ordenado mínimo nacional para ver como é que era. -----

----- De qualquer modo, queria aproveitar esta oportunidade, uma oportunidade de paz e

amor, para desejar também ao Doutor Luís Lopes tudo bom para ele e para a família, já desejei aqui aos colegas e ao Doutor Luís Lopes que fez estes documentos, não tem culpa nenhuma de politicamente termos estas opções. Muito obrigado.”-----

-----O Senhor Deputado Domingos Santos (IN-OV) interveio, dizendo o seguinte:-----

-----“Só duas notas muito rápidas. -----

-----Quando nós, olhando para fora da terra, queremos ver se algum corpo celeste teve alguma vez vida ou pode vir a ter ou a albergar, a primeira coisa que as agências de exploração espacial fazem, é saber se teve ou tem água. De facto, a água é um bem essencial a qualquer forma de vida. -----

-----Devo dizer que é interessante a observação que o Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras fez relativamente à terminologia que usamos e também simpatizo muito mais com o termo de utilizador do que cliente. De qualquer forma, queria dizer que o Templo da Água é, de facto, uma oportunidade que nós temos de chamar a atenção das famílias, dos estudantes e dos mais novos para a importância da água, para os ciclos da água, para a distribuição da água no planeta, para aquilo que tem que ser feito para, na perspectiva da importância da água, defender a qualidade de vida e a possibilidade de vida no planeta. -----

-----Não me parece que seja um desperdício, há, com certeza, momentos para tudo, este projeto arrasta-se há muitos anos e eu tenho quase a certeza ou a convicção de que quando ele estiver pronto, vai ser um ponto de visita muito interessante não só para estudantes e famílias de Oeiras, como de fora de Oeiras, que hão de visitar Oeiras para visitar o Templo da Água, não tenho a menor dúvida. Muito obrigado.”-----

-----O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) referiu o seguinte:-----

-----“Uma nota muito breve para dizer o seguinte: -----

-----Sou do tempo em que toda a atividade do SIMAS, antigamente SMAS, era sempre vista e sempre enaltecida de uma qualidade muito grande, com quadros muito bons e que era



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fundamental para o cumprimento da política da água aqui no Concelho. Julgo que é tempo, estas coisas não ajudam muito, porque a discussão do orçamento dos SIMAS e das GOPS é feita a seguir à da Câmara e, portanto, enfim, estamos algumas horas com o orçamento da Câmara e fica, normalmente, pouco tempo para os SIMAS, mas era bom que tentássemos voltar a perceber a importância que o SIMAS tem no contexto da gestão da água no Concelho, da qualidade de vida que os munícipes usufruem em função daquilo que é a atividade do SIMAS e que dedicássemos mais atenção àquilo que o SIMAS faz. Obviamente que, o conjunto de iniciativas que temos aqui apresentadas correspondem basicamente àquilo que o SIMAS tem vindo a cumprir ao longo dos anos. Há uma preocupação muito grande que já foi aqui referida e que tem a ver com a substituição dos contadores, que é algo que perdura no tempo, ano após ano, não há forma de substituírem os contadores e não percebemos exatamente porquê, mas parece que as coisas tomaram um outro rumo e que estamos em via de conseguir prosseguir esse objetivo. A substituição da rede naquilo que é fundamental também é penso eu, aquilo que pedimos ao SIMAS que cumpra. E, portanto, depois há todo um conjunto de atividades ou de ações que estão apresentadas, que são elencadas e correspondem, no fundo, ao cumprimento daquela que é a sua função. -----

----- Portanto, eu gostaria de deixar aqui uma nota para a qualidade que o SIMAS tem vindo a oferecer ao longo destes anos todos, que continue a ser assim e pedir à Câmara Municipal, enquanto entidade que gere o SIMAS, que contribuísse, à semelhança daquilo que fez ao longo de tantos anos, para o reforço da imagem e da importância do SIMAS perante todos nós e perante os munícipes, porque julgo que era bom para o SIMAS e era bom para nós e para compreendermos, efetivamente, aquilo que se passa e o alcance que o SIMAS tem. -----

----- Uma última nota para dizer que me associo, como sempre nos associámos, à questão de, como dizia o Senhor Cotas (CDU), um conjunto grande de alcavalas que a conta da água tem. Sobre isso, julgo que fazemos quase que o pleno e eu já não corro riscos, já não quero falar

em nome de todas as forças políticas, mas julgo que todos concordámos com isso. Acontece, porém, que a Câmara Municipal não pode deixar, porque não tem poder para isso, de cobrar ou de espelhar numa só fatura de água as ditas alcavalas que tem. Não são receitas da Câmara Municipal, não são receitas impostas pela Câmara Municipal, não são receitas que se decidam pela Câmara Municipal e, portanto, associamos a essa ideia, tudo faremos para que isso seja possível, mas, infelizmente, não está nas mãos da Câmara Municipal. Muito obrigado.”-----

-----O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) disse o seguinte:-----

-----“Uma coisa muito breve. Uma vez que a grande questão que foi levantada pela oposição relativamente a este documento tem a ver com o desperdício. Fala-se do desperdício quase como se fosse um elefante no meio da sala (e uma vez que estamos no Natal aproveito a oportunidade para desejar a todos, provavelmente não falarei hoje mais, umas festas felizes e tranquilas, cheios de saúde e com os máximos cuidados, como é natural), e gostava de lembrar que, apesar de desperdício também, ou para alguns poderia ser considerado, que não deixem de comprar um ramo de rosas ou um ramo de flores, é também um desperdício, mas fica sempre bem em casa. Disse, Senhora Presidente.”-----

-----O Senhor Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Eu vou usar da palavra apenas um minuto e depois passarei a palavra à Senhora Vereadora Joana Baptista, enquanto administradora do SIMAS e que acompanha com mais proximidade a gestão do mesmo.-----

-----Bom, aqui está um exemplo a propósito do tempo. O mesmo tempo para a Câmara para a discussão das suas GOP e para a discussão das GOP do SIMAS é incongruente. A Senhora Vereadora vai respeitar esse tempo, são quarenta minutos, imaginem, bastava vinte minutos para o SIMAS e sessenta minutos para a Câmara. Isto porque há, realmente, uma diferença substancial.-----

-----Bom, mas o que eu queria dizer é o seguinte:-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Um dos Senhores Deputados, agora não tenho presente quem foi, julgo que foi o Senhor Deputado David Ferreira (EO), que falou no cliente e no utilizador. Ainda bem que falou, porque permite-nos, vejamos bem como às vezes as palavras são extraordinárias, no que diz respeito à relação que as instituições devem ter com aqueles que servem. A expressão “utilizador”, bom até há a expressão “utilizador/pagador”, mas a expressão “utilizador” traduz uma relação de contratos de adesão, sugere monopólios e, de facto, é o que os Serviços Municipalizados são em Oeiras relativamente à água. E, portanto, as pessoas se querem água têm que fazer um contrato de adesão com os Serviços Municipalizados. De maneira que, a expressão “utilizador” traduz uma relação realmente unívoca, porque o cidadão, o utilizador adere a um determinado contrato. Ora bem, como veem já estamos noutra patamar. Quando, em vez do utilizador falamos em cliente, queremos dizer que é certo que são contratos de adesão, mas há aqui uma relação sinalagmática. Isto que dizer que, há uma relação de deveres e direitos a cumprir por ambas as partes e que os Serviços Municipalizados, a organização, não olha para o dito utilizador como um mero consumidor, como utilizador, mas olha para ele como alguém que tem direitos. E, portanto, os serviços atribuem-lhe esses direitos e estabelecem uma relação de cliente. Isto porque, entre clientes há relações, digamos assim, de direitos, deveres, etc. e, portanto, há um respeito diferente, porque quer-se que o cliente esteja satisfeito. Não se quer que o utilizador, é um mero utilizador e, portanto, trata-se como utilizador. Não, como cliente, há aqui uma relação afetiva, há uma relação de proximidade e, portanto, há aqui um “upgrade” que o SIMAS fez. E, portanto, estranho que não compreenda que é muito mais importante uma relação sinalagmática do que uma relação unilateral.” -----

----- A **Senhora Vereadora Joana Batista**, prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “De um lado vereadora, de outro, administradora, isto é difícil, mas dá muito prazer e é na qualidade de administradora que vou apresentar-vos e dar-vos algumas notas em complementaridade à apresentação que na terça-feira foi feita, e muito bem feita, pelo Doutor

Luís Lopes. -----  
-----Ora bem, como o Doutor Luís Lopes muito bem vos apresentou, o orçamento dos SIMAS para este ano, é de sessenta e dois milhões ponto sete.-----  
-----A receita, este ano, comparativamente à dotação inicial de dois mil e vinte e um, tem um acréscimo residual de zero vírgula cinco.-----  
-----Relativamente à despesa corrente temos cinquenta milhões de euros e está relacionada, grosso modo, com a manutenção e funcionamento dos SIMAS e podemos dividir isto em três grandes dimensões. Naturalmente com a despesa de pessoal, praticamente onze milhões de euros, com a compra da água e com a questão do saneamento e estamos a falar, grosso modo, em trinta e quatro milhões de euros, destes cinquenta milhões de euros. Naturalmente, também na despesa corrente está aqui a questão da substituição dos contadores por outsourcing, através da “Gasfomento” que adjudicámos em dois mil e vinte, isto para compreenderem bem a questão do orçamento dos SIMAS. -----  
-----Na despesa de capital investimento, temos os doze milhões ponto vinte e cinco, que representa e, de facto, eu tenho que louvar, é para mim um grande orgulho, um aumento de quarenta e seis ponto cinco face ao orçamento inicial de dois mil e vinte e um. Naturalmente, os principais investimentos, despesa de capital para o próximo ano, dois mil e vinte e dois, está, naturalmente relacionado com aquilo que alguns deputados mencionaram, a rede de abastecimento de água onde, de facto, temos aqui um plano muito forte na remodelação da rede de água ao nível do Plano Estratégico para a remodelação do fibrocimento, para a remoção total. Aliás, seremos em dois mil e vinte cinco, Senhores Deputados, a primeira entidade gestora em Portugal com mais de mil quilómetros de rede a não ter fibrocimento nas nossas redes. Portanto, Senhores Deputados, o Senhor Presidente acabou por mencionar no início do nosso discurso, e que espero que todos tenhamos muito orgulho em sermos Vereadores e Deputados nestes órgãos executivo e deliberativo. Portanto, em dois mil e vinte cinco, em Oeiras e na Amadora,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

naturalmente SIMAS, não teremos fibrocimento nas nossas redes de água. Naturalmente, o que contribui para a melhoria da nossa qualidade da água, mas também contribui para a redução praticamente total das perdas de água. -----

----- Quando há pouco perguntava, Senhor Deputado Jorge Rato (PS), face ao Plano Estratégico que apresentámos, qual é a motorização à data atual, neste momento na Amadora temos quarenta e quatro ponto oito quilómetros por executar ainda e em Oeiras, temos trinta e cinco ponto dois quilómetros ainda por executar. Portanto, até dois mil e vinte cinco, temos ainda um longo caminho, naturalmente, de projeto e de obra para executar, mas isto está tudo claramente monitorizado. E, posso-vos dizer que a todo o momento os deputados e os vereadores podem perguntar a mim, administrador, porque eu tenho este Plano claramente monitorizado mês a mês. Portanto, total transparência. -----

----- Também, ao nível dos investimentos despesas de capital, temos o novo reservatório do Alto de Santa Catarina, a obra está em curso, num valor de um vírgula nove milhões de euros em dois mil e vinte e dois, o que é ótimo porque aumenta a capacidade de reserva da água. Temos, como sabem dezasseis reservatórios de água e no caso em concreto do Alto de Santa Catarina, permite o aumento da capacidade de armazenamento de água em que passamos dos três mil e quinhentos metros cúbicos, para sete mil e quinhentos metros cúbicos. Capacidade de reserva total, temos cento e quarenta metros cúbicos, o que nos dá um descanso enquanto oeirenses, munícipes de Oeiras, temos aproximadamente dois/três dias de alguma folga, se houvesse aqui alguma catástrofe e está aqui o Senhor Presidente a dizer que temos a maior reserva estratégica do País, naturalmente. -----

----- Aquisição de contadores, numa lógica não de outsourcing, que foi aquela que eu vos mencionei, mas numa lógica de administração direta, porque há sempre esta complementaridade da administração direta e o valor que está introduzido em orçamento são seiscentos mil euros. Portanto, todos os anos, nós temos esta complementaridade de administração direta/outourcing,

portanto, vinte mil contadores, a “Gasfomento” substitui dez mil, a administração direta substitui, trinta mil cúmulo. -----

-----Redes de saneamento de águas residuais e pluviais, temos o valor de investimento em dois mil e vinte e dois, um milhão e novecentos. Também, investimento de capital das novas instalações de atendimento em Algés e na Amadora. Valor de investimento de seiscentos mil, trezentos mil em cada loja, o que permite uma melhoria de qualidade de serviço de atendimento aos clientes e também, naturalmente, aos nossos colaboradores dos SIMAS. Por falar em colaboradores dos SIMAS, o Deputado Miguel Bugalho (PSD) há pouco perguntava, quantos colaboradores é que tínhamos. Temos quatrocentos e quarenta colaboradores e perguntava a questão da formação. Temos uma rubrica inerente à formação onde temos um investimento de noventa e cinco mil euros para formação (rubrica zero vinte duzentos e quinze, página duzentos e onze, se o Senhor Deputado quiser consultar). -----

-----Ao nível da despesa capital, temos a renovação da frota automóvel e também temos aqui a componente da transição digital e temos aqui também uma grande preocupação do ponto de vista ambiental e energética em que temos um grande foco - quatro motocicletas elétricas (após leitores), temos oito viaturas mistas de mercadorias, dois pesados de obstrução/aspiração, aliás, foram ontem aprovados na Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----No que respeita ao Centro de Ciência Interpretação Ambiental da Água, muito conhecido e vulgarmente conhecido por Templo da Água, edifício icónico que vai nascer aqui mesmo nas entradas do nosso Concelho, entradas da Vila.-----

-----Na realidade todo o objeto deste Edifício está na agenda política da extrema-esquerda, alterações climáticas e escassez da água. Aliás, todo o objeto desse edifício em termos de matéria que será lá trabalhada está na agenda da extrema-esquerda. Isto porque, no fundo, contribuir para a consciencialização ecológica da comunidade sobre a importância do bem escasso que é a água potável. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O valor do investimento que está introduzido em orçamento são dois vírgula três milhões para dois mil e vinte e dois, mas, na realidade, eu gostava de dizer que, Senhores Deputados, este valor poderá, naturalmente, ser alvo de alteração, por uma razão muito simples. Nós ainda estamos numa fase, após o dia dez de janeiro, abertura de propostas e, naturalmente, é possível que o valor deste procedimento entre a adjudicação e a consignação, em termos de execução propriamente da empreitada, se recue até ao final do ano. Certamente, há de haver reprogramação financeira deste valor. Portanto, certamente, este valor há de ser empurrado para dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e quatro. E, portanto, não será executado estes dois vírgula três milhões de euros.-----

----- Abordar também a questão colocada pelo Senhor Deputado David Ferreira (EO) sobre a praia do Dafundo. Senhor Deputado, aquilo que foi feito e aquilo que é feito em todas as praias é resultado de mais de trinta anos de políticas ambientais. E, portanto, estamos a falar em tudo aquilo que foi feito no saneamento, nas linhas de água, nas várias praias (na Praia da Torre, na Praia de Santo Amaro de Oeiras, na Praia de Paço de Arcos e na Praia de Caxias). Naturalmente, é firme vontade deste executivo fazer também na Praia do Dafundo e na Praia de Algés. Aliás, nós já temos projeto, para fazê-lo na Praia de Algés. Já existe projeto para executar na Praia de Algés. Na Praia do Dafundo, ainda não conseguimos fazer nada, aliás temos um projeto que ainda não foi conseguido fazer na Ribeira da Junça, porque a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), a CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) e a APL (Administração do Porto de Lisboa) ainda não nos deram anuência para conseguir introduzir um projeto firmado na Ribeira da Junça. Imagine-se, tenho uma máquina que nos custa cento e cinquenta mil euros todos os anos na Ribeira da Junça para fazer o desassoreamento. Isto porque, sempre que há condições meteorológicas adversas, naturalmente chove e entram areias e ninguém quer ver o Dafundo inundado. E, portanto, nós temos que ter uma máquina permanentemente na Ribeira da Junça a tirar de lá areias. Portanto,

ainda não foi feita uma obra definitiva na Ribeira da Junça porque estas três entidades ainda não chegaram a consenso. Portanto, a Praia do Dafundo, ainda não teve uma obra definitiva porque é difícil chegar a consensos com muitas entidades, não é porque o Município não queira, Senhor Deputado. O Município quer, mas não depende tudo do Município, Senhor Deputado, naturalmente.”-----

-----O **Senhor Deputado Jorge Rato (PS)** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Vereadora, muito obrigado pelas suas informações. De qualquer forma, continuo aqui com uma dúvida que queria esclarecer. -----

-----Nós estamos a falar de um plano de substituição, salvo o erro, de cento e vinte mil contadores durante quatro anos. Significa que começámos em vinte e um e que vamos acabar em vinte e quatro. -----

-----A questão que lhe queria colocar, e era nesse sentido que fiz a primeira pergunta e que depois não fiquei totalmente esclarecido, era: quantos contadores domésticos tem, neste momento, o SIMAS, isto é, quantos contratos com clientes diferentes (eu acho que é clientes também), existem, efetivamente, no SIMAS? Isto para perceber se esta substituição de cento e vinte mil contadores que vamos fazer nos quatro anos que começou em vinte e um, de facto, não vamos chegar a dois mil e vinte e quatro e temos que recomeçar de novo, porque, de facto, houve um processo... não, é assim, a Presidente está a rir-se, mas é assim, efetivamente, é esse o problema que é preciso perceber. Muito obrigado.”-----

-----O **Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Vereadora ou administradora, no fundo na qualidade de administradora é que me respondeu. -----

-----Muito obrigado pelas suas respostas, no entanto, há três perguntas nossas que, salvo erro, ainda não respondeu e, por isso, vou pô-las de novo muito sucintamente. -----

-----A primeira é a seguinte: quando prevê o fim da substituição deste programa tão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

importante da mudança dos contadores? Pelas contas da velocidade com que está a ser feito, eu julgo que será em dois mil e vinte e quatro. Só queria que me respondesse se será em dois mil e vinte e quatro ou não.-----

----- A segunda questão: nós não imputámos, na nossa pergunta, não havia nada de capciosa em relação ao Dafundo. O problema é que existem as praias de Algés e Dafundo, segundo acaba de nos dizer, e não é materialmente possível aquilo que está escrito no relatório, que é de conseguir, em dois mil e vinte e dois, que todas as praias de Oeiras tenham a Bandeira Azul. Estas duas não podem materialmente ter... no SIMAS...”-----

----- O **Senhor Presidente da C.M.O.** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

----- O **Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** continuou a sua intervenção:-----

----- “Bem agora eu não tenho tempo, não tenho tempo para ir buscar, mas se não fosse isso, não faríamos a pergunta...eu estou no exercício da palavra Senhor Presidente, se não se importa. --- -----

----- Terceira e última questão que coloquei e que a Senhora não nos respondeu. Porque é que há ao longo dos investimentos plurianuais uma despesa de capital que somada em quatro anos, para o Templo da Água, dá onze vírgula sete milhões e não cinco vírgula dois. Porquê? Para quê? Está lá é só consultarem o quadro “Construção do Edifício Templo da Água”, dois milhões duzentos e cinquenta mil em dois mil e vinte e dois, cinco vírgula quatro milhões em vinte e três, dois vírgula um milhões em vinte e quatro e dois milhões em vinte cinco.”-----

----- A **Senhora Vereadora Joana Batista** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Respondendo primeiro ao Senhor Deputado Jorge Rato (PS).-----

----- Somos no total, cento e oitenta e seis mil clientes e clientes domésticos somos cento e setenta mil quatrocentos e cinquenta. -----

----- Naturalmente, este plano de substituição de contadores está em curso, em concreto,

neste momento, quantos é que estão, não lhe posso dizer com precisão, mas posso remeter, naturalmente, o plano de motorização que está em curso para os Senhores Deputados a qualquer momento.-- -----

-----No que respeita à questão da substituição dos contadores, Senhor Deputado Perez Metelo (EO), é a mesma questão, mas o plano de substituição dos contadores, contrariamente à questão do fibrocimento que finda em dois mil e vinte e cinco, este não finda em dois mil e vinte e cinco, porque é uma questão de antiguidade. Portanto, a substituição dos contadores nunca findará, porque há aqui uma questão de antiguidade, estará sempre em continuidade. Portanto, eu terei que ter sempre este plano ativo, tanto ao nível do “outsourcing”, como ao nível da administração direta. Este plano terá que estar sempre nas verbas no orçamento dos SIMAS. Senhor Deputado, é uma verba que estará sempre permanentemente. -----

-----No que respeita à questão do Templo da Água, posso confirmar, mas muito duvido que esteja os onze milhões no orçamento, até por uma razão, vou voltar a dizer aquilo que já disse numa reunião de Câmara há uma ou duas semanas. O valor base do Templo da Água são cinco milhões duzentos e sessenta. Portanto, só pode ser pura invenção tirar onze milhões do Templo da Água. Não são onze milhões, o valor base do Templo da Água são cinco milhões duzentos e sessenta. Dizerem que são onze milhões é pura invenção...” -----

-----O **Senhor Deputado António Perez Metelo (EO)** interrompe, dizendo o seguinte:--

-----“É o SIMAS que o diz, está aqui.”-----

-----O **Senhor Presidente da C.M.O.** diz o seguinte:-----

-----“Está aí, mas não está aqui.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** continuou a sua intervenção, dizendo o seguinte:-- -----

-----“Não está, não pode estar. É pura invenção. Desculpe, cinco milhões duzentos e sessenta, valor base do Templo da Água, não pode estar nem mais um euro. Nem mais um euro e





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

não pode exceder nem mais um euro. Nenhuma empresa pode apresentar um euro acima dos cinco milhões duzentos e sessenta. Eu, como administradora não subscrevo mais do que cinco milhões duzentos e sessenta, Senhor Deputado.” -----

----- O Senhor Presidente da CMO prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Relativamente às praias, eu não tenho presente que haja qualquer referência à Bandeira Azul, pode haver do ponto de vista programático a ideia de Bandeira Azul para as praias da Cruz-Quebrada, do Dafundo e Algés. A atribuição da Bandeira Azul demora anos, porque é necessário que haja a monitorização das praias relativamente à qualidade das águas balneares, à qualidade dos equipamentos, aos serviços prestados etc., e é em função dessa avaliação que é atribuída a Bandeira Azul. Não é por acaso que a primeira Praia do Concelho a ter Bandeira Azul foi a Praia da Torre, naturalmente, porque associada à despoluição das ribeiras, aliás, alguns de vós, com certeza que se lembram bem, quando apareceu a SIC, devem lembrar-se, era a Júlia Pinheiro que fazia a Praça Pública e a SIC estava aqui no Concelho, como agora está e quando não tinham matéria e como saía mais caro ir a Bragança ou Faro fazer uma reportagem, vinham às ribeiras aqui do Concelho. E, portanto, faziam a Praça Pública na Cruz Quebrada ou na Ribeira da Lage. E, aquilo era, realmente, um cano de esgoto, era um pivete insuportável. As pessoas passavam ali e, realmente, lembram-se bem, era esgoto, porque todo o esgoto era canalizado para a Ribeira. Em primeiro lugar, a obra de saneamento básico da Costa do Estoril deu um contributo fundamental à coleta de todo esse esgoto para o coletor da Guia.----

----- Agora, o que acontece é que, naturalmente, durante alguns anos ainda permaneceram algumas descargas clandestinas de esgotos que eram mistos. Portanto, eram pluviais e domésticos ao mesmo tempo. E, portanto, teve que se fazer essa separação do esgoto e dos pluviais e, gradualmente, foi melhorada a qualidade da água das ribeiras. Hoje, realmente, é uma maravilha porque, quer a fauna, quer a flora prosperam extraordinariamente nestas ribeiras. -----

----- Naturalmente que, isso contribuiu para a despoluição das águas aqui do nosso

Concelho, mas não foi só isso. Houve um trabalho extraordinário por esse país fora, ao longo do percurso do Tejo e, portanto, passou a haver tratamento de esgotos na maior parte dos municípios e, logo as águas melhoraram substancialmente. E, assim foi possível atribuir o galardão da Bandeira Azul à Praia da Torre, a seguir Santo Amaro e Paço de Arcos. Portanto, são estas as três praias que, neste momento, têm Bandeira Azul. Caxias? Caxias também tem. E, não é por acaso, que são aquelas que estão mais próximo da foz e, portanto, aquelas que beneficiam da regeneração da água por via das marés. Ora bem, o caso da Cruz Quebrada, Dafundo e Algés não têm ainda a qualidade balnear, até porque, como sabem, mesmo na Cidade de Lisboa ainda há algum esgoto que vai para o Tejo. Mas, são trabalhos que estão a decorrer e é possível que daqui a meia dúzia de anos, nem tanto, o assunto esteja resolvido. -----

-----Portanto, o que é que nos propomos fazer? O projeto da Praia de Algés, por exemplo, está pronto e eu espero que, pelo menos em dois mil e vinte e três seja aberta ao público já com as obras que vamos fazer. O que é que pretendemos fazer então. Praias de lazer, portanto não são praias ainda balneares, não são propriamente praia de banhos. Isto é, recomenda-se que as pessoas não mergulhem, por exemplo, claro que podem entrar na água, com certeza, refrescar-se e podem beneficiar de banhos de sol. Isto é, podem beneficiar da natureza, podem beneficiar da qualidade, digamos assim, em termos de frequência e de estadia na praia, mas, obviamente que não são recomendados banhos como nas praias com Bandeira Azul. E, portanto, a ideia é criar espaços de lazer nessas três praias. Portanto, com uma antecipação, digamos assim, ao momento em que da monitorização que seja feita à qualidade das águas, possamos candidatar-nos à Bandeira Azul. Portanto, esta é a metodologia e isto vai ser feito e o primeiro exemplo, vai ser a Praia de Algés, seguidamente será a Praia do Dafundo e, finalmente, a da Praia da Cruz Quebrada. Mas, como digo, praias de lazer, de estadia e não com Bandeira Azul. Se está descrito nalgum documento provavelmente aquilo que se pretendia dizer é que programaticamente, no futuro, o objetivo é que essas praias venham a ter também Bandeira Azul. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Finalmente, quanto ao Templo da Água ou ao Centro de Interpretação Ambiental da Água. Bom, eu não vou aqui fazer poesia, mas apetece-me, confesso. O que é o Templo da Água... eu pensava que com esta eu convencia a extrema-esquerda a aderir à minhas teses. Na realidade, hoje para quem tem uma agenda tão redutora como é as alterações climáticas e, portanto, não há mais nada e essa agenda redutora das alterações climáticas, é nada se faz. Nada se pode fazer. Confundem o combate às alterações climáticas ou a resolução das alterações climáticas com adaptação às alterações climáticas. O que em todo o mundo, os países e a ONU, etc., defendem é a adaptação às alterações climáticas, porque, na realidade, nós não podemos extinguir o Homem. Apesar de tudo, hoje, todos estamos com uma visão de integração do Homem na natureza, naturalmente. Sobre isso, ninguém tem dúvidas, mas é indiscutível que temos de salvar a Humanidade e para isso temos que salvar o planeta. Razão por que é fundamental, a adaptação às alterações climáticas. A pedagogia, a sensibilização das pessoas para este combate às alterações climáticas passa, naturalmente, por iniciativas como esta. O que é o Templo da Água? O Templo da Água será um Centro de Interpretação Ambiental da Água nas mais diferentes dimensões. Isto quer dizer que nós iremos ter água no estado sólido, água no estado líquido, água no estado gasoso. Será possível entrar numa sala e disfrutarmos, por exemplo, da humidade do Amazonas. Será possível assistirmos às grandes cargas de água das grandes cataratas como o Iguaçu ou Niágara ou as cataratas Vitória e por aí fora. Será possível, por exemplo, assistir, digamos, à evolução do Rio Nilo ou do Rio Congo ou do Amazonas. -----

----- E, portanto, podemos entrar numa determinada sala e vamos estar na Antártida com um bloco de gelo e a sentir exatamente os trinta graus negativos. Como podemos entrar noutra sala e assistirmos à chuva. Aliás, há mesmo a fábrica da chuva neste equipamento. -----

----- Portanto, é um equipamento redondo, mais ou menos oval, com uns varandins e, naturalmente que ao nível do segundo ou do terceiro piso, de repente começa a chover, por um sistema de condensação que é criado no edifício e, portanto, as pessoas saem do clima equatorial

com quarenta graus, com uma humidade de noventa ou noventa e cinco por cento e de repente saem para a varanda e encontram a chuva e a temperatura, por exemplo, da nossa região. Tal como vão encontrar o Aqueduto das Águas Livres e o estudo, digamos assim, do que este Aqueduto representou para Portugal e para a região de Lisboa. Poderão encontrar um estudo ao nível das diferentes civilizações, pelo menos de há cinco mil anos a esta parte. -----

-----O que a água representou para as diferentes civilizações. Civilizações que se extinguíram por via da falta de água. -----

----- Por que razão é que as comunidades humanas se fixavam junto às correntes de água. Portanto, nós vamos ter aqui, de alguma forma, através da água, a história das civilizações. Vamos ter a importância e o impacto da escassez de água na agricultura e no consumo humano. Tudo isto vai estar presente e haverá melhor equipamento, haverá melhores conteúdos do que aqueles que vai ter o Templo da Água para nos sensibilizar, a todos, para a importância e para o impacto que as alterações climáticas têm para a Humanidade no tempo presente. -----

-----Ora bem, esta até é uma agenda da extrema-esquerda, porque às vezes também pendo um bocadinho para lá. -----

-----Na realidade, é uma situação absolutamente paradoxal que demonstra bem que a extrema-esquerda não sabe o que quer. Ou melhor sabe, não quer nada. Pronto, muito obrigado.”

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Mais alguém pretende usar da palavra? Podemos passar à votação?”-----

#### **4.3.1. VOTAÇÃO**-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com vinte e oito votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Marlene Braz Rodrigues, André Filipe da Silva Rica, Nuno Miguel de Oliveira Custódio e Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Tiago Pedro Mateus Gonçalves e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), um do Partido Chega (Francisco O'Neill Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Barcarena Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com duas abstenções, sendo uma do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão) e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), e com cinco votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira e António Maria Perez Metelo da Silva) e dois da Coligação Democrática Unitária (Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos). ---

----- O Senhor Deputado Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- “**DELIBERAÇÃO N.º 145/2021**-----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 990/2021 – SIMAS – ORÇAMENTO E GRANDES  
OPÇÕES DO PLANO PARA 2022 E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO**

## **DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número novecentos e noventa barra dois mil e vinte e um, a que se referem as deliberações números sete das Reuniões da Câmara Municipal, realizadas, respetivamente, em vinte e nove de novembro e nove de dezembro de dois mil e vinte e um, e deliberou por maioria, com vinte e oito votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, um do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com duas abstenções, sendo uma do Partido Iniciativa Liberal e uma do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com cinco votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e dois da Coligação Democrática Unitária, aprovar o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e vinte e dois dos SIMAS dos Municípios de Oeiras e Amadora, bem como autorizar previamente a assunção de compromissos plurianuais, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

**4.3.1.1. O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU)** fez chegar, por escrito, a seguinte **Declaração de Voto**, a qual a seguir se transcreve (ficando o documento arquivado, como anexo na pasta desta Sessão): -----

-----“Um - As razões que justificaram o nosso voto contra de documentos análogos nos anos anteriores, e que já foram apresentadas diversas vezes nesta Assembleia Municipal, mantêm-se inteiramente. Como os documentos para dois mil e vinte e dois são “mais do mesmo”, não temos razões para alterar. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Dois - O preço a pagar continua a ser elevado.-----

----- Pelo consumo de água - razão de fundo para a existência dos SIMAS - paga-se menos de trinta por cento do total da fatura que os consumidores recebem. O resto vai para as já célebres “alcavalas”.-----

----- Três - No caso deste orçamento para dois mil e vinte e dois foi dito, na Câmara, que se trata de “um orçamento contido”, pois as novas ações, aquilo que vão ser os grandes projetos, só vão entrar após a primeira revisão orçamental. A nossa discordância com esta “técnica” de elaborar planos e orçamentos é total.-----

----- Quatro - Anteriormente foi praticada a modalidade de os “acionistas” dos SIMAS, as Câmaras Municipais da Amadora e de Oeiras, irem buscar “dividendos” anuais por divisão dos milhões de euros resultantes dos resultados positivos dos SIMAS.-----

----- Agora surge a nova versão de serem os SIMAS a financiar diretamente investimentos a fazer no “Templo da Água” em Oeiras e no “Centro de Interpretação Ambiental” na Amadora.

----- Estamos também em total desacordo com esta nova alternativa.-----

----- Por estas razões, a posição da CDU em relação a estes documentos é o voto contra.”-

### **5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- Não houve intervenção do público.-----

### **6. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte:**-----

----- “Não havendo público, queria só desejar a todos os presentes nesta sala, os meus colegas, o executivo, os funcionários, enfim todas as pessoas que aqui estão e, também os que nos acompanham nas suas casas, online, um feliz Natal, junto de todos os vossos e com muita saúde e encontramo-nos, se Deus quiser, no próximo ano.-----

----- Muito boa noite a todos.”-----

### **7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

----- A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às vinte horas e quinze minutos. --

-----Para constar se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa. -----

-----A Presidente,-----



*Luís Pedro Gonçalves*

-----O Primeiro Secretário,-----

-----O Segundo Secretário,-----

*Dr. Ricardo de Oliveira Bastos*